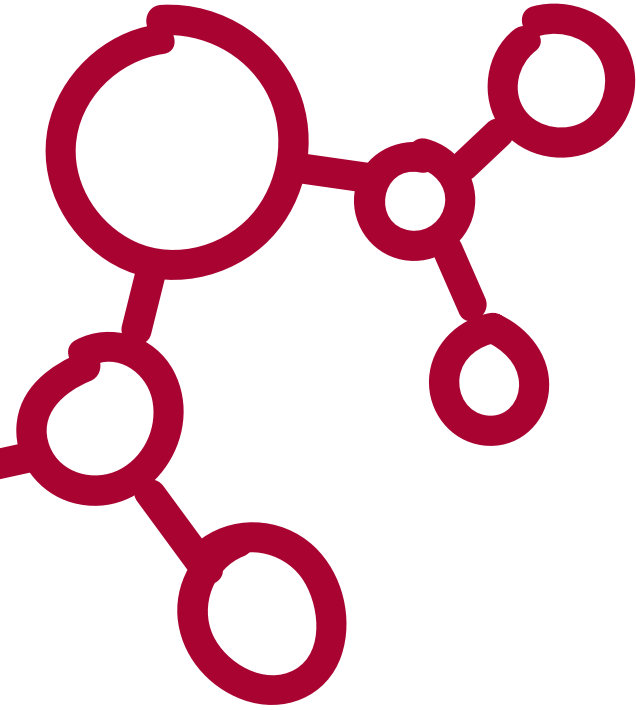


Relatório de
Sustentabilidade
2018

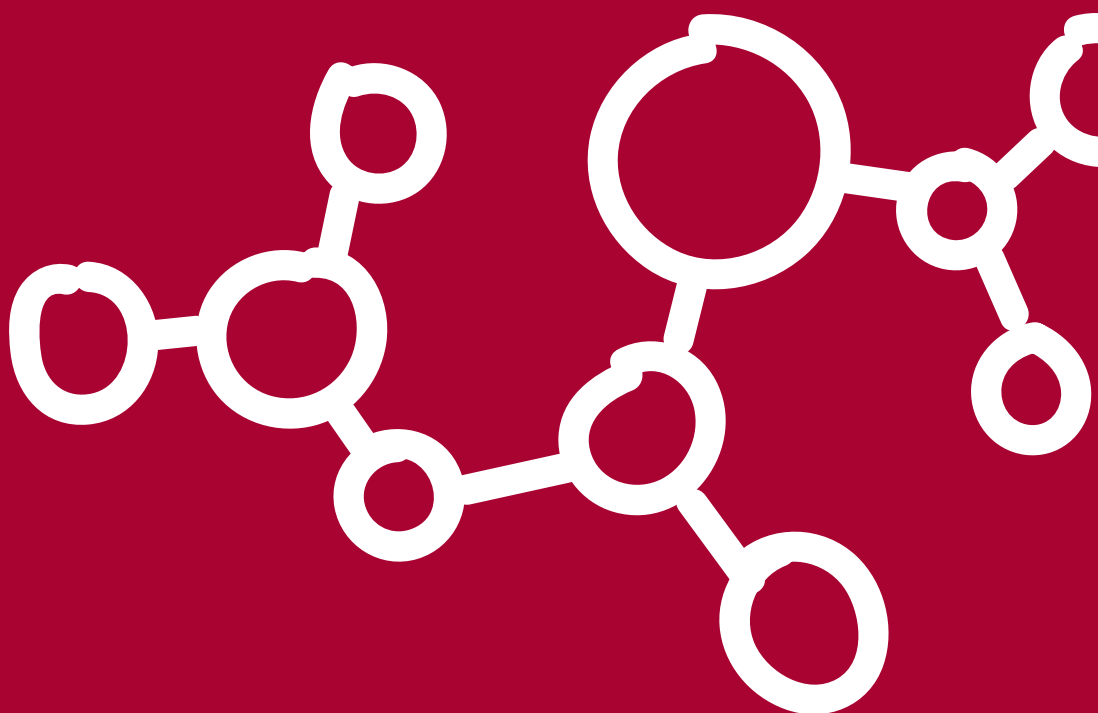
Recursos
PAZ
PROSPERIDADE
economia
Social
COMUNIDADE
gestão
TOLERÂNCIA
PROXIMIDADE
GERAÇÕES
ecologia
justiça
cultura
PRESERVAÇÃO

Uma Missão Sustentável



A Santa Casa é uma organização com uma missão ampla e uma responsabilidade enorme. Compreender e responder de forma eficaz às necessidades e expectativas das nossas Partes Interessadas é um desafio permanente e singular.

Por isso temos de ser responsáveis também na forma como gerimos os nossos recursos, enquanto continuamos a pensar e desenvolver novas respostas sociais para os desafios do futuro, como sejam as questões da longevidade, da saúde, da educação e da inclusão social.



índice



Mensagem do Provedor 06—09

Sobre este Relatório 10—11



01

UM RETRATO DO ANO

12—19

Os principais números da ação da Santa Casa
Em destaque
Prêmios e distinções

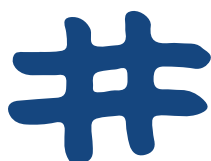


02

A NOSSA INSTITUIÇÃO

20—39

Há 520 Anos presentes na sociedade
Como nos organizamos
O que fazemos
Como gerimos a sustentabilidade



03

O NOSSO PLANO ESTRATÉGICO DE SUSTENTABILIDADE 2016-2019

42—55

Quem são as nossas Partes Interessadas?
Consulta das Partes Interessadas
Definição da Materialidade
O Plano Estratégico 2016-2019



04

2018: ONDE ESTAMOS

56—91

Transparência e Integridade
Inovação
Colaboradores
Ambiente
Comunidade



05

O NOSSO PLANO FUTURO

92—97



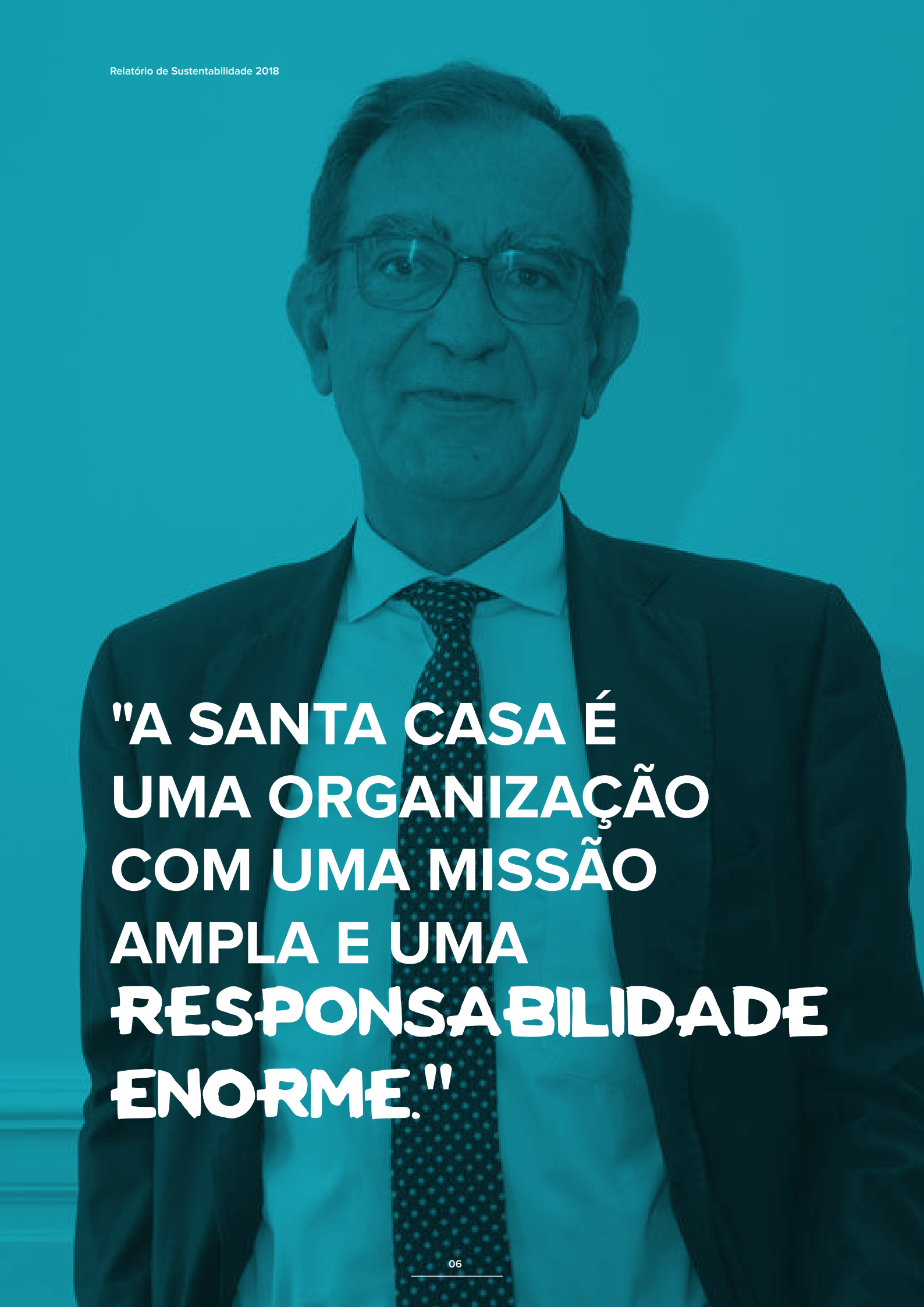
NOTAS METODOLÓGICAS

98—103



TABELA GRI

104—122



**"A SANTA CASA É
UMA ORGANIZAÇÃO
COM UMA MISSÃO
AMPLA E UMA
RESPONSABILIDADE
ENORME."**

No ano em que completámos o nosso 520º aniversário, revisitámos a origem dos conceitos e dos valores que nos movem, fizemos uma reflexão sobre o presente e olhámos para o caminho que queremos seguir. Foi este o processo que demos o nome de 5.30 e que se propôs estudar uma nova visão para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, num desafio que lançámos à instituição, dirigentes e colaboradores, pensando a Santa Casa a 10 anos. Porque os desafios que se colocam à sociedade são cada vez mais urgentes e não se compadecem com estratégias a mais curto prazo ou com respostas tradicionais.

A nossa experiência quotidiana junto das pessoas para quem trabalhamos, confirma os apelos lançados nos *fora* institucionais: os desafios colocados pelo envelhecimento da população, pelas desigualdades socioeconómicas que persistem, pela pressão do turismo, pelos movimentos migratórios, ou pelas alterações climáticas, são desafios que exigem respostas novas, imediatas, colaborativas e integradas e, sobretudo, positivas. Entendemos que estes são desafios que não podem nunca ser abordados de um ponto de vista negativo. Pelo contrário, temos que procurar o seu potencial de inovação para tornar o mundo um lugar onde as relações são mais solidárias e atentas, onde os comportamentos são mais respeitadores do ambiente e onde as pessoas devem ser a primeira causa de preocupação.

É num tal contexto que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa encara a sua Sustentabilidade. E foi para dar resposta a estas convicções que definimos como **objetivo estratégico** para os próximos anos o alinhamento da nossa ação com a **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Foi também por isso que sentimos necessidade de auscultar novamente as Partes Interessadas para tentar avaliar se as suas expectativas continuavam a estar alinhadas com o nosso Plano Estratégico de Sustentabilidade e aderimos ao **United Nations Global Compact** e à sua **Rede Portuguesa**, bem como à **Carta Portuguesa para a Diversidade**.

Alinhados também com este processo de reflexão sobre o nosso futuro, lançámos ou integrámos alguns projetos transformadores, como o programa **Lisboa Cidade para Todas as Idades**, desenvolvido em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa e que resume um novo roteiro para as respostas oferecidas à população +65 na cidade de Lisboa. Outro exemplo, são os compromissos que temos vindo a assumir na área dos **Cuidados Continuados Integrados**, complementando e reforçando a rede nacional, mas sobretudo ajudando a suprimir uma enorme carência da cidade de Lisboa nesta tipologia de resposta. Reforçámos também as nossas redes de colaboração na cidade, participando em projetos partilhados com outras entidades, como foi o caso do **Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas** (PO APMC), uma iniciativa desenvolvida nas 24 freguesias de Lisboa e integrada na Estratégia Europa 2020 de luta contra a pobreza, cujos objetivos globais são a distribuição de alimentos por forma a assegurar metade das necessidades nutricionais das famílias em situação de maior vulnerabilidade socioeconómica e desenvolver ações de acompanhamento que as permitam capacitar na prevenção do desperdício, nutrição e gestão de orçamento doméstico.

Assumimos um novo posicionamento na área do empreendedorismo e da inovação social, com a inauguração da **Casa do Impacto** e na

área da Cultura apresentámos à comunidade o nosso projeto de criação de um **Polo Cultural de São Roque**, enquadrado na vontade de tornar a cultura acessível a todos enquanto instrumento de desenvolvimento social.

O ano de 2018 foi também o ano em que, pela primeira vez na sua história, os **Jogos Sociais** do Estado devolveram à sociedade mais de 3 mil milhões de euros, um valor equivalente a 1,5 por cento do PIB nacional. Estes resultados são fruto do nosso compromisso com uma gestão simultaneamente **eficiente**, consubstanciada na melhoria dos resultados líquidos de exploração dos Jogos Sociais em cerca de 2%, **inovadora**, por exemplo, pela aposta na inovação tecnológica orientada para a simplificação do registo de apostas (introdução do QR Code nas apostas no Placard) e **responsável**, privilegiando-se sempre uma oferta atrativa mas moderada, de jogos e a aposta na prevenção do “jogo problemático”.

"Em 2018, aliás, a nossa Política de Jogo Responsável foi reconhecida internacionalmente com a atribuição da certificação em Jogo Responsável pela European Lotteries."

E porque acreditamos que desempenhamos melhor a nossa missão se apoiarmos a capacitação de outras entidades cujas causas se alinham com as nossas, demos continuidade ao **Fundo Rainha D. Leonor** e ao apoio à investigação científica nacional, com mais uma edição dos **Prémios Santa Casa Neurociências** e do **Prémio João Lobo Antunes**. Começámos também a cumprir o propósito do **Fundo Recomeçar**, apoiando 11.436 crianças e jovens residentes nos concelhos afetados pelos incêndios de Outubro 2017, beneficiárias de abono de família pelo 1º escalão de rendimentos, e 66 projetos dinamizados por entidades representantes do Associativismo Jovem.

Olhando para dentro, e para aqueles que são os principais protagonistas deste Relatório porque asseguram o cumprimento da nossa missão – os nossos **Colaboradores**, procurámos criar condições para facilitar o sistema de **mobilidade interna**, na tentativa de promover novas oportunidades profissionais e valorizar os trabalhadores. Procurámos reconhecer a sua importância para a organização com o alargamento de alguns benefícios sociais, como o **Seguro de Saúde**, que passou a ser atribuído a todos os colaboradores com contrato individual de trabalho por tempo indeterminado, ou a alteração ao **Subsídio de Proteção Infantil**, que visou promover uma maior equidade no apoio à infância atribuído aos colaboradores, estabelecendo-se uma tabela única de comparticipação nas despesas. Assinámos ainda um **novo Acordo de Empresa** com o Sindicato Independente dos Médicos e com o Sindicato dos Médicos da Zona Sul, que veio reenquadrar a **carreira médica** na Misericórdia de Lisboa e que abrangeu cerca de 80 trabalhadores, num esforço de valorização e reconhecimento destes profissionais.

Não nos esquecemos também de que o nosso trabalho diário tem um impacto ambiental considerável. Em 2018, consumimos mais eletricidade e mais gás natural, mas reduzimos o nosso consumo de combustíveis e de água. O nosso esforço de melhoria contínua na gestão de resíduos tem levado à identificação de novos locais considerados como grandes produtores, o que permite passar a monitorizar a produção de resíduos urbanos nestes locais e, conseqüentemente, acrescentar essas quantidades ao total de resíduos produzidos pela instituição. Temos vindo a trabalhar para mitigar a nossa pegada ecológica e o **Plano de Intervenção Ambiental**, cuja elaboração foi iniciada em 2018, será certamente um instrumento importante nesta área.

A Santa Casa é uma organização com uma missão ampla e uma responsabilidade enorme. Realizar todas estas iniciativas, compreender e responder de forma eficaz às necessidades e expectativas das Partes Interessadas é um desafio permanente e singular. Por isso temos que ser responsáveis também na forma como gerimos os recursos, enquanto continuamos a pensar e desenvolver novas respostas sociais para os desafios do futuro, como sejam as questões da longevidade, da saúde, da educação e da inclusão social.

As nossas contas voltaram a registar em 2018 **resultados líquidos positivos** no valor de 33,3 milhões de euros, refletindo uma gestão sólida e prudente e o segundo melhor resultado em oito anos. Não obstante, temos consciência de que o futuro será desafiante e que com ele virão mais exigências e mais responsabilidades, a médio e longo prazo, que não podem ser descuradas. É por isso que para nós é importante integrar a Sustentabilidade no nosso ciclo de atividade. Para podermos continuar a desempenhar a nossa missão, de uma forma equilibrada, por, pelo menos, mais 520 anos.

Por aqueles por quem existimos, ambicionamos uma Missão Sustentável.

Edmundo Martinho
Provedor



SOBRE ESTE RELATÓRIO

No Relatório de Sustentabilidade de 2017 dissemos que, “mais do que números, interessam-nos as pessoas” e é por isso que, além de querermos chegar a um maior número de pessoas, temos também de compreender a mudança que a nossa ação tem sobre elas. Só conhecendo o impacto que a Misericórdia de Lisboa tem sobre a comunidade onde opera é que lhe poderá permitir avaliar o grau de cumprimento da sua missão. A incorporação da sustentabilidade no modelo operacional da nossa organização ajuda-nos a analisar e a gerir este impacto, sobretudo na perspetiva da minimização das consequências negativas que decorrem das nossas operações, sobre as pessoas, a economia e o ambiente, ampliando o nosso impacto positivo.

Também porque aquilo que fazemos é sempre dirigido às pessoas, acreditamos que é nossa obrigação prestar contas às nossas partes interessadas, como forma de transparência e da promoção do seu envolvimento na nossa atuação. O relatório de sustentabilidade é um dos instrumentos de concretização deste compromisso, divulgando, numa periodicidade anual, o desempenho não-financeiro da nossa organização e medindo a responsabilidade dos nossos números.

Este relatório é o sexto publicado ininterruptamente pela SCML desde 2014 e reflete o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2018, ainda que, pontualmente, se faça referência ao período sobre o qual incidiu o Plano Estratégico de Sustentabilidade em análise – desde 2016.

Entre 2013 e 2015 realizaram-se três auscultações de partes interessadas com o objetivo de se aferir a hierarquização da importância dos temas sociais, ambientais e de inovação para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. O cruzamento dos resultados desta auscultação com a perspetiva interna da Instituição permitiu construir a seguinte matriz de materialidade:





Legenda: 1 - Modelo de governo 2 - Ética e transparência 3 - Gestão de risco 4 - Desempenho económico (inclui alocação de recursos por área) 5 - Gestão de recursos humanos 6 - Promoção da diversidade e da inclusão 7 - Apoio às comunidades locais 8 - Envolvimento com partes interessadas 9 - Voluntariado 10 - Gestão do consumo de energia e das emissões de CO2 associadas 11 - Uso eficiente da água 12 - Gestão de resíduos 13 - Cadeia de abastecimento sustentável 14 - Sensibilização e educação ambiental 15 - Inovação na forma de prestação dos serviços existentes 16 - Inovação com a criação de novos serviços/projetos/ações 17 - Investigação e desenvolvimento 18 - Empreendedorismo e economia social

Do processo de tratamento desta matriz resultou um conjunto de sete tópicos materiais, que servem de orientação para a elaboração deste Relatório de Sustentabilidade. Uma análise mais detalhada sobre o processo de definição da materialidade e respetivos temas poderá ser encontrada no capítulo 3. **O Nosso Plano Estratégico de Sustentabilidade 2016-2019.**

A informação disponibilizada neste Relatório diz respeito ao desempenho de sustentabilidade da instituição, procurando-se distinguir a atividade que faz parte da sua missão e dos seus fins estatutários, e que é descrita no seu Relatório de Gestão e Contas, e a atividade que vai além das suas atribuições estatutárias estritas e reflete, de forma abrangente, a sua responsabilidade social, ambiental e económica.

No capítulo **Notas Metodológicas** poderá ser encontrada informação relativa aos limites e exclusões da informação aqui apresentada.

Para uma informação mais pormenorizada sobre a atuação e o desempenho económico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa durante o ano de 2018, deverão ser consultados o Relatório de Gestão e Contas 2018 da Santa Casa e o do seu Departamento de Jogos, disponibilizados no *website* da Instituição.

Este relatório foi elaborado de acordo com as orientações das Diretrizes de Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da GRI (GRI Standards 2016) para a opção “De acordo” – Essencial.

Para mais esclarecimentos sobre a sustentabilidade da Santa Casa ou informação sobre este documento, contacte:

Departamento da Qualidade e Inovação
Unidade de Sustentabilidade
Largo Trindade Coelho
1200-470 Lisboa
sustentabilidade@scml.pt

Aprender com o passado e refletir sobre o presente, para continuar a fazer a diferença no futuro

UM RETRATO DO ANO

Os principais números da ação da Santa Casa — 15

Em destaque — 16

Prémios e distinções — 18





01

UM RETRATO DO ANO

1.1 OS PRINCIPAIS NÚMEROS DA AÇÃO DA SANTA CASA

<i>Quem somos?</i>	520 anos	5.173 colaboradores	8 áreas de intervenção estratégicas	225,2 M€ Despesas
		74% são mulheres	Ação Social Cultura Educação e Formação Empreendedorismo e Economia Social Inovação Jogos Sociais Património Saúde	253,6 M€ Receitas
		97% têm contrato por prazo indeterminado		26,9 M€ Investimento
<i>Onde cumprimos a nossa missão?</i>	127 equipamentos sociais na área da Grande Lisboa	17 equipamentos de saúde na área da Grande Lisboa	542 imóveis de rendimento em todo o país	4.895 pontos de venda dos Jogos sociais em todo o país
			204 prédios urbanos	
			172 fracções dispersas	
			166 imóveis rústicos + terrenos urbanos	
<i>O nosso impacto</i>	+ DE 62.000 pessoas abrangidas pelas diferentes respostas de Ação Social	+ DE 22.400 utentes da respostas de Saúde	+ DE 44.000 visitantes do Museu de São Roque	19 projetos de empreendedorismo social apoiados
	3.019 M€ de retribuição dos Jogos Sociais à sociedade	3,6 M€ em apoios e subsídios a Boas Causas de outras entidades	1,6 M€ atribuídos pelo Fundo Rainha D. Leonor	439 MIL € de apoio à investigação
	16 prédios reabilitados	18 prédios em reabilitação	718 contratos de arrendamento de imóveis	1.372 ha de propriedades rústicas contíguas de áreas protegidas e/ou com elevado valor de biodiversidade
	116.448 GJ de energia consumida	286.427 m ³ de água consumida	2.138 t de resíduos produzidos	7.961 tCO ₂ de GEE emitidos

1.2 EM DESTAQUE

JANEIRO

- Foram assinados 29 novos contratos com Misericórdias de todo o país no âmbito do Fundo Rainha Dona Leonor

FEVEREIRO

- Foi assinado o protocolo “Lisboa, Cidade de Todas as Idades” definindo o programa integrado de apoio à população idosa com a Câmara Municipal de Lisboa
- Foram entregues os prémios relativos à segunda edição do concurso “Santa Casa Challenge”

MARÇO

- Foi apresentado o programa “InterAge” de requalificação e criação de espaços ocupacionais intergeracionais, iniciativa agora integrada no programa “Lisboa, Cidade de Todas as Idades”
- A Orquestra Geração da SCML deu o primeiro concerto
- Decorreu a apresentação pública do apoio à Fundação do Desporto

ABRIL

- Realizou-se a 8ª edição da iniciativa de voluntariado corporativo interno “Um dia pelo Ambiente”, que mobiliza os colaboradores da Santa Casa para a preservação do ambiente
- O Dia Mundial da Saúde foi assinalado com a realização de rastreios gratuitos no Complexo de São Roque
- Entrou em pleno funcionamento o programa “Lisboa +55”, promovido com a Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito do programa “Lisboa, Cidade de Todas as Idades”

MAIO

- Entrou em funcionamento o novo sistema de Teleassistência Santa Casa, que visa alargar a sua abrangência e introduzir novas soluções tecnológicas, iniciativa agora integrada no programa “Lisboa, Cidade de Todas as Idades”
- Assinou-se o protocolo de colaboração para reabilitação do Convento dos Cardaes, com a Direção da Associação Nossa Senhora Consoladora dos Aflitos

JUNHO

- Inauguraram-se as apostas no Placard por QR Code
- A Certificação em Jogo Responsável atribuída pela *European Lotteries* e pela *World Lottery Association* foi formalmente recebida
- Assinou-se um novo Acordo de Empresa com o Sindicato Independente dos Médicos e o Sindicato dos Médicos da Zona Sul

JULHO

- Entrou em funcionamento o renovado site Santa Casa (www.scml.pt), reestruturado com o objetivo de tornar a informação divulgada mais objetiva e acessível para quem procura a nossa organização
- Celebrou-se o 520º Aniversário da Santa Casa
- O Centro de Dia de Santo Eugénio recebeu uma distinção de mérito pelo uso eficiente do consumo de água, no âmbito da iniciativa da EPAL “Corrente pela Água”
- A Santa Casa aderiu à Carta Portuguesa para a Diversidade
- Foi entregue o Prémio João Lobo Antunes 2018

AGOSTO

- Foi apresentada a segunda fase do projeto da Quinta Alegre, destinada a instalar uma estrutura residencial para pessoas idosas

SETEMBRO

- Foi inaugurada a exposição “Património, Memória e Inovação”
- Teve lugar o 6º Congresso de Ortopedia Geriátrica do Hospital Ortopédico de Sant’Ana
- Realizou-se a conferência “Voluntariado no Século XXI: Práticas e Desafios” no âmbito dos 20 anos do Gabinete de Promoção do Voluntariado
- Assinou-se um protocolo de entendimento com a Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO), com o objetivo conjunto de melhorar as condições e os apoios para o reconhecimento, valorização e exercício da cidadania da população invisual na cidade de Lisboa

OUTUBRO

- Foi inaugurada a Casa do Impacto, um espaço de apoio e promoção do empreendedorismo e da inovação social em Lisboa, promovida pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa com a parceria da Câmara Municipal de Lisboa, do Montepio, da Fundação Calouste Gulbenkian, da Portugal Inovação Social, da Fundação AGA KHAN e da *Start Up* Lisboa
- A iniciativa “Hospitalidade” apresentou ao público o Pólo Cultural de São Roque
- Assinou-se um protocolo com a Fundação AGA KHAN, que prevê o alargamento da intervenção do Programa K’CIDADE a outros territórios, entre outras parcerias destinadas a promover uma maior coesão social na cidade de Lisboa

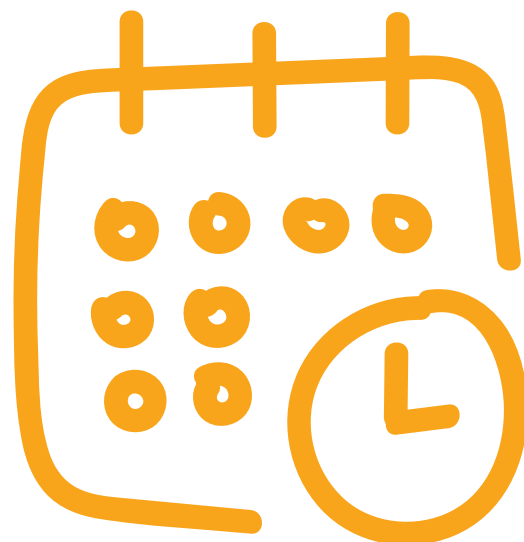
- Firmou-se uma parceria com o GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial no âmbito da Responsabilidade e Empreendedorismo Social

NOVEMBRO

- Foram entregues os Prémios Santa Casa Neurociências 2018
- Realizou-se a 9ª edição da iniciativa de voluntariado corporativo da Santa Casa “Um dia pelo ambiente”

DEZEMBRO

- Foi inaugurada a Exposição “Um templo para Xavier”
- Realizou-se a cerimónia anual de reconhecimento e agradecimento aos Voluntários da Santa Casa, com a realização de um Jantar de Homenagem
- A Santa Casa passou a integrar o Conselho de Fundadores de Serralves
- Na cerimónia da 6ª edição das Bolsas de Educação dos Jogos Santa Casa, 46 atletas olímpicos, paralímpicos e surdolímpicos receberam uma bolsa que os ajudará a conciliar atividades académicas e desportivas
- Teve início a fase piloto do programa RADAR
- A Santa Casa aderiu ao *United Nations Global Compact* e à sua Rede Portuguesa
- Realizou-se o Jantar de Natal da Santa Casa, com a presença de cerca de 3500 colaboradores



1.3 PRÉMIOS E DISTINÇÕES

Distinção dos Jogos Santa Casa, pela Confederação do Desporto de Portugal, na 22ª Gala do Desporto, com um prémio na categoria “Personalidade/Entidade do Ano”.

Distinção da Santa Casa na 7.ª edição dos Prémios *Human Resources* Portugal, com o prémio para a melhor empresa na gestão de pessoas, na categoria “Empresa Pública e SPE”.

Distinção da reabilitação e do restauro da Quinta Alegre, no âmbito do Prémio Nacional de Reabilitação Urbana 2018, na categoria “Restauro”.

Distinção da Santa Casa com o prémio “*Brand Makers* TSF 2018” pelos contributos dados no âmbito do marketing nacional.

Distinção do *Contact Center* dos Jogos Santa Casa, pelo 3º ano consecutivo, com o Troféu Gold na categoria “Outros Sectores”, atribuído pela Associação Portuguesa de *Contact Centers*.





trabalhar

**para deixarmos como
legado um futuro mais
próspero**

A NOSSA INSTITUIÇÃO

520 Anos presentes na sociedade — 23

Como nos organizamos — 23

O que fazemos — 28

Como gerimos a sustentabilidade — 37



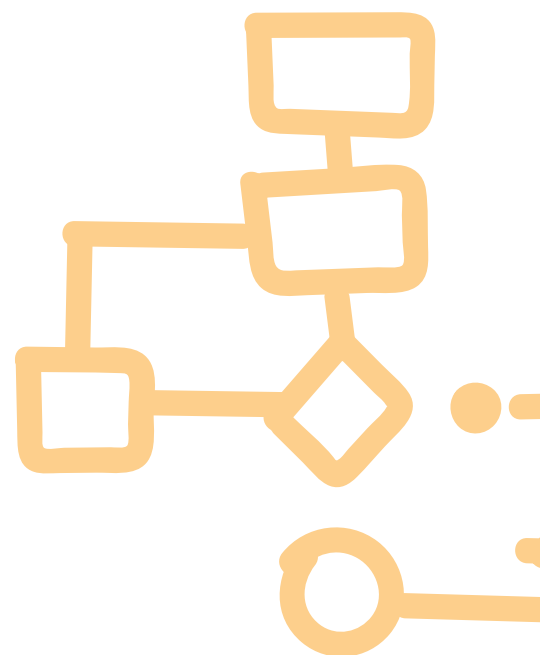
02

A NOSSA INSTITUIÇÃO

2.1 HÁ 520 ANOS PRESENTES NA SOCIEDADE

Em 2018 comemorámos 520 anos e orgulhamo-nos por continuarmos a ser uma referência na sociedade portuguesa, cinco séculos depois da nossa criação.

Estamos presentes na sociedade através das nossas respostas de ação social, de saúde, de educação e ensino, de cultura, de economia social, de reabilitação urbana, de investigação científica, ou de apoio ao desporto, sempre atentos ao que a sociedade nos pede em cada momento, mas sempre fiéis à nossa missão original: **a de promover a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas, prioritariamente dos mais desprotegidos.**



2.2. COMO NOS ORGANIZAMOS

2.2.1. Os objetivos que guiam a nossa atividade

Para o período de 2016 a 2019, a Administração definiu 13 objetivos estratégicos a prosseguir globalmente pela instituição:

objetivo 1

Apoiar os mais carenciados, inspirados na matriz cristã da Santa Casa, descobrindo os que se refugiam na solidão e estando atentos às novas formas de pobreza trazidas pela realidade atual

objetivo 2

Assumir novas responsabilidades na área da saúde e investigação

objetivo 3

Contribuir, no quadro das responsabilidades conferidas e repartidas pelo Estado, para a melhoria e eficiência dos processos de adoção e para o impulsionamento do acolhimento familiar

objetivo 4

Qualificar a resposta de apoio domiciliário, apostando na formação de cuidadores informais e complementando-a com cuidados na área da saúde, nomeadamente na área da fisioterapia, com vista a elevar os níveis de qualidade de vida das pessoas mais dependentes

objetivo 5

Criar modelos inovadores para a requalificação dos Centros de Dia, privilegiando uma abordagem intergeracional e de abertura à comunidade em geral

objetivo 6

Cuidar do Património que nos é legado e do que nos pertence

objetivo 7

Dar especial enfoque, na área de gestão de recursos humanos, à valorização e investimento no capital humano da Instituição

objetivo 8

Prosseguir com a divulgação da Obra da Santa Casa, como sinal da presença permanente da Instituição, principalmente junto daqueles que mais necessitam

objetivo 9

Atualizar a oferta legal dos Jogos Sociais, no quadro das orientações definidas pelo Estado, no âmbito do Jogo responsável

objetivo 10

Apoiar a Cultura nacional

objetivo 11

Clarificar, por uma vez, a relação formal com o Estado no respeito pela história secular da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e da sua respeitada identidade

objetivo 12

Reforçar a ligação e cooperação com todos os parceiros nas várias áreas de intervenção, nomeadamente com as outras Misericórdias, com a Câmara Municipal de Lisboa, com as Juntas de Freguesia e com as Instituições de Ação Social da Administração Central

objetivo 13

Incorporar o desenvolvimento sustentável como um vetor indissociável da ação da SCML

O compromisso expresso da Administração da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa com uma gestão alinhada com os princípios do desenvolvimento sustentável foi assumido formalmente no ciclo de planeamento 2016-2019, com a definição, pela primeira vez, de um objetivo estratégico especificamente dedicado ao tema.

2.2.2. O nosso modelo de governo

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é uma entidade sem fins lucrativos, definida juridicamente como pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, nos termos dos respetivos Estatutos em vigor.

A tutela da Santa Casa é exercida pelo membro do Governo que superintende a área da Segurança Social. Esta abrange, além dos poderes especialmente previstos nos Estatutos, a definição das orientações gerais de gestão, a fiscalização da sua atividade e a sua coordenação com os organismos do Estado ou deles dependentes.

Os órgãos de administração da Santa Casa são a Mesa e o Provedor, estando as competências do órgão de fiscalização atribuídas ao Conselho de Auditoria. Enquanto órgãos de consulta, existem ainda o Conselho Institucional e o Conselho de Jogos.

ORGÃOS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

Administração

Provedor

- É nomeado por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do membro do Governo que exerce a tutela sobre a SCML, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos;
- Representa a SCML e preside às reuniões da mesa, do conselho institucional e do conselho de jogos, bem como dos conselhos diretivos do Hospital Ortopédico de Sant'Ana e do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão;
- A não realização dos objetivos previstos, a não prestação de informações essenciais ao exercício da tutela ou atuações culposas ou gravemente negligentes que afetem a gestão ou o bom nome da SCML podem determinar a cessação do seu mandato;
- O vencimento do provedor é fixado por despacho da tutela, tendo por referência os montantes estabelecidos para os gestores públicos.

Mesa

- É composta pelo provedor, pelo vice-provedor e por cinco vogais;
- Entre as suas atribuições contam-se a elaboração dos planos de atividades e orçamentos, os relatórios e as contas de gerência, a definição das orientações e os objetivos a atingir pelos departamentos e serviços e a elaboração dos regulamentos e das normas internas, contratar pessoal e autorizar a aquisição de bens e serviços, bem como criar, transformar ou extinguir equipamentos da Instituição;
- As deliberações são tomadas quando estiver presente a maioria dos seus membros em exercício efetivo de funções, por maioria dos votos expressos, tendo o provedor voto de qualidade;
- O vice-provedor e os vogais são nomeados pelo membro do Governo que exerce a tutela sobre a SCML e os seus mandatos são de três anos, renováveis por iguais períodos.



Orgão de Fiscalização

Conselho de Auditoria

- Fiscaliza a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da atividade da SCML;
- Acompanha a execução dos orçamentos;
- Examina periodicamente a contabilidade e segue a sua evolução;
- Verifica o cadastro e a exatidão de todos os valores patrimoniais;
- Emite parecer sobre os relatórios e as contas anuais de gerência;
- Emite parecer sobre a contração de empréstimos e a emissão de obrigações;
- Pronuncia-se sobre qualquer assunto que seja submetido à sua apreciação pela mesa ou pelo provedor;
- Promove auditorias, recorrendo a empresas especializadas sempre que se mostre necessário e assim seja considerado pelo conselho de auditoria;
- Requer informações e esclarecimentos sobre o curso das atividades da instituição.

3 membros, remunerados:

- Um representante do Ministério das Finanças;
- Um representante do ministério da tutela;
- Um revisor oficial de contas nomeado pela tutela.

Orgãos de Consulta

Conselho Institucional

- Dá parecer sobre os planos de atividades e os orçamentos no âmbito da ação social, da saúde, da promoção da qualidade de vida;
- Apresenta sugestões e formula recomendações que permitam melhorar o desempenho e aperfeiçoar a realização dos fins estatutários da SCML.

10 membros, não-remunerados:

- Provedor;
- Dois representantes do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social;
- Um representante do Ministério da Saúde;
- Um representante do Ministério da Economia;
- Um representante da área governamental que tutela a administração local;
- Um representante da Irmandade da Misericórdia e de São Roque;
- Três elementos de reconhecido mérito designados pelo provedor.

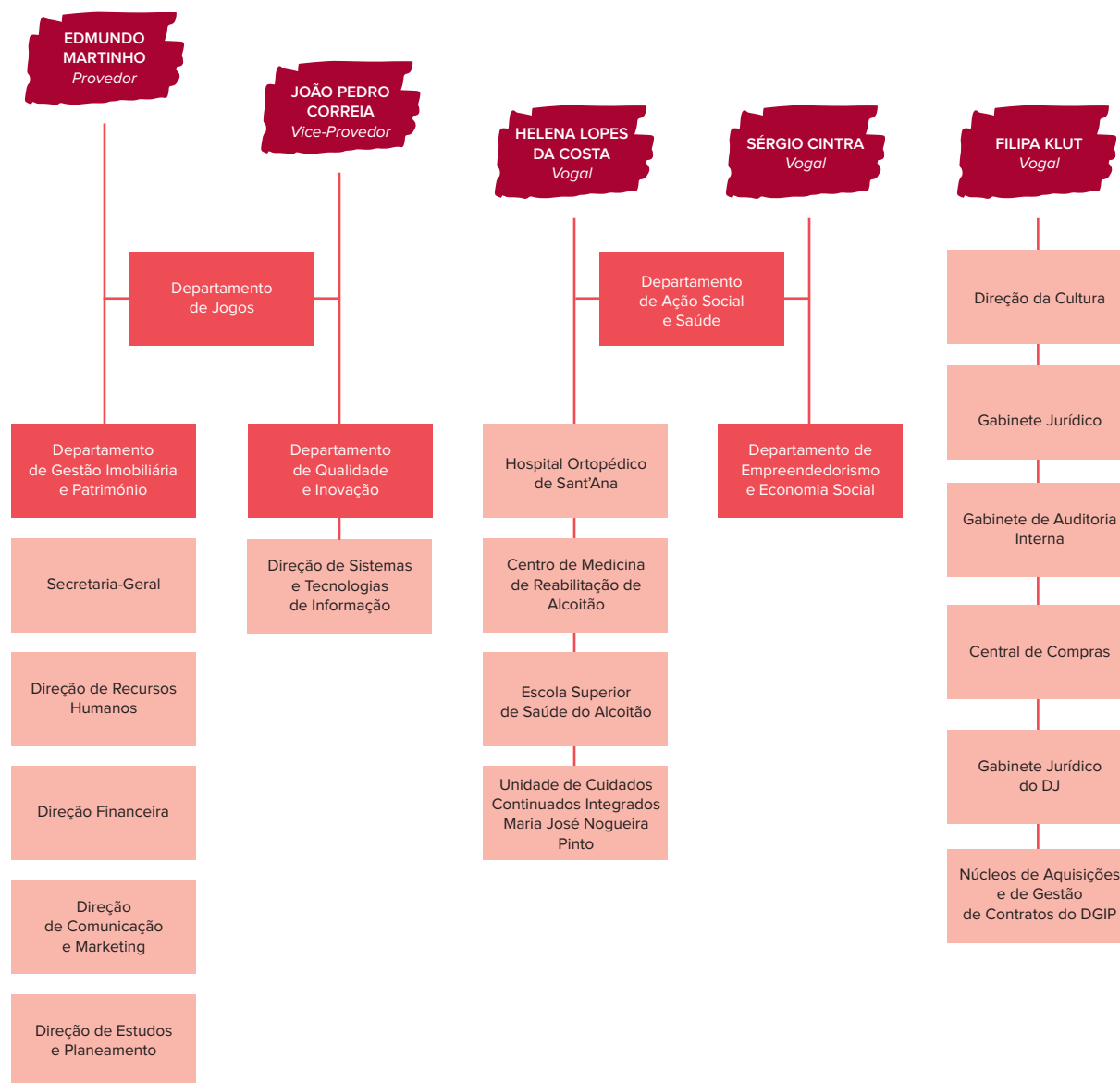
Conselho de Jogos

- Dá parecer sobre o plano de atividades e orçamento do Departamento de Jogos, bem como sobre o relatório e as contas que os executam;
- Pronuncia-se sobre a exploração dos jogos sociais autorizados ou concedidos à SCML;
- Pronuncia-se acerca da exploração de outros jogos pela SCML;
- Dá parecer, quando solicitado, relativamente à exploração de jogos por outras entidades.

9 membros, não-remunerados:

- Provedor;
- Um representante da tutela;
- Um representante do Ministério das Finanças;
- Um representante do Ministério da Administração Interna;
- Um representante do Ministério da Saúde;
- Um representante do Ministério da Educação;
- Um representante do Ministério da Cultura;
- Um representante da área governamental que tutela o desporto;
- Um representante da área governamental que tutela o comércio e o turismo.

MESA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA



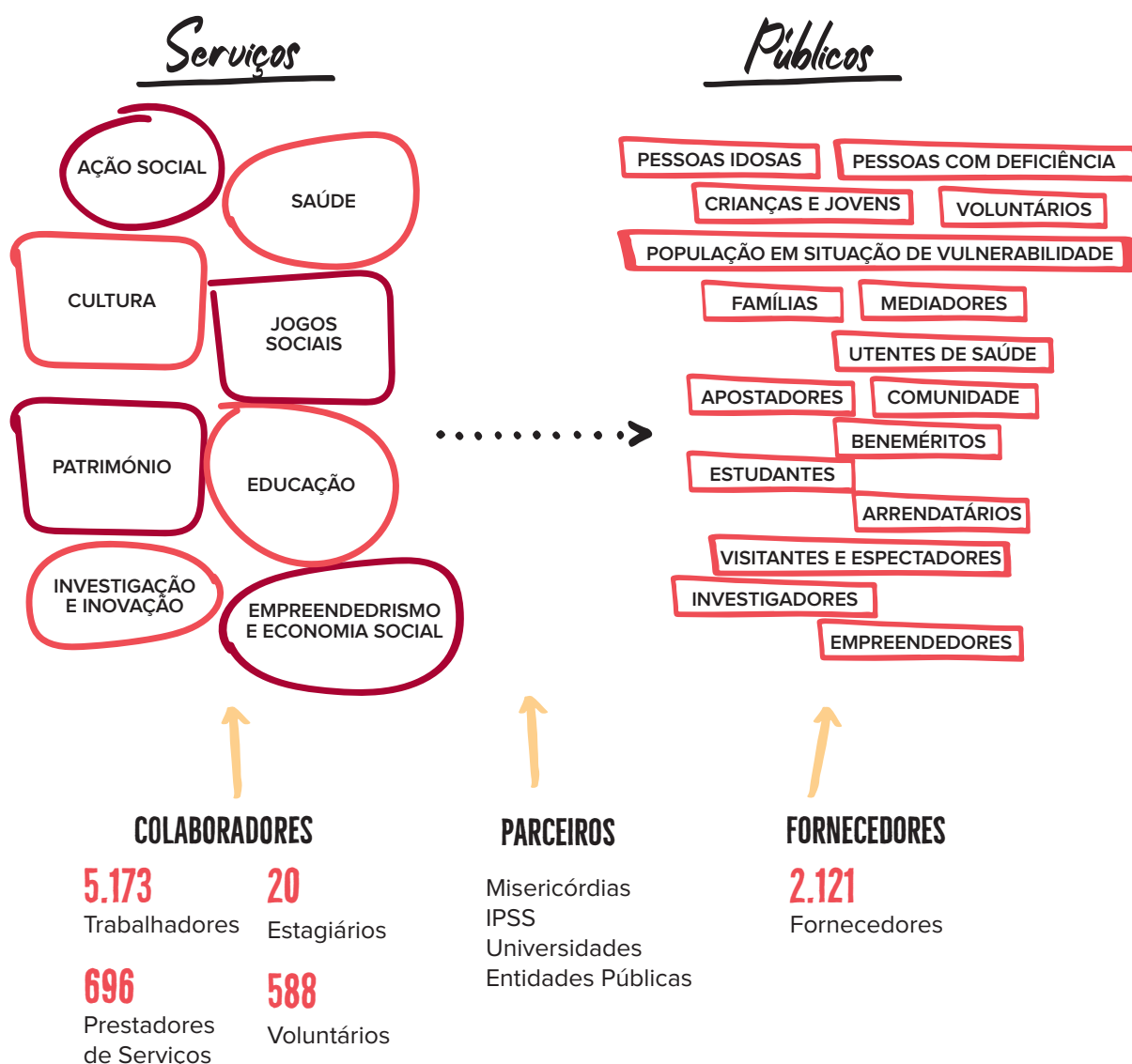
Em 2018 foi publicada a Lei 53/2018, que veio introduzir uma significativa alteração aos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, em matéria de investimentos estratégicos e estruturantes.

De acordo com esta alteração, ficou a Mesa da Misericórdia de Lisboa obrigada a submeter à aprovação da Tutela “a realização de investimentos estratégicos e estruturantes, incluindo aqueles que ditem um envolvimento de representantes da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa na administração ou nos órgãos sociais de instituições que, direta ou indiretamente, desenvolvem atividade noutros setores ou aqueles que envolvam um volume superior a 5% do valor do orçamento anual” (artigo 2º. da Lei 53/2018).

2.3 O QUE FAZEMOS

Temos a concessão da exploração dos Jogos Sociais do Estado e, com a parte das receitas que nos são destinadas por conta desta exploração, asseguramos diariamente um importante trabalho nas áreas da Ação Social, da Saúde, da Educação e da Cultura na cidade de Lisboa, prestando serviços a milhares de pessoas. Apoiamos o empreendedorismo, os nossos parceiros da economia social e investigadores que procuram respostas para problemas e questões relacionados com as nossas áreas de atividade. Somos também merecedores da confiança de muitos beneméritos, que doam à nossa organização os seus bens para que possam servir um propósito social. Estes legados ajudam a compreender a razão do nosso vasto património, em particular o edificado, que temos de manter e gerir honrando as vontades dos seus doadores, rentabilizando-o sempre que possível, para que possa constituir uma outra fonte de financiamento das nossas causas sociais.

De acordo com os nossos Estatutos, podemos, a pedido do Estado ou de outras entidades públicas, desenvolver atividades de serviço ou interesse público e alargar a nossa atividade, desenvolvida primordialmente no município de Lisboa, a outras áreas do país.



2.3.1 O nosso trabalho em 2018

AÇÃO SOCIAL

Missão: Prevenir situações de desigualdade, carência socioeconómica, vulnerabilidade social e exclusão social, promover o desenvolvimento pessoal, a inclusão e coesão social.

Equipamentos sociais: 127

Equipa: 2.582 colaboradores

Família e Comunidade	Infância e Juventude	Pessoas Idosas	Pessoas com Deficiência	Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	Outras áreas de intervenção e atividades	Voluntariado
14.080 processos familiares atendidos	1.552 utentes de creche e creche familiar	1.686 utentes em centros de dia	68 utentes em lares residenciais	983 utentes de acolhimento de emergência e temporário	1.194 formandos de cursos de formação profissional	588 voluntários ativos
9.644 processos ativos de rendimento social de inserção	402 utentes de jardim-de-infância	645 utentes em estruturas residenciais para idosos	86 utentes em centros de atividades ocupacionais	919 utentes do refeitório social (131.018 refeições servidas no refeitório social)	3.422 beneficiários de atividades de férias	
2.479 participantes em projetos de desenvolvimento comunitário	417 crianças e jovens em acolhimento residencial	3.681 utentes com apoio domiciliário	31 pessoas com cegueira em reabilitação	4.986 utentes do atendimento de emergência		
	53 jovens em apartamentos de autonomização	664 beneficiários de teleassistência		119 utentes em apartamentos terapêuticamente assistidos		
	34 crianças integradas em pré-adoção	1.780 utentes subsidiados e acompanhados em lares privados		707 utentes em acompanhamento e vigilância terapêutica		
	2.642 crianças acompanhadas pelas equipas de apoio à família	3.426 pessoas acompanhadas pelas equipas de apoio a idosos		29 utentes nas casas de transição		

SAÚDE

Missão: Promover a saúde, prevenindo a doença através da informação, da sensibilização e do diagnóstico; tratar, curar e reabilitar os doentes; formar profissionais de saúde.

Equipamentos de saúde: 17
Equipa: 1.459 colaboradores

Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão	Escola Superior de Saúde do Alcoitão	Hospital Ortopédico de Santana	Unidade de Cuidados Continuados Integrados Maria José Nogueira Pinto	Unidades de Saúde Locais e Móveis	Pessoas com deficiência
8.254 consultas externas	225 alunos	32.232 consultas externas	129 doentes saídos	106.847 consultas médicas	99 utentes residentes na Obra Social do Pousal
656 doentes saídos de internamento	3 cursos	2.201 cirurgias	28.907 sessões de medicina física e de reabilitação	143.778 consultas de enfermagem	59 utentes atendidos em atividades ocupacionais
				19.254 pessoas abrangidas pelas ações do programa “Saúde Mais Próxima”	1.174 utentes de intervenção precoce atendidos no Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian
				12.990 consultas de psicologia na Unidade W+	

PATRIMÓNIO

Missão: Preservar e valorizar o diversificado património imobiliário, maioritariamente proveniente de doações e legados de beneméritos, utilizando parte para instalar as suas respostas e rentabilizando outra parte para gerar receitas que revertem para a atividade da Instituição.

Imóveis: 496 urbanos e 139 rústicos
Equipa: 140 colaboradores

Investimento	Arrendamento	Benemerências
11,3 M€ investimento em reabilitação do património	5,6 M€ em rendas de terrenos e edifícios	0,5 M€ doados por beneméritos à Santa Casa

CULTURA

Missão: Promover o património artístico e a atividade cultural enquanto instrumentos do desenvolvimento humano e da coesão social.

Equipamentos culturais: **4**

Equipa: **72** colaboradores

Museu de São Roque e Igreja de São Roque	Arquivo Histórico, Biblioteca e Outros edifícios com valor patrimonial
888 atividades desenvolvidas	450 atividades desenvolvidas
26.644 participantes	8.715 participantes

JOGOS SOCIAIS

Missão: Assegurar a exploração dos Jogos Sociais do Estado, em nome e por conta do Estado, garantindo o cumprimento da política nacional de jogos definida, contribuindo para a satisfação dos jogadores e criando valor a devolver à sociedade através do financiamento público das despesas de natureza social.

Pontos de venda de jogo social: **4.895**

Equipa: **351** colaboradores

744 M€ resultados líquidos	733 M€ atribuídos às entidades beneficiárias	1.681 MILHÕES de apostas registadas
--------------------------------------	--	---

EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA SOCIAL

Missão: Apoiar e investir no desenvolvimento de iniciativas de empreendedorismo e economia social, como instrumentos de criação de respostas inovadoras e criadoras de impacto social.

Equipa: **14** colaboradores

Casa do Impacto	Programa de apoio a empreendedores sociais	Santa Casa Challenge	Apoios a projetos
11 parcerias estabelecidas	4 projetos divulgados/apoiados	6 projetos vencedores	248 MIL € atribuídos a projetos
		60 MIL € valor dos prémios entregues	

QUALIDADE E INOVAÇÃO

Missão: Promover, apoiar e realizar iniciativas que visem a investigação e desenvolvimento, a inovação, a sustentabilidade e a responsabilidade social.

Equipa: **27** colaboradores

Investigação Científica	Sustentabilidade
Prémios Santa Casa Neurociências 400 MIL € atribuídos aos premiados	85% das instalações da Santa Casa com sistemas de monitorização de consumo de água
Prémio João Lobo Antunes 40 MIL € atribuídos ao premiado	70% dos resíduos encaminhados para destinos com menor impacto ambiental
	686 horas de voluntariado corporativo

2.3.2 O nosso desempenho de sustentabilidade em 2018

IMPACTO AMBIENTAL

- 59.216 GJ de eletricidade
- 19.925 GJ de combustível
- 37.307 GJ de gás
- 7.962 tCO₂e emitidas
- 286.427 m³ de água
- 2.138 t de resíduos

IMPACTO ECONÓMICO

- 253,6 M€ receitas correntes
- 225,2 M€ despesas correntes
- 26,9 M€ Investimento
- 2.121 fornecedores
- 57 M€ pagos a fornecedores, num prazo médio de 64 dias

ÉTICA, INTEGRIDADE, BOA GOVERNAÇÃO

- 0 multas ou sanções por violação da privacidade
- 0 multas ou sanções por casos relacionados com corrupção
- 0 multas ou sanções por violação de legislação laboral
- 9 mil € de coimas por 5 situações de não-conformidades ambientais

GESTÃO DE PESSOAS

- 5.173 colaboradores
- 74% são mulheres
- 98.669 horas de formação
- 97% têm um contrato por prazo indeterminado

SOCIEDADE

- 3,6 M€ subsídios e apoios concedidos a entidades e projetos
- 1,6 M€ apoios concedidos pelo Fundo Rainha D. Leonor
- 2,9 M€ apoios concedidos pelo Fundo Recomeçar
- 7 M€ patrocínios concedidos pelos Jogos Santa Casa



2.3.3. O nosso desempenho económico em 2018

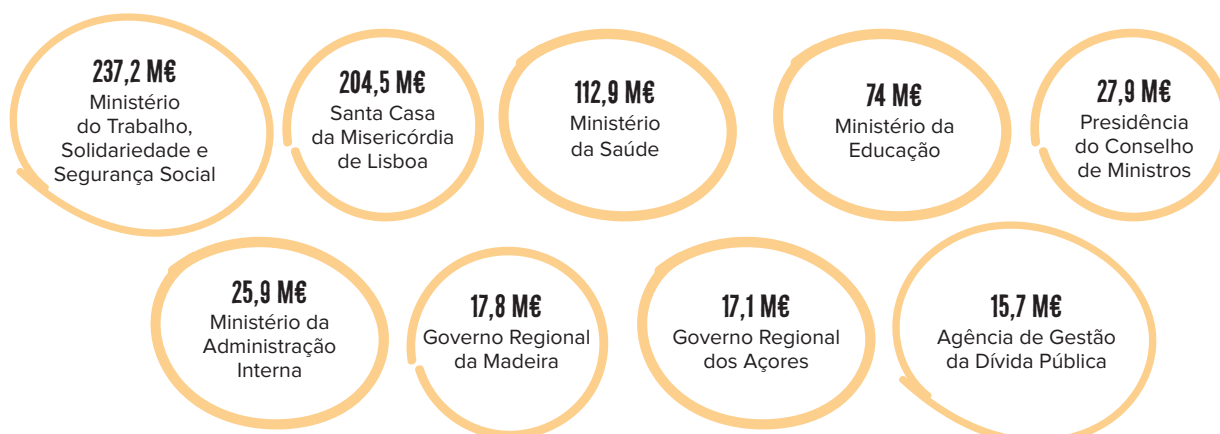
A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa tem a concessão da exploração dos Jogos Sociais do Estado, que desde o século XVIII se afirmou como a principal fonte de financiamento da atividade da nossa organização e uma importante fonte de receita de outras Boas Causas.



Entre os beneficiários diretos das receitas dos Jogos Sociais encontram-se o Ministério da Saúde, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a Presidência do Conselho de Ministros, o Ministério da Educação, o Ministério da Cultura, o Ministério da Administração Interna, e as Regiões Autónomas. E são múltiplas as áreas financiadas por estas receitas, desde a proteção civil, à saúde, à solidariedade social, ao desporto e à cultura.

Em 2018, foram distribuídos **733 M€** de euros a estas entidades, sendo as áreas da Ação Social e da Saúde as que mais verbas recebem, de acordo com o definido nas percentagens de distribuição dos resultados dos Jogos Sociais. Neste ano foram já refletidas as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 23/2018, que alterou a forma de distribuição dos resultados líquidos dos jogos sociais explorados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a qual passou a incluir os governos regionais das regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DOS JOGOS SOCIAIS PELAS ENTIDADES BENEFICIÁRIAS EM 2018 (M€)



Além dos **prémios atribuídos aos apostadores** e dos resultados líquidos das vendas distribuídos às entidades beneficiárias atrás identificadas, outro importante impacto dos Jogos Sociais do Estado refletiu-se junto dos **mediadores**. Em 2018, os Jogos Sociais do Estado tinham 4895 pontos de venda por todo o país, estimando-se que cada um tenha auferido, em média cerca de 48 mil € provenientes da atividade relacionada com o jogo (**236 M€** no total) e que, no seu conjunto, estas receitas assegurem mais de 16 mil postos de trabalho, dinamizando a economia local.

As receitas do jogo Placard permitem também a várias entidades ligadas ao desporto, como **clubes, sociedades desportivas, ou federações desportivas**, beneficiar de um importante financiamento para a sua atividade. Em 2018, este montante alcançou os **18 M€**. Tal como os patrocínios atribuídos com as receitas dos Jogos Sociais, que são dirigidos fundamentalmente para eventos e ações relacionados com o apoio ao desporto, e que no ano em apreço totalizaram **7 M€**.

O **combate ao jogo ilegal** é igualmente financiado pelas receitas dos Jogos Sociais: foram destinados **1 M€** para atividades com este propósito, em 2018.

Já o **Estado** recebeu **180 M€** resultantes da aplicação do Imposto do Selo sobre a venda do jogo e sobre os prémios atribuídos aos apostadores, valor este que chegou aos **1.881 M€**.

A **Santa Casa da Misericórdia de Lisboa** recebe, além dos 26,52% das receitas líquidas da exploração dos Jogos Sociais, uma parte da receita do Totobola e do Totoloto destinada especificamente ao financiamento da atividade do seu Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, do valor de prémios caducados e de coimas aplicadas no âmbito da fiscalização da legalidade do jogo (o que equivaleu a 204,5 M€), mais 2% da receita do Placard, que correspondeu, a 11 M€.

No total, em 2018 a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa recebeu 215 M€ provenientes da exploração dos Jogos Sociais, o que representou 85% do seu financiamento total.

É por todo este impacto que os resultados dos Jogos Sociais têm na sociedade e na economia local e nacional, e apesar de não relevarem para apuramento do indicador 201-1 das normas GRI, referente ao valor económico gerado e distribuído, por beneficiarem muito mais entidades além da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que consideramos que as referências aos mesmos, neste Relatório, são importantes. Outra das razões pelas quais foi opção da Santa Casa incluir estas referências no presente Relatório de Sustentabilidade é a importância que estes resultados têm para as suas Partes Interessadas e para a sociedade em geral, sendo frequentemente referidos pelas mesmas, transversalmente, como um tópico de interesse. Mais detalhes sobre os resultados da exploração dos Jogos Sociais do Estado são apresentados no Relatório de Gestão e Contas do Departamento de Jogos.

Já para efeitos de comunicação do Indicador 201-1 das normas GRI, apenas são tidas em consideração as contas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, podendo obter-se informação mais detalhada no seu Relatório de Gestão e Contas 2018.

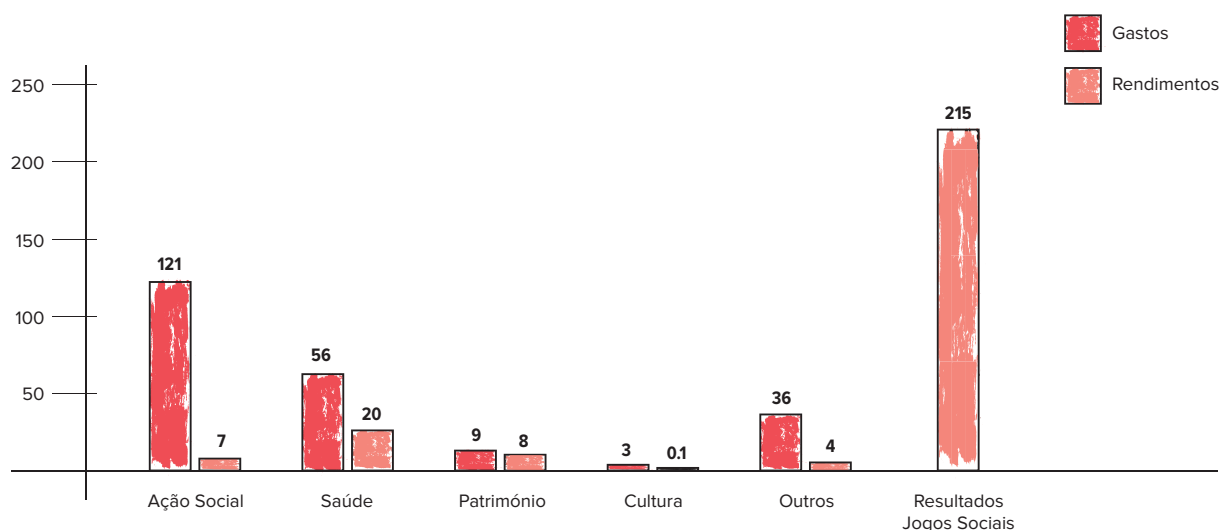
O IMPACTO DO DESEMPENHO ECONÓMICO DA SANTA CASA NA SOCIEDADE

Como já referido, dos resultados dos Jogos Sociais estão dependentes, não só a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, como muitas outras entidades e causas públicas nacionais. Se por um lado compete à Santa Casa maximizar os seus resultados, para continuar a assegurar ao Estado um veículo de financiamento das políticas públicas, por outro lado a estratégia de exploração tem obrigatoriamente de ser responsável, protegendo os consumidores de estratégias de marketing agressivas e apelando a um comportamento moderado, dado que é isso que distingue os Jogos Sociais do Estado dos outros operadores do mercado, e o que representa um desafio permanente e acrescido para a nossa organização.

Com as verbas que recebemos da distribuição dos resultados dos Jogos Sociais, 215 M€ em 2018, asseguramos um conjunto crucial e insubstituível de serviços de ação social, saúde, cultura e educação em Lisboa e apoiamos várias entidades ou iniciativas da economia social. Com as nossas receitas, temos ainda a obrigação de manter e conservar o património que nos foi sendo legado ao longo de décadas.

Em 2018, o investimento realizado pela Santa Casa atingiu os 26,9 milhões de euros, o que representa uma variação de -36,3 milhões de euros face ao ano anterior (-57,4%). Destacam-se investimentos em património imobiliário, com a aquisição de dois prédios em Lisboa (no valor de 4,6 M€) e a realização de obras em diversos imóveis de rendimento e de atividade no valor global de 15 M€. Neste âmbito, destacam-se as intervenções na Quinta Alegre - Palácio de Marquês do Alegrete (3,3 M€), na Unidade de Cuidados Continuados Integrados Hospital Pulido Valente (2,9 M€), no Palácio de São Roque (1,6 M€), no Hospital da Estrela (0,6 M€) e no Centro de Medicina e Reabilitação do Alcoitão (0,6 M€).

GASTOS E RENDIMENTOS POR ÁREA DE ATIVIDADE 2018 (M€)



A despesa corrente da Santa Casa aumentou 6,7%, em relação a 2017. Esta evolução explica-se em boa medida pelo crescimento nas rubricas dos subsídios, bolsas e apoios financeiros (5,2%) e do pessoal (7,7%). Já o aumento da despesa com esta última rubrica justifica-se, entre outras razões, pelo aumento da despesa com as progressões ordinárias, o descongelamento e progressão de carreira dos colaboradores afetos à função pública e a integração do novo Acordo Coletivo dos Médicos.

No que diz respeito às receitas correntes, estas diminuiram 3,1%, devido à redução das verbas provenientes dos Jogos Sociais (menos 2,6%), redução essa decorrente da alteração da forma de distribuição dos resultados líquidos dos Jogos Sociais explorados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que passou a incluir os governos regionais das regiões autónomas da Madeira e dos Açores, reduzindo-se a percentagem das verbas destinadas à Santa Casa (de 27,76% para 26,52%).

VALOR ECONÓMICO DIRETO GERADO E DISTRIBUÍDO



Apesar de não termos como objetivo o lucro, temos como objetivo uma gestão prudente e eficiente, que nos permita assegurar a continuidade da nossa missão e os compromissos assumidos com as nossas Partes Interessadas. A sustentabilidade financeira é assim uma preocupação na nossa gestão e atividade operacional, que não podemos nunca deixar para segundo plano, mesmo que tenhamos retido, em 2018, um resultado positivo de 28,4 M€ milhões de euros e tenhamos obtido um resultado líquido de 33,3 milhões de euros. Temos de olhar para o presente, mas sobretudo para preparar o futuro e precaver-mos para os desafios que antevemos.

Neste sentido, e ao assumirmos um papel tão relevante no assegurar do bem-estar social, em particular na área de Lisboa, dizemos que há milhares de pessoas que dependem da nossa sustentabilidade financeira para terem acesso a medidas de combate à pobreza e de inclusão social.

E neste plano, os desafios do futuro são grandes e têm obrigado a que nos ajustemos a novas e urgentes necessidades, que justificam, a título de exemplo, os compromissos que temos vindo a assumir na preparação da cidade para uma demografia envelhecida, seja na área dos Cuidados Continuados, com a criação de Unidades de Cuidados Continuados Integrados em Lisboa – como a Unidade de Cuidados Continuados de São Roque ou a Unidade em construção no antigo Hospital Militar da Estrela – ou no desenvolvimento do Programa “Lisboa, Cidade de Todas as Idades”, que constitui um novo olhar e uma diferente intervenção sobre as questões da longevidade e através do qual serão criadas respostas e serviços pensados de acordo com os princípios da autonomia e participação individual.

Foi no sentido de garantir a sustentabilidade financeira necessária para sermos capazes de responder aos novos desafios sociais, que iniciámos um alargado processo de reflexão interna, de projeção para um horizonte temporal de 10 anos, incentivando os serviços a pensar e a prever novas fontes de receita e de poupança, que nos tornassem mais eficientes.

2.4. COMO GERIMOS A SUSTENTABILIDADE

DECISÃO E ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

ADMINISTRAÇÃO

A Administração é o órgão máximo, competindo-lhe, entre outras atribuições, definir as orientações e os objetivos a atingir pela Instituição, onde se incluem, naturalmente, os relacionados com os aspetos económicos, ambientais e sociais.

ADMINISTRADOR-EXECUTIVO COM O PELOURO DA SUSTENTABILIDADE

O Administrador-Executivo com o pelouro da Sustentabilidade propõe à Administração as políticas e a estratégia de sustentabilidade.

COORDENAÇÃO OPERACIONAL

UNIDADE DE SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO DEPARTAMENTO DA QUALIDADE E INOVAÇÃO

A Unidade de Sustentabilidade e Inovação, estrutura integrada no Departamento da Qualidade e Inovação, é responsável por coordenar as atividades integradas na estratégia de sustentabilidade, em colaboração com as diferentes áreas de intervenção e serviços transversais.

Sob sua responsabilidade direta está a operacionalização das atividades em matéria de gestão ambiental e energética, responsabilidade social e voluntariado corporativo.

OPERACIONALIZAÇÃO

SERVIÇOS

Aos diferentes serviços da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa cabe-lhes realizar a estratégia de sustentabilidade, incorporando-a no ciclo de atividade organizacional.

COLABORADORES

Os colaboradores são os principais agentes da responsabilidade social e ambiental na nossa instituição. Ao contribuírem com os seus gestos e comportamentos individuais, ajudam a concretizar a estratégia de Sustentabilidade da Santa Casa.

INICIATIVAS, GRUPOS E ASSOCIAÇÕES RELEVANTES PARA A SUSTENTABILIDADE QUE A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA INTEGRA

United Nations Global Compact e a sua Rede Portuguesa

Aliança para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Portugal

Carta Portuguesa para a Diversidade



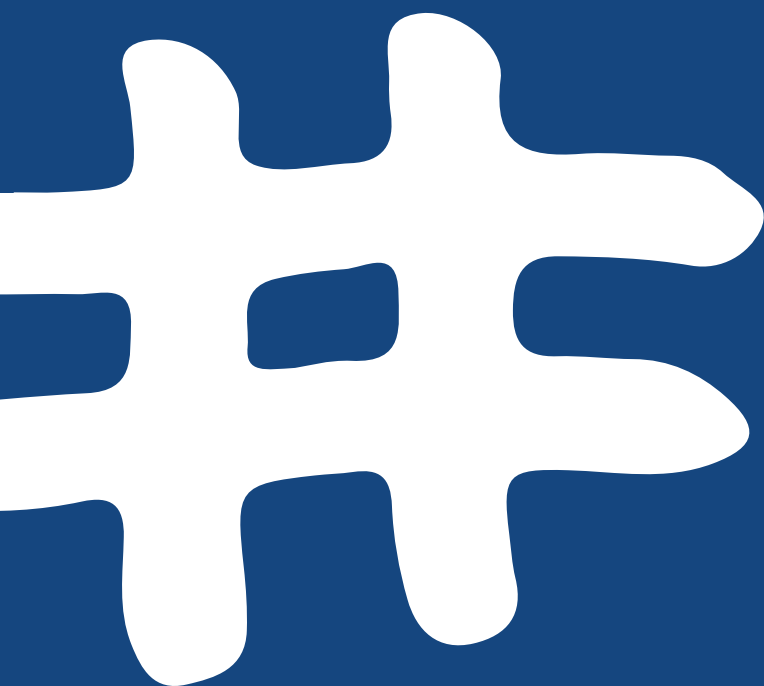


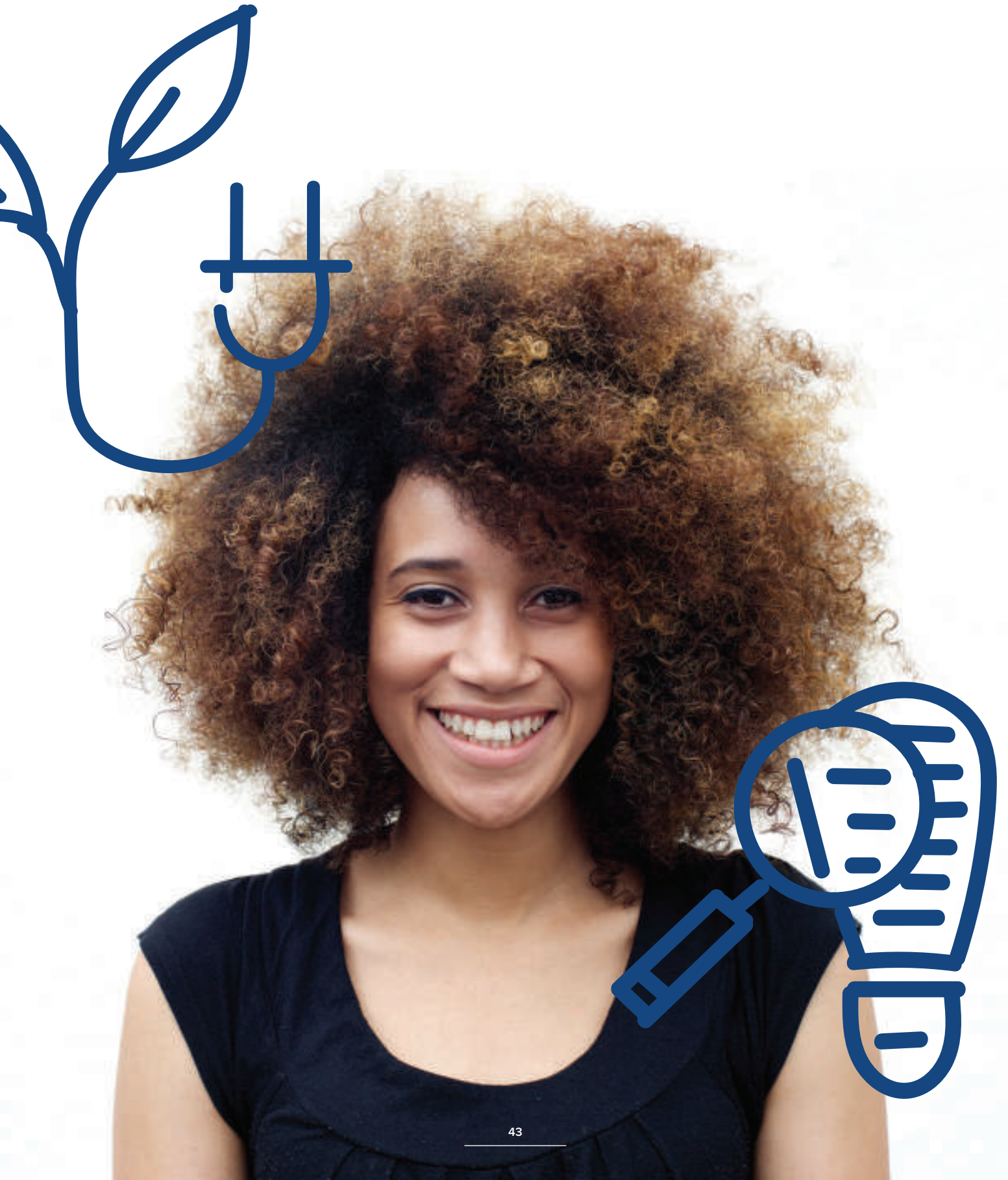
criar

**um valor partilhado
e sustentável, ouvindo
as nossas Partes Interessadas**

**O NOSSO PLANO ESTRATÉGICO
DE SUSTENTABILIDADE 2016-2019**

Quem são as nossas Partes Interessadas? — 45
Consulta das Partes Interessadas — 48
Definição da Materialidade — 49
O Plano Estratégico 2016-2019 — 49





03

O NOSSO PLANO ESTRATÉGICO DE SUSTENTABILIDADE 2016-2019

Nos dois capítulos anteriores apresentámos a Santa Casa, a diversidade e a dimensão do seu trabalho, as muitas pessoas a quem chega, o vasto património que gere, o enorme impacto económico da sua atividade, seja pela exploração dos Jogos Sociais, seja pelo seu trabalho na redução da pobreza ou das desigualdades sociais.

Este é um trabalho do qual nos orgulhamos, mas temos consciência que o mesmo não é possível de concretizar apenas com um impacto positivo. Seja pelos recursos naturais que consumimos, pelos resíduos que produzimos ou pelas emissões de gases com efeito de estufa por que somos responsáveis. Seja pelo impacto que as nossas opções de gestão e modelos de atuação têm sobre as nossas partes interessadas.

O nosso Plano Estratégico de Sustentabilidade ajuda-nos a gerir o nosso impacto social, ambiental e económico e a responder de forma mais positiva às expectativas das nossas partes interessadas.

3.1. QUEM SÃO AS NOSSAS PARTES INTERESSADAS?

Um dos princípios basilares da sustentabilidade e da responsabilidade social é a criação de valor partilhado. Uma organização não existe em si só, é um ecossistema que afeta e é afetado por múltiplos atores, internos e externos: as suas partes interessadas.



AS NOSSAS PARTES INTERESSADAS	ASSOCIAÇÕES E PARCEIROS ESTRATÉGICOS	BENEMÉRITOS	COLABORADORES	COMUNICAÇÃO SOCIAL	COMUNIDADE	FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS	INSTITUIÇÕES ACADÊMICAS E CIENTÍFICAS
QUEM SÃO?	São as entidades com objetivos afins, com as quais a Santa Casa estabelece relações em prol do bem comum, apoiando ou cooperando no desenvolvimento de projetos e iniciativas, numa perspectiva de inovação, qualificação e maximização do alcance da sua ação.	São pessoas e entidades que, através dos importantes legados, heranças e doações que deixam à Instituição em nome das suas boas causas, têm contribuído para a sua missão.	São o seu capital essencial, a equipa que, todos os dias, materializa a missão da Instituição.	Os media são parceiros estratégicos na difusão de informação sobre a atividade da Instituição e de sensibilização da sociedade para problemáticas relacionadas com as suas áreas de intervenção.	São as pessoas e entidades coletivas que estão na abrangência geográfica e de atividade da Instituição, na qual a mesma tem impacto direto e indireto ao nível social, económico e ambiental.	São os parceiros essenciais da cadeia de abastecimento Instituição, fornecendo bens e prestando serviços especializados não passíveis de internalização e essenciais ao desenvolvimento da atividade.	A colaboração da Santa Casa com as instituições académicas e científicas é estratégica na procura de avanços em áreas prioritárias da sua atuação, e incluindo a formação dos profissionais.

FORMAS DE COMUNICAÇÃO							
Assessoria de imprensa e <i>press releases</i>				O			
Campanhas de informação e sensibilização	O		O		O		O
Circulares informativas e normativas			O				
Códigos de conduta			C			C	
Conferências, encontros, concertos, exposições e outros eventos sociais e culturais	O	O	O	O	O		O
<i>Contact centers</i> e linhas de apoio						C	
Deliberações da Mesa		O	O			O	
Formação			O				
Intranet			C				
Manual e sessões de acolhimento aos novos colaboradores			P				
Monografias e publicações periódicas	P	P	P	P	P		P
Plataforma eletrónica de compras						C	
Prémios neurociências Santa Casa e prémios Nunes Correa Verdades de Faria					P		P
Relatório de Gestão e Contas, Relatório de Sustentabilidade	P	P	P	P	P	P	P
Reuniões e grupos de trabalho;	C	C	C			C	C
Sítios na internet e canais nas redes sociais	C	C	C	C	C	C	C

Legenda: C - Contínuo; P - Periódico; O - Ocasional

AS NOSSAS PARTES INTERESSADAS	IRMANDADE DA MISERICÓRDIA E DE SÃO ROQUE	MEDIADORES DOS JOGOS SOCIAIS	ÓRGÃOS CONSULTIVOS E DE FISCALIZAÇÃO ESTATUTÁRIOS	ASSOCIAÇÕES SINDICAIS	TUTELA E ENTIDADES PÚBLICAS EXTERNAS	UTENTES/ CLIENTES/ BENEFICIÁRIOS	VOLUNTÁRIOS
QUEM SÃO?	É uma entidade canonicamente ereta, historicamente ligada à Santa Casa, contribuindo para a concretização das sete Obras espirituais do seu Compromisso originário e assegurando o culto da Igreja de São Roque.	Constituem as pessoas singulares e coletivas que prestam serviços de assistência com vista à celebração do contrato de jogo entre o Departamento de Jogos e o jogador, recebendo o preço das apostas e procedendo ao pagamento de prémios de jogo.	Integram o modelo de governação da Instituição, sendo constituídos por representantes de entidades públicas estratégicas para a missão e a atividade da Santa Casa.	São estruturas de representação coletiva dos trabalhadores, para defesa e promoção dos seus interesses socioprofissionais, com as quais a Santa Casa mantém uma linha de diálogo regular, na persecução conjunta de uma gestão laboral e de pessoas orientada para o reforço da coerência entre a necessária adaptabilidade, a segurança e qualidade do emprego e a responsabilidade social da Instituição.	É o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que tutela a Santa Casa, e as demais entidades públicas, com as quais mantém uma relação de cumprimento de responsabilidades institucionais e legais, assim como também de cooperação mútua.	São as pessoas para quem a Instituição dirige a sua atividade e que utilizam nomeadamente os seus serviços de ação social e de saúde, frequentam os seus cursos de formação, são empreendedores sociais, são seus arrendatários e são jogadores dos Jogos Sociais.	São as pessoas que, de forma livre e desinteressada, colocam o seu tempo e aptidões ao serviço da missão da Santa Casa, complementando a sua atividade.

FORMAS DE COMUNICAÇÃO

Assessoria de imprensa e <i>press releases</i>							
Campanhas de informação e sensibilização		O				O	O
Circulares informativas e normativas		O					
Códigos de conduta		C					
Conferências, encontros, concertos, exposições e outros eventos sociais e culturais	O	O				O	O
<i>Contact centers</i> e linhas de apoio					C	C	
Deliberações da Mesa	O	O	O	O	O		
Formação		O					O
Intranet	P						
Manual e sessões de acolhimento aos novos colaboradores							
Monografias e publicações periódicas	P	P	P		P	P	P
Plataforma eletrónica de compras							
Prémios neurociências Santa Casa e prémios Nunes Correa Verdades de Faria							
Relatório de Gestão e Contas, Relatório de Sustentabilidade	P	P	P	P	P	P	P
Reuniões e grupos de trabalho;		C	C	C			C
Sítios na internet e canais nas redes sociais		C	C	C	C	C	C

Legenda: C - Contínuo; P - Periódico; O - Ocasional

3.2. CONSULTA DAS PARTES INTERESSADAS

Consideramos que a nossa missão só pode ser plenamente cumprida se promovermos o envolvimento daqueles, pessoas singulares e coletivas, com os quais nos relacionamos, e que são as nossas Partes Interessadas, procuramos desenvolver processos regulares de consulta, como forma de obter *feedback* das necessidades, expectativas e interesses das nossas partes interessadas, e de poder incorporá-los na nossa estratégia de atuação.

Na origem do Plano Estratégico de Sustentabilidade 2016-2019 estiveram três processos de consulta às nossas partes interessadas:

focou-se nos colaboradores da instituição, tendo tido como objetivo conhecer as suas preocupações e as expectativas relativamente ao contributo da Santa Casa para o desenvolvimento sustentável. Foi um estudo bastante abrangente, na medida que todos os colaboradores foram inquiridos (4.851 colaboradores inquiridos e taxa de resposta de 30%).

2012



2013

abrangeu utentes, fornecedores e entidades parceiras (60 partes interessadas inquiridas e taxa de resposta de 100%) e aconteceu por ocasião da realização do primeiro relatório de sustentabilidade, tendo como propósito definir a matriz de materialidade .



2015

dirigiu-se à administração, a colaboradores, fornecedores e entidades parceiras (45 inquiridos e uma taxa de resposta de 60%) e teve como objetivo obter o seu *feedback* relativamente ao primeiro relato de sustentabilidade da instituição e incorporar as suas expectativas no relato em preparação.

Em 2018 realizámos um novo processo de consulta, mais abrangente, com o intuito de obter *feedback* sobre o Plano Estratégico 2016-2019 e de preparar o novo ciclo da estratégia de sustentabilidade, em 2019. No Capítulo O Nosso Plano para o Futuro abordaremos esta auscultação com mais detalhe.

3.3. DEFINIÇÃO DA MATERIALIDADE

Dos processos de auscultação realizados entre 2012 e 2015 resultou um conjunto de seis tópicos considerados mais relevantes para a sustentabilidade da Santa Casa Lisboa pelas nossas partes interessadas, a que se juntou mais um, identificado como material pela nossa própria organização - promover a inovação e modernização:



3.4. O PLANO ESTRATÉGICO 2016-2019

Aprovado no decurso de 2016, o Plano Estratégico de Sustentabilidade da Santa Casa para o período de 2016-2019 procurou dar resposta aos temas materiais identificados no ponto anterior e a cinco pressupostos-chave que se alinham com aqueles temas:

- A necessidade de **racionalização e de uma utilização mais eficiente dos recursos naturais** ao dispor da instituição, minimizando o impacto ambiental da sua atividade;
- O **envolvimento das suas partes interessadas**, garantindo que as suas preocupações e expectativas são refletidas na gestão da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- A **promoção do bem-estar dos trabalhadores da instituição**, porquanto constituem o seu capital vital e asseguram o cumprimento da sua Missão;
- O **reforço da transparência na gestão** e da atividade organizacional, algo crucial para uma instituição que tem uma enorme responsabilidade para com as suas partes interessadas e uma grande amplitude de intervenção multissetorial na nossa sociedade;
- A procura de **novas formas de aumentar o impacto positivo** da Misericórdia de Lisboa na comunidade envolvente.

Desta articulação, resultou o seguinte Plano:

PREPARAR UM FUTURO DE BOAS CAUSAS

DIMENSÃO ECONÓMICA			
Objetivo	Fortalecer os mecanismos de apoio ao modelo de Governação		
Objetivo		Promover a Inovação e Modernização	
Linha de ação	<i>Governação e Transparência</i>	<i>Inovação e Modernização</i>	
Ações		Adiado/Revisto Em curso Parcialmente alcançado Alcançado	Adiado/Revisto Em curso Parcialmente alcançado Alcançado
	Incorporar a Sustentabilidade no modelo de Governação		▶
	Rever o Plano de ação para a mobilização e sensibilização interna	▶	
	Criar um Plano de ação para a comunicação e para a modernização do relacionamento com as Partes Interessadas Externas	▶	
	Promover a gestão de risco como elemento de suporte à tomada de decisão	▶	
	Promover as Compras Sustentáveis	▶	
	Preservar o equilíbrio financeiro na atividade	▶	
	Assegurar uma comunicação transparente e atualizada	▶	
			Investir no apoio à investigação e ao desenvolvimento científico, com retorno para a sociedade e para as áreas de atividade da Instituição
			▶
			Propor um modelo-piloto de avaliação de impacto social para um projeto
			▶
			Simplificar e desmaterializar o acesso dos serviços à informação
			▶

DIMENSÃO AMBIENTAL	
Objetivo	Minimizar a pegada ecológica da SCML
Linha de ação	<i>Cumprimento legal</i>
Ações	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> Adiado/Revisto Em curso Parcialmente alcançado Alcançado </div>
Elaborar o Plano de Intervenção Ambiental	▶
Linha de ação	<i>Resíduos</i>
Assegurar o cumprimento, gestão e revisão do Plano de Gestão de Resíduos	▶
Assegurar o cumprimento, gestão e revisão do Plano de Gestão de Resíduos Hospitalares	▶

DIMENSÃO SOCIAL	
Objetivo	Promover o fortalecimento da Responsabilidade Social Corporativa da SCML
Linha de ação	<i>Responsabilidade Social Organizacional</i>
Ações	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> Adiado/Revisto Em curso Parcialmente alcançado Alcançado </div>
Elaborar a Estratégia de Responsabilidade Social Corporativa	▶
Dinamizar o Voluntariado Corporativo	▶
Linha de ação	<i>Coessão Interna</i>
Ações	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> Adiado/Revisto Em curso Parcialmente alcançado Alcançado </div>
Promover a saúde e o bem-estar dos trabalhadores e dos reformados	▶
Criar e operacionalizar o Programa Interno de Inovação	▶

dimensão económica

3.4.1. Fortalecer os mecanismos de apoio ao modelo de governação

Incorporar a Sustentabilidade no modelo de Governação foi uma das metas iniciais, porque é nossa convicção de que só pela integração do compromisso com a sustentabilidade no próprio **planeamento estratégico** é que conseguimos alcançar resultados com impacto na organização e com isso no desenvolvimento sustentável.

Foi por isso, com muito significado para o compromisso e posicionamento da Santa Casa, que os Objetivos Estratégicos delineados pela Administração passaram a incluir um objetivo dedicado especificamente à temática do desenvolvimento sustentável.

Paralelamente, no âmbito do Plano Estratégico de Sustentabilidade, deu-se prioridade à criação de instrumentos de orientação em matéria de boa conduta, ética e transparência. Em 2018 iniciaram-se os trabalhos para a elaboração de um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e aderiu-se à iniciativa *United Nations Global Compact* e à sua Rede Portuguesa.

CICLO 2016-2019

Objetivo Estratégico: Incorporar o desenvolvimento sustentável como um vetor indissociável da ação da SCML

CICLO 2019-2022

Objetivo Estratégico: Contribuir para os objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, no âmbito da atividade da SCML

PRINCIPAIS MARCOS ALCANÇADOS:

- Inclusão do compromisso com a Sustentabilidade nos Objetivos Estratégicos;
- Adoção voluntária da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2009, relativa à elaboração de um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que deverá ser concluído em 2019;
- Adesão à iniciativa *United Nations Global Compact*.

3.4.2. Promover a inovação e modernização

Investir no apoio à investigação e ao desenvolvimento científico, tornou-se, nos últimos anos, uma das linhas de ação emblemáticas da Santa Casa, numa perspetiva de potenciar a sua atividade e os seus resultados, contribuindo para que os mesmos possam beneficiar a sociedade. Porque conhecemos em primeira mão muitos problemas sociais, sejam os tradicionais como os emergentes, e lidamos com os seus efeitos, queremos ser uma parte ativa fundamental na procura de soluções e, por isso, temos apoiado projetos promissores e pessoas empenhadas em construir um futuro melhor para as gerações vindouras e em áreas particularmente desafiantes, como as do envelhecimento, das neurociências, das lesões vertebro-medulares, ou da esclerose lateral amiotrófica, áreas em que trabalhamos diariamente.

Acreditamos também que outra via para sermos mais eficazes nas nossas respostas passa pela modernização do nosso funcionamento. Simplificar e desmaterializar foram, por isso, outros dois objetivos que incluímos no nosso Plano Estratégico de Sustentabilidade e que foram corporizados pelo arranque dos projetos +SIMP, na área da gestão de processos organizacionais, e do UNU, na área da gestão de recursos humanos.

PRINCIPAIS MARCOS ALCANÇADOS:

- 2,4 M€ investidos na investigação científica desde 2013, que geraram 520 publicações, artigos científicos e teses de mestrado, entre outros indicadores de produção científica;
- Inaugurámos a Casa do Impacto em 2018, que pretende agregar, no mesmo espaço físico, entidades do ecossistema do empreendedorismo social e da inovação social, potenciando sinergias e o impacto do seu trabalho;
- Internamente, entrou em funcionamento o +SIMP, uma ferramenta de modernização de processos de gestão administrativa.

dimensão ambiental

3.4.3. Minimizar a pegada ecológica da SCML

Reconhecendo que temos uma pegada ecológica bastante expressiva, pela dimensão da nossa organização e pela diversidade e volume de serviços que prestamos, propusemo-nos a melhorar significativamente a gestão que fazemos do nosso impacto ambiental. Para melhorar o nosso desempenho ambiental, começámos por melhorar os sistemas de monitorização dos nossos consumos de recursos naturais e por fazer um diagnóstico ambiental, que nos permitisse elaborar um Plano de Intervenção Ambiental e gerir, num primeiro momento, a vertente de *compliance* da instituição. Estabelecida e posta em prática a estratégia para assegurar o cumprimento legal, o objetivo é que possamos introduzir num futuro próximo um conjunto de boas práticas.

PRINCIPAIS MARCOS ALCANÇADOS:

- 85% dos edifícios afetos à atividade da Santa Casa têm um sistema de monitorização dos consumos hídricos;
- Iniciou-se o Plano de Intervenção Ambiental;
- Instalaram-se pluviómetros nos espaços verdes de 10 edifícios;
- Instalaram-se contadores de água desagregados para monitorização dos consumos em 4 grandes cozinhas.



3.4.4. Promover o fortalecimento da Responsabilidade Social Corporativa

A mobilização da nossa comunidade interna constitui outro aspeto essencial, tendo em vista a apropriação de uma cultura de Responsabilidade Social por todos os colaboradores e, nesse sentido, comprometemo-nos a dinamizar o voluntariado corporativo, enquanto instrumento de participação e de contributo de cada um para o bem comum e boas causas.

Mas acreditamos que também devemos ter um papel importante na promoção da Responsabilidade Social junto da sociedade, porque ao falarmos de desenvolvimento sustentável falamos de um futuro coletivo e partilhado. É com esta crença que continuámos a apoiar outras instituições congéneres, promovendo a sua capacitação e resiliência.

PRINCIPAIS MARCOS ALCANÇADOS:

- 686 horas de voluntariado corporativo, num total de 2 ações realizadas em 2018;
- 9 novas Misericórdias apoiadas pelo Fundo Rainha D. Leonor;
- 11.482 crianças e jovens apoiados pelo Fundo Recomeçar, num total de 2,9 M€.

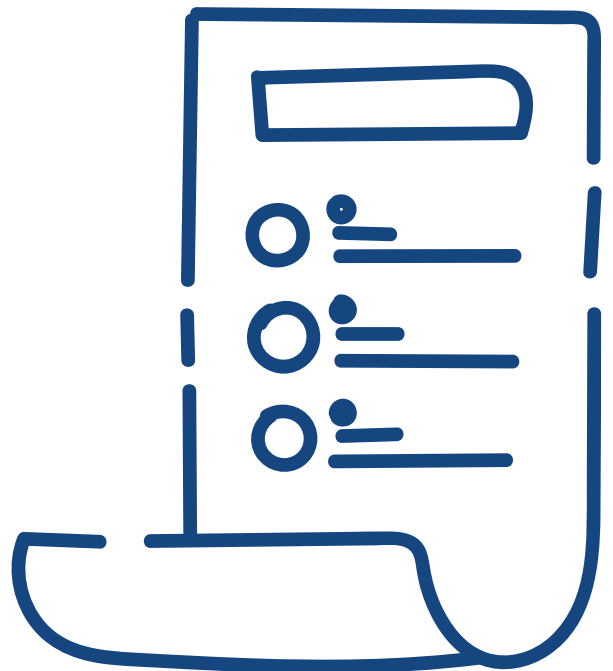
3.4.5. Reforçar a coesão interna

Temos como objetivo tornar a Santa Casa um local de trabalho onde os colaboradores se sintam reconhecidos e realizados. Só com uma equipa motivada e coesa é que conseguiremos dar resposta à nossa missão. Reconhecemos que, por vezes, não é possível percorrer este caminho tão rapidamente quanto gostaríamos, mas, desde 2016, acompanhando os indicadores nacionais de melhoria económica e social, temos vindo a tomar **medidas de valorização dos nossos profissionais**.

Reforçámos o compromisso com o respeito pela diversidade, ao assinarmos a **Carta Portuguesa para a Diversidade**, uma iniciativa da Comissão Europeia alinhada com a Estratégia Europa 2020, e promovida em Portugal pelas seguintes entidades parceiras: Alto Comissariado para as Migrações, IP; CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género; CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego; INR - Instituto Nacional para a Reabilitação, IP; ISCTE-IUL; GRACE e Fundação AGA KHAN. Com este compromisso em prol da promoção da diversidade e inclusão, contamos poder vir a participar numa plataforma disseminadora de boas práticas sobre a gestão da diversidade nas organizações, bem como reforçar o nosso modelo de gestão nesta área, encarando a diversidade como fator de criatividade e criação de valor.

PRINCIPAIS MARCOS ALCANÇADOS:

- Deu-se continuidade às progressões na carreira, assinaram-se novos Acordos de Empresa, alargaram-se os benefícios sociais, por exemplo, com a atribuição de um Seguro de Saúde a todos os colaboradores com contrato individual de trabalho;
- Aderimos à Carta Portuguesa para a Diversidade.



PARTILHAR

os resultados e as
conquistas, num trabalho
conjunto

2018: ONDE ESTAMOS

Transparência e Integridade — 59

Inovação — 63

Colaboradores — 68

Ambiente — 79

Comunidade — 89



04

2018: ONDE ESTAMOS

4.1. TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

A ética, a integridade e a transparência são dos temas materiais mais relevantes para as nossas Partes Interessadas, conforme o demonstraram as auscultações já realizadas. Para nós, estes são temas que fazem parte das nossas responsabilidades inerentes porque o cumprimento da nossa missão exige uma integridade absoluta, que transmita a confiança necessária a todos aqueles com quem nos relacionamos, especialmente em algumas das nossas áreas de atividade mais sensíveis, como a Ação Social, a Saúde ou os Jogos Sociais. Uma gestão transparente e íntegra é assim um dos nossos objetivos, para o qual trabalhamos continuamente.

NOS JOGOS SOCIAIS

Promover hábitos saudáveis de jogo é um aspeto basilar da exploração dos Jogos Sociais do Estado, atribuída à Santa Casa.

Em 2018, a *European Lotteries Association* (ELA) atribuiu, pela primeira vez, a certificação em Jogo Responsável ao nosso Departamento de Jogos.

Simultaneamente e na sequência deste prestigiado e exigente reconhecimento, foi revista a Certificação em Jogo Responsável concedida pela *World Lottery Association* (WLA) em 2011, tendo o Departamento de Jogos alcançado o nível máximo de certificação atribuído por aquela entidade – o nível 4.

O QUE DEFENDE A NOSSA POLÍTICA DE JOGO RESPONSÁVEL

ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO

Deve ser promovida a investigação e/ou a realização de estudos sobre o fenómeno do jogo problemático e sobre as práticas e ferramentas de jogo responsável e incluir o conhecimento acumulado nas decisões de gestão estratégica e corrente dos Jogos Santa Casa.

FORMAÇÃO DE COLABORADORES

Deve ser assegurada, de forma regular, a informação, sensibilização e/ou formação sobre as medidas, as práticas e as ferramentas de jogo responsável e os fatores potenciadores do fenómeno de jogo problemático.

CANALIS DE JOGO REMOTOS

Deverão ser implementados os mecanismos e verificações necessários para garantir que o acesso aos canais de jogo remotos cumpre as restrições estipuladas.
Deverão ser desenvolvidos mecanismos de proteção e autoproteção dos apostadores e mecanismos de proteção dos seus dados pessoais.

FORMAÇÃO DE MEDIADORES

Deve ser providenciada aos mediadores dos Jogos Santa Casa formação sobre as medidas, as práticas e as ferramentas de jogo responsável e enfatizar a comunicação sobre as medidas implementadas para a proteção dos apostadores, como a proibição de venda de jogo a menores de idade ou de jogo a crédito.

PUBLICIDADE E MARKETING

As atividades de publicidade, de marketing e de promoção de vendas dos jogos a dinheiro não devem fomentar hábitos de jogo excessivos, dirigir-se a grupos vulneráveis, explorar as preocupações financeiras dos indivíduos, apoiar ou remeter para ligações ou outras formas de publicidade que ofereçam soluções de crédito para gastar no jogo, nem ser discriminatórias.

DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO

Deverão ser realizados estudos de impacto social prévios ao lançamento de novos tipos de jogos ou à reformulação de jogos já existentes no portefólio que envolvam níveis elevados nos fatores de risco e definir estratégias de oferta que minimizem os riscos de jogo problemático.

INFORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DE APOSTADORES

Deverá ser disponibilizada informação clara e detalhada aos apostadores sobre as características dos jogos permitindo-lhes, assim, tomar decisões de aposta bem informadas, e informação sobre o fenómeno do jogo problemático e os seus riscos e sinais.

ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

Deverão ser identificadas as Partes Interessadas na Política de Jogo Responsável e promovido o seu envolvimento ativo nas questões relacionadas com o fenómeno do jogo problemático e com as medidas e práticas de jogo responsável, incluindo a sua visão nas decisões de gestão estratégica e de gestão corrente, particularmente no desenvolvimento da oferta de jogos.

ENCAMINHAMENTO DE APOSTADORES

Deverá ser promovido um envolvimento ativo com as entidades (incluindo as entidades oficiais) e profissionais especializados no atendimento, rastreio, aconselhamento, referenciação e tratamento de situações de jogo problemático.

MONITORIZAÇÃO E REPORTE

Deverá ser efetuado, de uma forma regular, um balanço da atuação da organização no âmbito do jogo responsável e publicados os respetivos resultados.

Nota: para conhecer o texto completo da nossa Política de Jogo Responsável, consulte: <http://jogoresponsavel.jogossantacasa.pt/>

Em 2018, foram ministradas quase **22 mil horas de formação** exclusivas sobre Jogo Responsável aos nossos mediadores. Já a linha de apoio ao Jogador encaminhou para apoio psicológico 135 apostadores, de um total de **262 contactos recebidos**. E registaram-se **422 autoexclusões ativas**, 92 no jogo Placard e 330 no Portal de Jogos Santa Casa.

A promoção de um Jogo Responsável alinha-se com três outras linhas de intervenção, que, em conjunto, ajudam a garantir a integridade dos jogos e da sua exploração e procuram diferenciar positivamente os Jogos Sociais do Estado:

INTEGRIDADE DOS JOGOS SANTA CASA			
JOGO RESPONSÁVEL	GARANTIA DA INTEGRIDADE DO DESPORTO	COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS	SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO DAS FAMÍLIAS
através de medidas e ferramentas que promovam uma tomada de decisão consciente sobre o ato de jogar, assegurando assim o bem-estar dos apostadores e a manutenção da componente lúdica e divertida da atividade do jogo	através de uma análise permanente dos jogos para prevenir e combater a manipulação dos resultados	através de uma política interna de combate ao branqueamento de capital, fraude e terrorismo	através da política de Jogo Responsável e de mecanismos que procuram limitar o esforço financeiro dos apostadores, através de uma oferta moderada de jogos, com baixos valores de apostas, mecânicas simples e diversos níveis de prémios

NA CONDUTA DOS NOSSOS COLABORADORES

Temos 520 anos de história, mas esta longevidade não nos atribui uma licença social automática para continuarmos a exercer a nossa atividade. Diariamente, temos de provar ser merecedores da confiança daqueles serviços e dos que nos procuram e a boa conduta dos nossos colaboradores na sua atuação individual é o reflexo da boa conduta da nossa organização.

Para ajudar os nossos colaboradores a seguir o nosso sistema de valores e o nosso padrão de conduta que definimos como essencial, dispomos de um Código de Boas Práticas dos Trabalhadores, um guia de preceitos que serve de orientação para o cumprimento íntegro dos nossos fins estatutários.

No seu conteúdo podemos encontrar orientações em matéria de direitos humanos, boa governação, segurança e saúde no trabalho ou relacionamento interpessoal.

Dispomos também de um Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, em cumprimento da legislação e porque não aceitamos o assédio, sob qualquer forma, na nossa conduta organizacional.

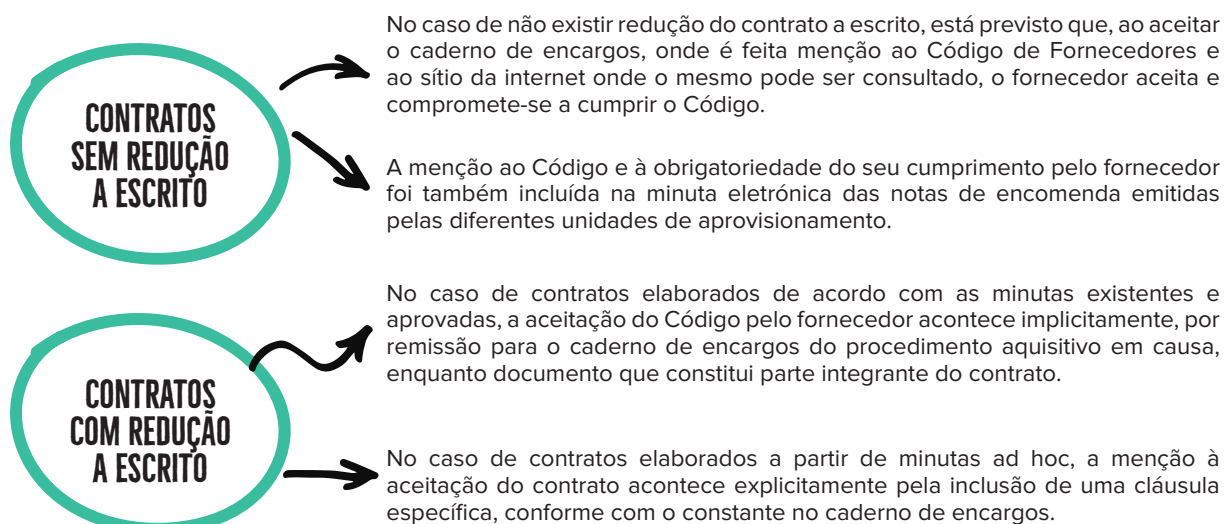
NO RELACIONAMENTO COM OS NOSSOS FORNECEDORES

Para assegurarmos que os nossos compromissos em matéria de sustentabilidade, responsabilidade social, ética, transparência e integridade são cumpridos, cremos que é necessário o envolvimento de todas as nossas Partes Interessadas, entre as quais se encontram os nossos fornecedores e subcontratados.

Assim, partilhamos com eles um Código de Conduta dos Fornecedores, que abrange os temas da ética, direitos humanos e práticas laborais, segurança e saúde no trabalho, preservação ambiental e segurança da informação, em respeito das disposições da Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Convenções da Organização Internacional do Trabalho, e da legislação nacional e comunitária.

Uma vez que a nossa organização está sujeita ao Código dos Contratos Públicos, o modelo de aceitação do nosso Código de Fornecedores foi pensado de modo a ser aplicável aos diferentes tipos de celebração de contratos previstos na contratação pública.

FORMAS DE ACEITAÇÃO DO CÓDIGO DE CONDUTA DE FORNECEDORES



A Santa Casa dá ainda cumprimento às obrigações do Código dos Contratos Públicos, em matéria de publicação dos seus contratos. Em 2018, foram celebrados 690 contratos e foram publicados no Portal Base 577 contratos, sendo que 20 destas publicações diziam respeito a contratos celebrados em 2017.

A discrepância entre o número de contratos celebrados e publicitados no Portal Base explica-se pela existência de contratos que são dispensados de publicitação, como sejam os contratos de arrendamento, comodato, doações, patrocínios, publicidade, contratação excluída, que são objeto de mero registo, adendas e contrato de financiamento, entre outras situações previstas no Código dos Contratos Públicos.

NA GESTÃO DOS BENS QUE NOS SÃO CONFIADOS

A gestão dos bens que nos são confiados por beneméritos que acreditam que a Santa Casa é capaz de lhes dar um uso com um justo propósito social é outra das áreas a que dedicamos especial cuidado. Com mais de 500 anos de histórias, a doação de heranças e legados à Misericórdia de Lisboa sempre constituiu um aspeto determinante da atividade da nossa Instituição, não só porque nos permitiu continuar e financiar em parte a nossa atividade, como, em certos casos, nos desafiou a inovar e desenvolver outras respostas.

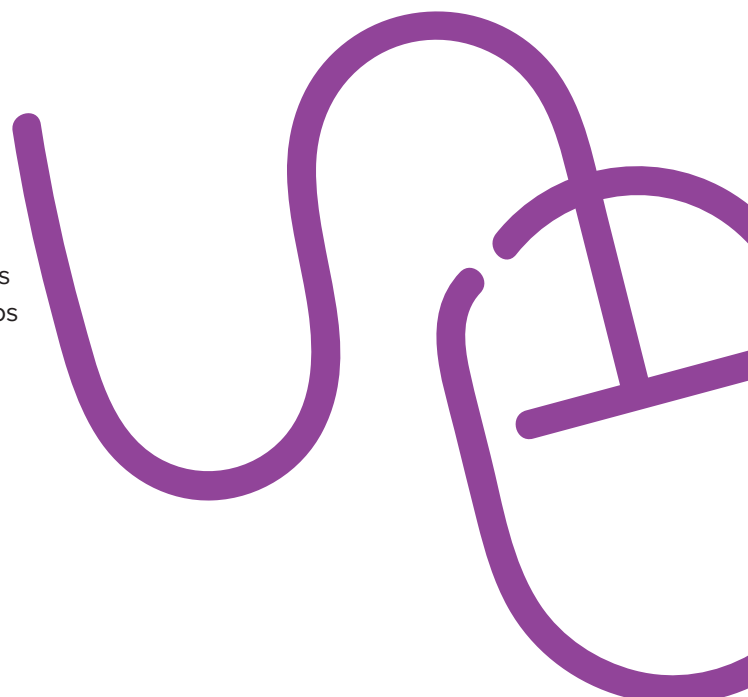
A transparência e a integridade da Santa Casa na gestão destes bens e legados é, por isso, fundamental para continuarmos a ser merecedores da confiança dos nossos beneméritos e promitentes. Para assegurar esta transparência, a nossa organização tem instituído um conjunto de procedimentos que asseguram mecanismos de controlo dos bens que nos são doados, como a segregação de funções na sua gestão, a rastreabilidade do seu processo, ou verificação dos requisitos legais para a sua aceitação e utilização.

NA PROTEÇÃO DOS DADOS DAS NOSSAS PARTES INTERESSADAS

Considerando o tipo de atividades que desenvolve nas suas diferentes áreas de intervenção, a Santa Casa administra necessariamente grandes quantidades de dados pessoais, cabendo-lhe por isso uma responsabilidade especial na sua correta gestão.

Em 2018, reforçámos o nosso compromisso com a segurança dos dados pessoais que tratamos e com a proteção da privacidade dos respetivos titulares como dimensões fundamentais da nossa atividade, aprovando uma nova Política de Privacidade.

Nesta Política, prestamos informação sobre as regras, os princípios e as boas práticas que a nossa organização observa no âmbito do tratamento dos dados pessoais que lhe são confiados, em conformidade com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e demais legislação aplicável, e sobre os meios que os titulares dos dados têm ao seu dispor para exercício dos respetivos direitos.



Simultaneamente, foi nomeado um Encarregado de Proteção de Dados, responsável por garantir, entre outros aspetos, a conformidade das atividades de tratamento e proteção de dados pessoais sob a responsabilidade da Misericórdia de Lisboa.

Foi ainda ministrada formação aos colaboradores, em regime de *e-learning*, a qual abrangeu **2.624 colaboradores** de todas as áreas da nossa organização.

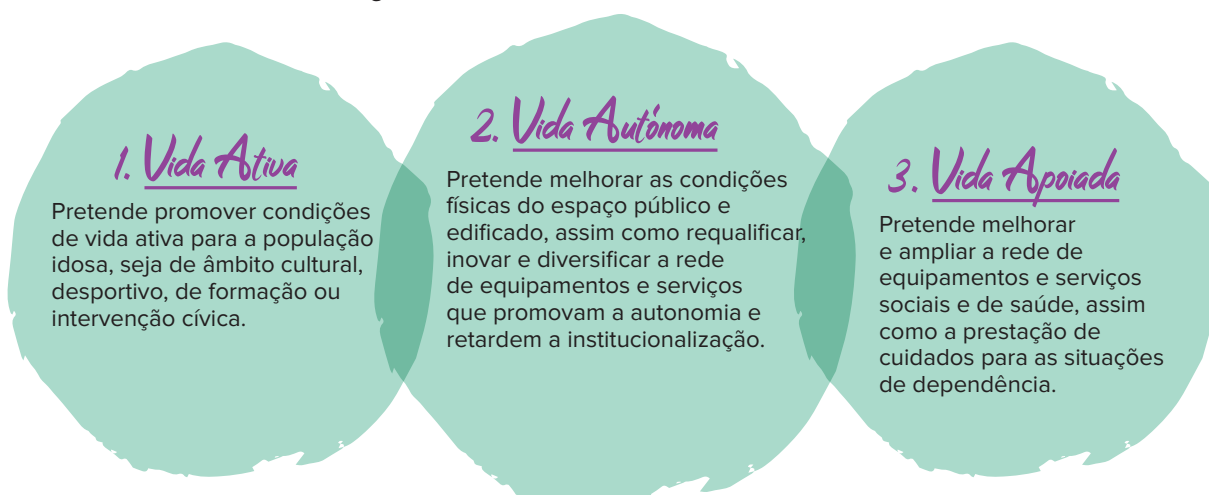
4.2. INOVAÇÃO

A inovação é crucial para o cumprimento da nossa missão e um dos fatores que ajuda a explicar a capacidade de resiliência da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ao longo dos séculos. Desde sempre, procuramos transformar os problemas com que nos deparamos em soluções e em novas respostas. E temos consciência de que este processo tenderá a ser melhor sucedido quanto mais compartilhado for, por isso, sempre que possível, procuramos estabelecer parcerias, integrar redes, apoiar outras entidades, ou convidar quem reflita connosco sobre problemas que são cada vez mais complexos e que, por isso mesmo, necessitam de uma abordagem também ela integrada e partilhada.

LISBOA, CIDADE DE TODAS AS IDADES

Foi com este espírito que nos associámos à Câmara Municipal de Lisboa, ao Instituto de Segurança Social, à Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo, à Polícia de Segurança Pública e a outras entidades com responsabilidades em matéria de desenvolvimento social, num projeto ambicioso, o Programa Lisboa, Cidade de Todas as Idades. Este programa pretende dar uma resposta integrada, articulada e de proximidade à população com mais de 65 anos na cidade de Lisboa, em matéria de envelhecimento ativo e autónomo, promovendo ações de cidadania participativa e facilitadoras de maiores índices de autonomia e independência.

Divide-se em três eixos estratégicos:



Com estes eixos, quer-se criar condições de promoção da vida ativa para este grupo populacional que mais crescerá nos próximos anos, em matéria de cultura, desporto, formação e de intervenção cívica. Na vida autónoma, o objetivo é melhorar as condições físicas do espaço público e edificado, assim como requalificar, inovar e diversificar a rede de equipamentos e serviços que promovam a autonomia, a independência e retardem a institucionalização das pessoas dependentes. Na vida apoiada, pretende-se

melhorar e ampliar a rede de equipamentos sociais e saúde, assim como de prestação de cuidados nas situações de dependência.

Cada um dos eixos estratégicos é concretizado através de medidas específicas, cabendo à nossa organização a coordenação ou participação nas seguintes:

EIXO: VIDA ATIVA

Medida: *Desporto +55*

Objetivo: Promover a prática desportiva e estilos de vida saudáveis, de forma acompanhada e monitorizada, em parceria com Juntas de Freguesia.

Medida: *Beleza Não tem Idade*

Objetivo: Promover a participação ativa de utentes da Santa Casa e das Juntas de Freguesia da cidade de Lisboa em projetos de valorização pessoal, social e cultural; Combater o idadismo; Promover a intergeracionalidade.

EIXO: VIDA AUTÓNOMA

Medida: *Serviço de Teleassistência*

Objetivo: Serviço de teleassistência domiciliária à população 75+, assim como todas as pessoas em situação de dependência e/ou incapacidade (15% total 75+).

Medida: *Espaços InterAge*

Objetivo: Requalificar os Centros de Dia em espaços intergeracionais e abertos à comunidade, capacitando os diferentes profissionais.

Medida: *Serviço de Apoio ao Cuidador Informal*

Objetivo: Capacitar os cuidadores para uma melhor prestação de cuidados; Prevenir o risco de sobrecarga e *stress* de cuidadores.

EIXO: VIDA APOIADA

Medida: *Estruturas Residenciais para Idosos e Cuidados Continuados*

Objetivo: Construir novos equipamentos com valência de Estrutura Residencial para Idosos e Cuidados Continuados, em articulação com outras respostas/serviços.

Medida: *Equipas de Cuidados Continuados Integrados*

Objetivo: Aumentar a prestação de cuidados de saúde básicos, coordenados com o apoio social, à população necessitada de cuidados continuados, mas com autonomia para habitar em casa própria.

Em termos operacionais globais, os objetivos passam por implementar respostas integradas, articuladas e de proximidade e por promover a qualificação da intervenção social. Em termos de abordagem, o programa procura disseminar o respeito pela autonomia e participação, promover a inovação, garantir uma maior adequabilidade e celeridade das respostas, bem como ampliar a sua acessibilidade, e alcançar maiores níveis de eficácia, eficiência e efetividade.

Trata-se de uma nova visão para abordar os fenómenos do envelhecimento e da longevidade e para promover a própria transformação social da cidade.

APOIO À INVESTIGAÇÃO E RECONHECIMENTO DE INICIATIVAS DE MÉRITO

Apoiar e fomentar a investigação científica nacional, em questões e áreas que se relacionam com as vidas das pessoas que servimos diariamente, é outro recurso que utilizamos para procurar respostas inovadoras.

Em alinhamento com a nossa dupla convicção de que para sermos eficazes na nossa missão é preciso saber ler os problemas e inovar nas respostas, e de que os processos de inovação beneficiam de uma perspetiva partilhada, encontra-se a nossa opção na área da promoção da investigação científica: apoiar diferentes projetos e equipas, premiando aqueles que mais se distinguem anualmente nas suas áreas de trabalho.



PRÉMIOS SANTA CASA NEUROCIÊNCIAS

Destinam-se a promover o trabalho de investigação científica ou clínica nas áreas multidisciplinares das biociências, atribuindo anualmente um total de 400 mil €, repartidos por dois prémios.

A importância dos Prémios Santa Casa Neurociências:

Rodrigo Cunha, vencedor do Prémio Mantero Belard 2014, coordenou uma equipa internacional que descobriu como eliminar os primeiros sintomas da doença de Alzheimer em modelos animais. A equipa liderada por Moises Mallo, vencedor do Prémio Melo e Castro 2014, descobriu que o gene Oct4 é o principal controlador do desenvolvimento do tronco dos vertebrados colocando-se a hipótese da sua potencial utilização na regeneração da medula em caso de lesão.

PRÉMIO MELO E CASTRO 200 MIL €

Distingue o projeto que potencie a recuperação e tratamento de lesões vertebro-medulares.

Em 2018, o prémio foi entregue a Nuno Sousa e à sua equipa de investigação da Universidade do Minho, pelo projeto “Thertact-Exo: Exosqueleto controlado por atividade cerebral para reabilitação vertebromedular”, que se propõe a descobrir estratégias que melhorem a qualidade de vida de pacientes com lesões vertebromedulares, através de treino prolongado com um exoesqueleto controlado por atividade cerebral.

PRÉMIO MANTERO BELARD 200 MIL €

Promove e dinamiza a investigação científica e a investigação clínica, no âmbito das doenças neurodegenerativas associadas ao envelhecimento, possibilitando novas estratégias no tratamento e restabelecimento das funções neurológicas.

Em 2018, este prémio foi atribuído a Luísa Lopes e à sua equipa de investigação do Instituto de Medicina Molecular João Lobo Antunes, que responsáveis pelo projeto “Utilização de novos modelos baseados no envelhecimento para elucidação de mecanismos de patogénese da doença de Alzheimer”. O projeto baseia-se em modelos fisiopatológicos associados ao envelhecimento, contribuindo para o conhecimento neuronal do APP-AICD (Proteína Precursora Amilóide - Fragmento C-Terminal), abrindo novos caminhos para a pesquisa e terapêutica da Doença de Alzheimer.

PRÉMIO JOÃO LOBO ANTUNES 40 MIL €

Criado em 2017, este prémio destina-se a licenciados em medicina, em regime de internato médico, visando estimular a cultura científica e a investigação clínica na área das neurociências, respeitando o princípio da humanização do ato, como defendido pelo médico-investigador João Lobo Antunes.

Em 2018, foi o investigador Pedro Nascimento Alves, do Hospital de Santa Maria e coordenador do projeto “Orientação Espacial após o AVC”, que venceu a segunda edição do prémio. Com o objetivo de entender de que maneira os mecanismos cerebrais relacionados com a orientação espacial são afetados após um AVC, o projeto prevê um estudo às ligações neurais e estruturas cerebrais diretamente afetadas, através de técnicas inovadoras de análise de ressonância magnética cerebral.

PRÉMIOS NUNES CORREA VERDADES DE FARIA 12,5 MIL €

(atribuídos a cada uma de três áreas)

Estes prémios distinguem as personalidades que, em Portugal, mais tenham contribuído pelo seu esforço, trabalho ou investigação para as áreas do cuidado a idosos, do progresso na medicina geriátrica e do tratamento das doenças do coração.

A edição de 2018 distinguiu Maria Amélia Ferreira, provedora da Santa Casa da Misericórdia de Marco de Canavezes, reconhecida pela sua intensa atividade de responsabilidade social numa área geográfica carenciada; Mariana da Cruz Alves, médica interna do Hospital Pulido Valente e reconhecida pelo seu projeto de doutoramento sobre o risco cardiovascular da doença de Parkinson; e Rui Paulo dos Anjos, diretor do Serviço de Cardiologia Pediátrica e presidente do Colégio de Cardiologia Pediátrica da Ordem dos Médicos, distinguido por introduzir em Portugal múltiplas técnicas de intervenção em cardiologia pediátrica, permitindo o tratamento não invasivo, por cateterismo, de várias cardiopatias congénitas.

Foram ainda atribuídas menções honrosas ao trabalho do Projeto Aldeias Humanitar (um projeto que pretende manter vivas as aldeias e vilas do interior de Portugal); ao Monsenhor Domingos da Silva Araújo (escritor, poeta, jornalista, com atividade docente e pastoral); a Maria de Lourdes Miguel (pelo projeto “Mais Proximidade, Melhor Vida); e a Daniel Gomes Caldeira, médico especialista em Cardiologia e especialista em Farmacologia Clínica.

PRÉMIOS DR.ª MARIA RAQUEL RIBEIRO

Este prémio é uma iniciativa da Associação Portuguesa de Psicogerontologia, em colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a Fundação Montepio. É uma distinção anual que tem por objetivo reconhecer a vida e atividade de pessoas com 80 e mais anos, que continuam a desenvolver atividade profissional ou cívica relevante e simboliza a luta pela dignificação do envelhecimento ativo, da longevidade.

A sétima edição distinguiu Vítor José Melícias Lopes (Intervenção Social); João Pires Cutileiro (Arte e Espetáculo); Helena Rebelo Pinto (Ciência e Investigação); Alberto José dos Santos Ramalheira (Política e Cidadania); Carlos Soares Ribeiro (Ética e Saúde) e José Manuel Fortuna de Carvalho Antelo (Família e Comunidade).

Ainda como forma de responder aos desafios multidisciplinares colocados por algumas das doenças mais desafiantes para a sociedade atual, de uma forma direta com aqueles que estas doenças afetam, associamo-nos também a projetos inovadores de outras reconhecidas entidades, nomeadamente à Associação Alzheimer, com o projeto Café Memória e à Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson, com o projeto Dançar Com Parkinson.

O Café Memória é um ponto de encontro informal, destinado a pessoas com problemas de memória ou demência, bem como aos respetivos familiares e cuidadores. Tem como principais objetivos a partilha de experiências e o apoio mútuo, contribuindo ainda para melhorar a qualidade de vida e reduzir o isolamento social, tanto dos doentes, como de quem deles cuida.

A participação da Santa Casa materializa-se na responsabilidade de coordenar e dinamizar quatro espaços para a realização das sessões, mobilizando voluntários para as apoiarem.

CAFÉ MEMÓRIA

5 anos de atividade
Sessões realizadas 170
Total de participantes 540 (50% cuidadores/familiares de pessoas com demência)
Participações por ano > 300
Equipa de Voluntários 22 elementos
 600 horas de voluntariado/ano (em média)

Café Memória Galveias (em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa)
 Café Memória Complexo de São Roque
 Café Memória Atmosfera M
 Café Memória Olivais (em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa)

O projeto Dançar Com Parkinson visa proporcionar às pessoas com a doença de Parkinson uma atividade de socialização lúdica, baseada na dança e na música. Nascido como projeto experimental em 2001, em Brooklyn, nos Estados Unidos, Dançar com Parkinson é hoje um programa inovador, que se estende por mais de 10 países, impactando positivamente milhares de doentes, as suas famílias e cuidadores. Em Portugal, o projeto integra uma equipa multidisciplinar de formadores com experiência nas áreas da dança, formação e fisioterapia, contando com o apoio de 11 voluntários da Santa Casa, onde se incluem tanto voluntários externos como colaboradores voluntários.

PROJETO DANÇAR COM PARKINSON

190 aulas ministradas média de 40 aulas/ ano
Média de 50 alunos/ano 25 com Doença de Parkinson (restantes = cuidadores, familiares e visitantes)
Média de alunos por aula 14
Equipa de Voluntários 11 elementos
200 horas de voluntariado/ano (em 2018)

Dançar com Parkinson São Pedro de Alcântara

UM NOVO POSICIONAMENTO NO ECOSISTEMA DO EMPREENDEDORISMO E DA INOVAÇÃO SOCIAL

Em 2018 nasceu também na Santa Casa a Casa do Impacto, resultante de uma parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, o Montepio, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Portugal Inovação Social, a Fundação Aga Khan e a *Start UP* Lisboa.

A Casa do Impacto pretende agregar, num mesmo espaço físico, as entidades do ecossistema do empreendedorismo social, criando sinergias e condições de proximidade para que todos os atores possam trabalhar em conjunto e fomentar a criação de maior número de projetos com sucesso na área do impacto social e societal. Para tal envolve todos os agentes do ecossistema - empreendedores, entidades do terceiro setor, universidades, empresas, incubadoras, investidores, filantropos e autarquias, entre outros -, contribuindo para a promoção de uma cultura de inovação social e de empreendedorismo.

Além dos parceiros fundadores, conta com a Academia de Código, o SPEAK, a Maze e o IES Social Business School como parceiros âncora.

CASA DO IMPACTO

QUEREMOS:

- Promover parcerias intersectoriais e fortalecer o ecossistema nacional do empreendedorismo e inovação social;
- Apoiar a geração e implementação de inovações sociais que contribuam para efetivar políticas públicas e de projetos de empreendedorismo com potencialidade de sustentabilidade e impacto social;
- Contribuir com soluções inovadoras para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

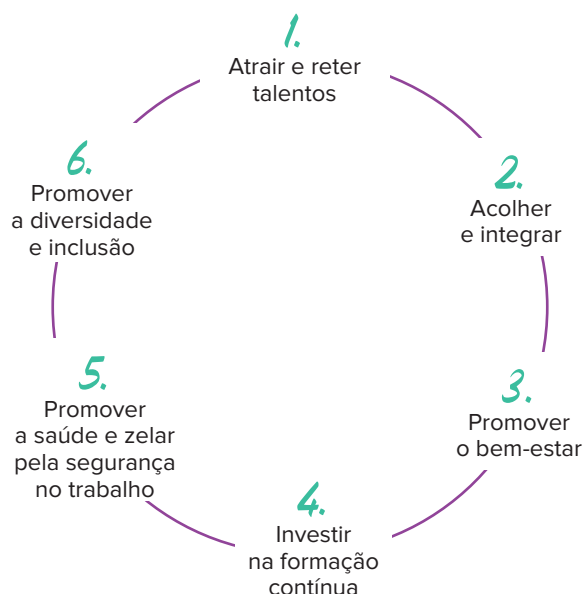
4.3. COLABORADORES

5.173 colaboradores	74% são mulheres	39% têm mais de 50 anos
97% têm um contrato por prazo indeterminado	2,7% são pessoas com deficiência	18,75% têm mais de 25 anos de serviço
15% das novas contratações foram de colaboradores com mais de 50 anos	0,94 é o rácio da remuneração média entre mulheres e homens	10% têm funções de chefia
97% estão abrangidos por acordos de negociação coletiva	87,2% têm seguro de saúde da Instituição	98.669 horas de formação ministrada
680 MIL € em apoios, subsídios e benefícios a colaboradores		

Para chegar aos muitos milhares de pessoas a quem a nossa missão e os nossos serviços são dirigidos, temos de contar com uma grande equipa. Não só em número, como em valências, competências, formação, conhecimentos, qualidade e em motivação e empenho. Em 2018 contamos com 5.173 trabalhadores. Pela diversidade de atividades que desenvolvemos, também os perfis dos nossos colaboradores são bastante distintos, e gerir uma equipa desta dimensão e com as características especiais que a diferenciam é um verdadeiro desafio.

Atrair talentos, geri-los e motivá-los é uma preocupação da nossa gestão, porque estamos conscientes de que o cumprimento da nossa missão depende daqueles que estão diariamente em contacto com o nosso público ou a contribuir para melhorar e inovar continuamente os serviços que lhes são prestados.

A NOSSA GESTÃO DE PESSOAS



1. ATRAIR E RETER TALENTOS

Em 2018, melhorámos a divulgação dos nossos processos de recrutamento, sobretudo a partir da sua comunicação no *website* institucional, procurando ampliar os nossos canais de divulgação de oportunidades de emprego e promover uma maior acessibilidade.

Incentivamos também novas experiências profissionais dentro da instituição, pelo que, em 2018, reforçámos o sistema de recrutamento por mobilidade interna, melhorando e tornando mais acessível o processo de divulgação interna de oportunidades e de candidaturas. Esta modalidade constitui, aliás, a primeira opção no preenchimento de postos de trabalho de carácter definitivo, sendo que, por regra, só após auscultação interna e verificando-se que não existem colaboradores com vínculo à instituição com o perfil pretendido é que se recorre ao recrutamento externo.

[Concursos por recrutamento externo: 68](#) | [Concursos por recrutamento interno: 120](#)

Já a nossa taxa de rotatividade total situa-se nos 6%, sendo predominante na faixa etária dos 30 a 50 anos, entre o género feminino e incidindo especialmente na categoria de auxiliares de apoio à comunidade.

NOVAS CONTRATAÇÕES E ROTATIVIDADE DE COLABORADORES						
	Género		Faixa etária			Total
	Feminino	Masculino	<30	30 a 50	>50	
Entradas	361	115	114	289	73	476
Taxa de novas contratações	7%	2%	2%	6%	1%	9%
Saídas	248	88	41	160	135	336
Taxa de rotatividade	5%	2%	1%	3%	3%	6%

A nossa organização procura também ser facilitadora da integração dos jovens na vida ativa, promovendo a realização de estágios profissionais e curriculares, para vários níveis de qualificação académica, e em praticamente todas as áreas de intervenção da instituição. A identificação das oportunidades para a realização de estágios tanto pode ocorrer através de protocolos assinados com instituições de ensino, como por via de candidaturas espontâneas.

Estágios profissionais: 20 | Estágios curriculares: 195

2. **ACOLHER E INTEGRAR**

Numa organização de dimensão considerável, como a nossa, com tantas áreas de atividade distintas, com uma história de 520 anos e onde os colaboradores se encontram dispersos por mais de uma centena de edifícios, é importante acolher e integrar quem se junta a nós. Temos, por isso, um programa de acolhimento e integração, destinado não só aos colaboradores mais recentes, como também aos mais antigos. Neste programa são realizadas diversas atividades para proporcionar um melhor conhecimento da Instituição, da sua missão e das suas boas causas, e para ajudar a que colaboradores mais antigos reganhem uma visão global da Santa Casa e conheçam ou possam visitar os seus novos serviços e equipamentos, bem como os que são mais emblemáticos.

Sessões realizadas: 14 | Participantes: 129 | Novos colaboradores acolhidos: 95

3. **PROMOVER O BEM-ESTAR DOS COLABORADORES**

Ainda não oferecemos um programa estruturado de benefícios e de compensações, de forma transversal. Não obstante, e porque nos preocupamos com o bem-estar e com as necessidades individuais dos nossos colaboradores, reconhecendo a sua importância numa organização, disponibilizamos um conjunto de benefícios aos nossos colaboradores ativos e reformados e que, em alguns casos, beneficiam também os seus familiares, abrangendo as áreas de infância, educação, ocupação de tempos livres e saúde, entre outros.

X Seguro de Saúde

Desde abril de 2016, a Santa Casa disponibiliza um seguro de saúde aos seus colaboradores. Numa primeira fase este seguro abrangeu os colaboradores que possuíam rendimentos mais baixos, mas em 2018 trabalhou-se no sentido de o alargar a todos os colaboradores com contrato de trabalho sem termo, uma medida que entrou em vigor no início de 2019.

N.º de colaboradores abrangidos pelo seguro de saúde: 4.511

X Apoio à Infância

Este apoio traduz-se na disponibilização anual de um número específico de vagas para os filhos dos seus colaboradores nas creches, creches-familiares e jardins-de-infância da Santa Casa, ou na comparticipação nas despesas com as mensalidades noutros equipamentos similares que não pertençam à Instituição.

Em 2018 reviu-se este sistema de comparticipação, com o objetivo de aproximar o benefício concedido aos colaboradores que têm descendentes a frequentar estabelecimentos de educação externos à Santa Casa e que são apoiados na comparticipação da despesa com essa mensalidade, do benefício concedido aos colaboradores que têm acesso a vagas nas creches da nossa instituição.

No caso dos colaboradores cujos descendentes frequentem estabelecimentos de ensino especial, este apoio é concedido até ao final do ano letivo em que os seus filhos completam 18 anos de idade.

Montante atribuído: 324,5 mil € | N.º. de prestações atribuídas: 3.473

Manteve-se também a comparticipação excecional para a frequência de atividades de ocupação de tempos livres pelos filhos dos trabalhadores com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos de idade.

Montante atribuído: 25,4 mil € | N.º. de prestações atribuídas: 302

X Apoio à Educação

O Subsídio de Frequência do Ensino Básico abrange os colaboradores cujos descendentes ou equiparados, menores de 18 anos, frequentem do 1º ao 9º ano de escolaridade em estabelecimentos de ensino público, privado ou cooperativo,

Montante atribuído: 18,9 mil € | N.º. de prestações atribuídas: 363

Para os colaboradores que desejem completar os seus estudos ou adquirir habilitações académicas de grau superior, a Santa Casa disponibiliza um Subsídio de Formação Complementar.

Montante atribuído: 428 € | N.º. de prestações atribuídas: 6

X Apoio na Doença

A Santa Casa atribui uma comparticipação, em complemento da concedida pelo regime de segurança social do beneficiário, nas despesas com medicamentos, atos médicos e meios complementares de diagnóstico e terapêutica, desde que os mesmos não possam ser efetuados pelos Serviços de Saúde da Instituição, onde os colaboradores podem ser atendidos.

São apoiados por esta comparticipação os colaboradores afetados por doença crónica grave ou incapacitante ou por doença crónica progressiva e irreversível, bem como os colaboradores aposentados e reformados cujo rendimento per capita do respetivo agregado familiar seja igual ou inferior ao salário mínimo nacional.

Montante atribuído: 4,7 mil € | N.º. de prestações atribuídas: 99



X Apoio a Aposentados e a Reformados

Procuramos ainda garantir que os nossos trabalhadores reformados e aposentados não recebem uma pensão inferior ao salário mínimo nacional, pelo que, nos casos em que tal se verifica, atribuímos um complemento de pensão, de modo a cobrir a diferença.

Montante atribuído: 40,5 mil € | N.º. de prestações atribuídas: 178

X Apoios Específicos

Aos colaboradores afetados por situações temporárias de carência de meios, disponibilizamos uma resposta personalizada, em contexto de Atendimento Social. Um dos apoios pode concretizar-se sob a forma de atribuição de um subsídio eventual de carácter pecuniário, podendo este ser ou não reembolsável.

Montante atribuído para subsídios não reembolsáveis: 25,9 mil € | N.º. de prestações atribuídas: 82

Montante atribuído para subsídios reembolsáveis: 239,2 mil € | N.º. de prestações atribuídas: 371

É também disponibilizado aos colaboradores acompanhamento psicológico.

N.º. de consultas: 990

N.º. de colaboradores acompanhados: 72

A gestão destes benefícios é assegurada ao Gabinete de Apoio Social. Inicialmente destinado a apoiar os colaboradores em situação de vulnerabilidade económica, social, profissional ou familiar, que passou entretanto a centralizar a gestão dos benefícios sociais disponibilizados.

4. INVESTIR NA FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO CONTÍNUAS¹

O investimento na formação e na qualificação contínuas dos nossos colaboradores é um fator-chave para que continuemos a assegurar e melhorar os níveis de qualidade na prestação de serviços, a gerar novo conhecimento, estimular capacidades individuais e desenvolver competências, além de ser um factor de motivação para os nossos colaboradores.

Desde 2017 que a nossa organização é uma entidade certificada pela Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho, em 33 áreas de educação e formação, o que demonstra um elevado empenho e rigor em prestar uma formação de qualidade.

Todos os colaboradores são incentivados a desenvolver as suas competências, quer seja através de formações *on-job*, quer através de formações presenciais ou *e-learning*, desenvolvidas pelo nosso Núcleo de Formação ou por entidades externas, e ainda pela participação noutras tipologias formativas, tais como congressos e seminários, em Portugal ou no estrangeiro.

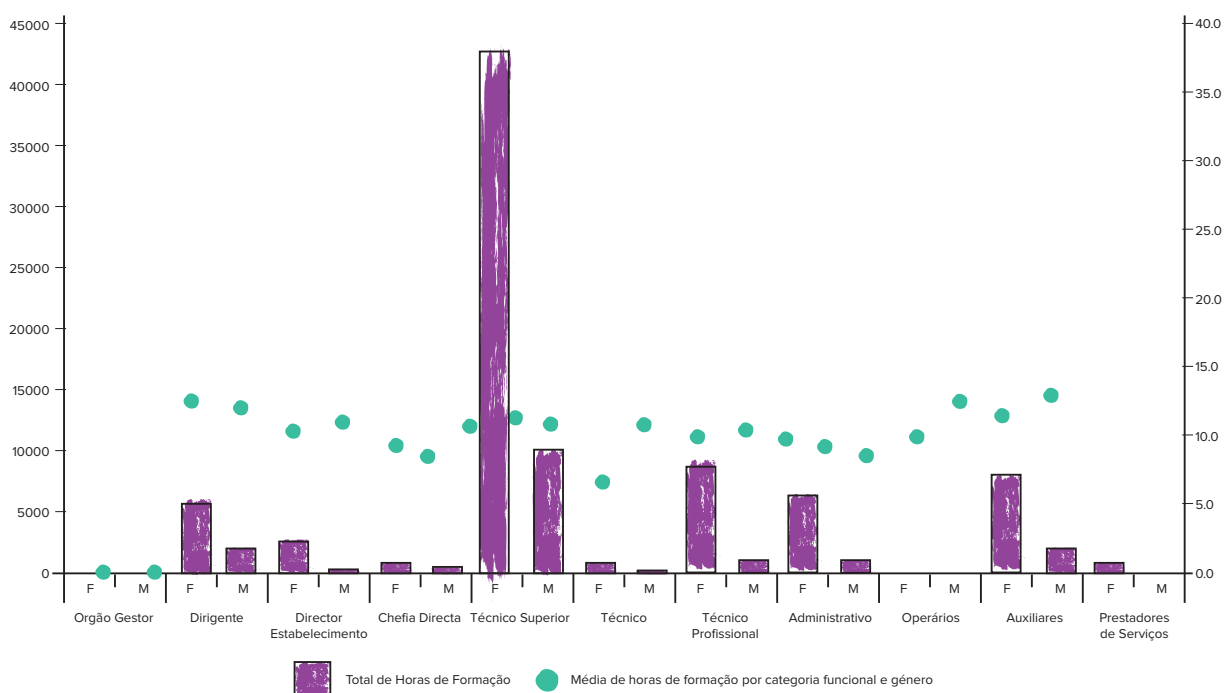
Anualmente, é disponibilizado a todos os serviços um catálogo de formação com cerca de 130 formações tipificadas, que sustentam o processo de levantamento das necessidades formativas, e que culmina na consolidação do Plano de Formação.

Adicionalmente, concretizou-se a revisão do Regime de Atribuição de Apoios Financeiros à Formação por Iniciativa do Colaborador, o que se traduziu na aprovação de aproximadamente 100 candidaturas.

Em 2018, procurámos dar um impulso tecnológico em matéria de formação, tendo, pela primeira vez, sido ministrada uma formação massificada em regime de ensino a distância, na área da Protecção de Dados, a 2400 colaboradores.

Ações formativas 828 | Horas de formação 98.900 | Média de horas de formação anual por colaborador 19h | Candidaturas a apoio para Formação por Iniciativa do Colaborador 100

MÉDIA DE HORAS DE FORMAÇÃO POR ANO, POR COLABORADOR



*Os dados relacionados com a formação incluem também os prestadores de serviço, a quem também é ministrada formação, com especial relevância aos da categoria funcional «Auxiliares».

5. PROMOVER A SAÚDE OCUPACIONAL

A prevenção dos riscos profissionais e a promoção da segurança e a saúde dos trabalhadores da Instituição, assegurando a existência de locais de trabalho seguros e saudáveis, é outro eixo de atuação que privilegiamos na gestão dos nossos colaboradores.

Para o concretizarmos, realizamos um trabalho dividido entre o acompanhamento da saúde dos trabalhadores, através das consultas de medicina no trabalho, avaliação individual dos postos de trabalho, sensibilização e formação.

Medicina no trabalho, prevenção de doenças profissionais e acidentes de trabalho

Em cumprimento da legislação, a Santa Casa assegura a realização de exames obrigatórios de admissão, periódicos ou ocasionais aos seus colaboradores, contando com a colaboração de dois médicos do trabalho para esse efeito. Já a realização de análises clínicas e exames complementares de diagnóstico é assegurada com recurso a uma empresa externa.

Durante a realização do exame, os médicos estão disponíveis para aconselhar e sensibilizar o trabalhador para a sua situação clínica, assim como para indicar medidas de prevenção e controlo, de acordo com o diagnóstico ou patologias apresentadas. Do exame realizado, e mais concretamente, em situações relacionadas com doenças graves, o médico do trabalho estipula o novo espaço temporal para reavaliação do colaborador, indica na ficha de aptidão médica as restrições a serem respeitadas quanto ao trabalho a executar, e/ou referencia-o para consulta com um médico assistente ou médico especialista, inclusive para a rede interna de serviços de saúde existentes na nossa Instituição, sempre que necessário. Atendendo às condições de saúde do trabalhador, o médico poderá também propor a sua mobilidade interna, para outro posto de trabalho com funções mais adequadas.

Sempre que ocorre um acidente de trabalho com os nossos colaboradores, investigamos as suas causas, aplicamos eventuais medidas corretivas e conversamos com o colaborador sobre o sucedido.

Nos casos em que é confirmada uma doença profissional e um grau de incapacidade, é agendado um exame ocasional ao trabalhador, e, em casos específicos determinados pela legislação, o médico do trabalho procede à participação de doença profissional, de acordo com o estipulado pela Autoridade para as Condições de Trabalho.

Em 2018, registaram-se 455 acidentes de trabalho (mais 31 do que em 2017), tendo-se verificado um aumento da taxa de incidência da sinistralidade laboral face ao número de colaboradores abrangidos pelo seguro de acidentes de trabalho. Por outro lado, verificou-se uma diminuição do número de acidentes com baixa, assim como uma diminuição do número de dias de trabalho perdidos face a 2017 (-12%).

Exames periódicos: 2.577 | Exames ocasionais: 469 | Exames iniciais: 149

Avaliação individual dos postos de trabalho

Consideramos a avaliação individual dos postos de trabalho essencial enquanto parte de uma estratégia de prevenção dos riscos de segurança e saúde no trabalho. Com esta iniciativa procuramos envolver ativamente os colaboradores, recorrendo a entrevistas onde ficam registadas as tarefas afetas a cada um e os riscos a que se encontram expostos pela natureza das suas funções. Na sua sequência, procuramos identificar eventuais medidas que seja necessário aplicar para garantir a devida segurança e saúde no posto e no local de trabalho, assim como auscultar o trabalhador sobre medidas cuja aplicação o próprio considere pertinentes. Em complemento a esta avaliação individual é realizada uma visita ao serviço, por forma a obter-se uma avaliação integral de riscos, e o relatório que daí resulta é enviado ao responsável do serviço, para que sejam concretizadas as medidas corretivas e preventivas necessárias.

Colaboradores com elevada incidência ou elevado risco de doenças ocupacionais

Ajudante de Lar e Centro de Dia; Auxiliar de Ação Médica; Auxiliar de Educação; Auxiliar de Serviços Gerais; Educador de Infância; Enfermeiro; Assistente Operacional; Ajudante Familiar.

Integrado num programa de acompanhamento ainda mais inclusivo e inovador de Saúde Ocupacional, ainda no ano de 2018, a equipa de Segurança e Saúde no Trabalho passou a integrar um Enfermeiro e um Terapeuta Ocupacional para o desenvolvimento do Projeto (Re) Integrar, cujo objetivo é, precisamente, o acompanhamento de colaboradores com aptidão condicionada, com o propósito de recuperar a sua produtividade e integração plena, ao mesmo tempo que se garante o seu bem-estar físico, emocional e social.

Dotar os nossos colaboradores dos equipamentos de proteção individual necessários sempre que as funções exercidas, ou o estado de saúde do trabalhador o recomendem ou exijam, é uma preocupação. Em 2018, foi possível entregar novos equipamentos de proteção individual aos colaboradores afetos à área da fiscalização de obras, e de manutenção e conservação, assim como distribuir cintas de apoio lombar a colaboradores presentes nas residências de idosos e centros de dia, suscetíveis a lesões lombares causados por sobrecargas e esforços na movimentação de pessoas com mobilidade condicionada.

Avaliações de postos de trabalho realizadas: 256 | N.º de EPIs distribuídos: 680

Formação e sensibilização

A sensibilização é outra dimensão crucial em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho, sobretudo quando temos bem identificadas algumas funções com um risco acrescido de lesões. Neste domínio, têm sido desenvolvidas campanhas de comunicação interna com distribuição de cartazes e *flyers* pelos locais de trabalho, e divulgação na nossa intranet.

Adicionalmente, as questões da Segurança e Saúde no Trabalho são introduzidas no Programa de Acolhimento da instituição.

Ainda em 2018 iniciou-se a formação “Faça da Segurança um Hábito: Boas Práticas de Segurança e Saúde”. Esta ação tem o objetivo de formar todos os trabalhadores, incluindo dirigentes, em segurança e saúde no trabalho. Após a frequência deste primeiro módulo, o objetivo é que os trabalhadores recebam formação específica de acordo com as funções que desempenham, como seja sobre movimentação manual de cargas ou manuseamento e armazenamento de produtos químicos.

Campanhas desenvolvidas: 2 | Ações de formação sobre SST: 4

TIPOS E TAXAS DE LESÕES, DOENÇAS PROFISSIONAIS, DIAS PERDIDOS, ABSENTISMO E ÓBITOS RELACIONADOS COM O TRABALHO, POR REGIÃO E GÉNERO EM 2018

Indicadores	Homens	Mulheres	2018	2017
N.º óbitos relacionados com o trabalho	0	0	0	0
Nº de acidentes de trabalho	65	390	455	424
N.º de casos de doenças profissionais	0	1	1	1
Total de dias perdidos	918	7.585	8.503	9.550
Índice de frequência			9,61	9,20
Taxa de doenças profissionais			0,02	0,02
Taxa de dias perdidos			180	207
Absentismo			0,01	0,01

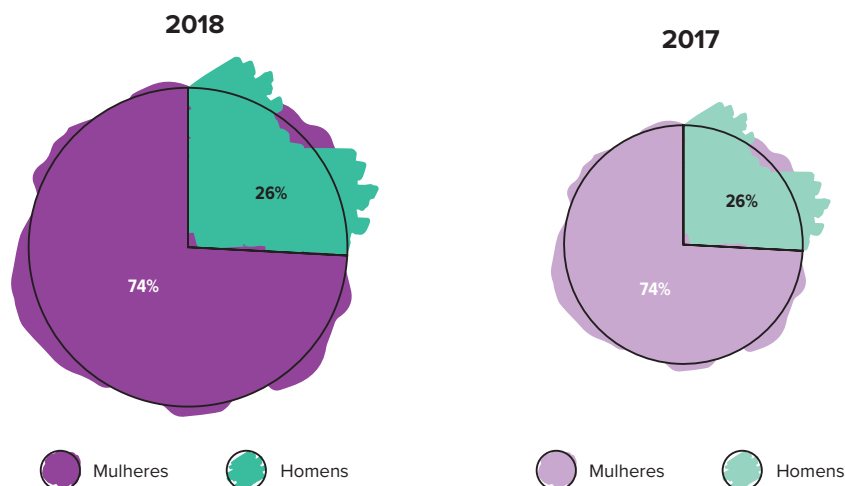
6. PROMOVER A DIVERSIDADE E A INCLUSÃO

Igualdade de gênero

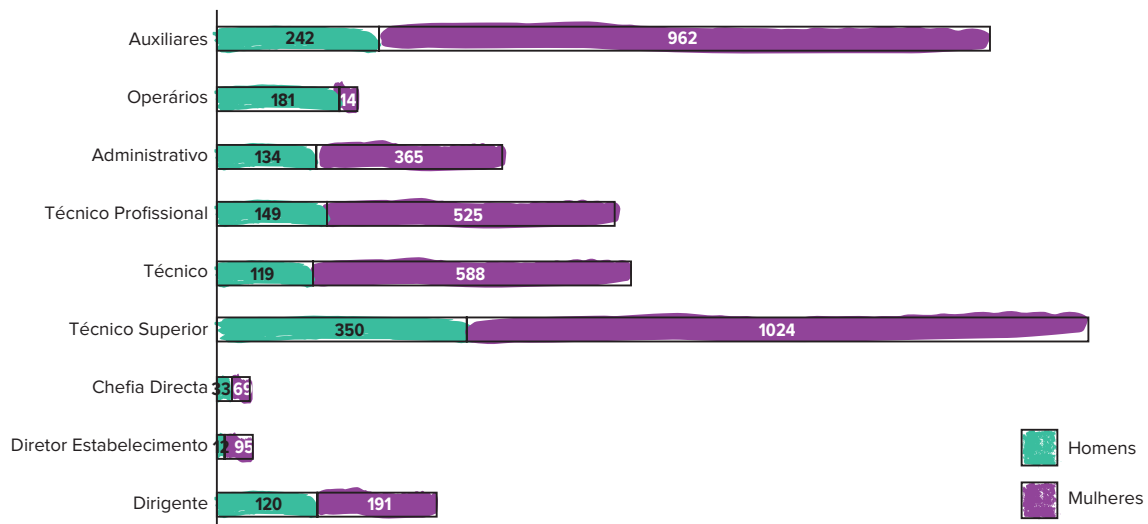
A igualdade de oportunidades no acesso ao emprego, na promoção e formação profissional, nas condições de trabalho e no salário auferido é uma preocupação da nossa organização. Historicamente, por fatores relacionados com as nossas áreas de intervenção, em particular a ação social, onde os seus profissionais sempre foram maioritariamente mulheres, a Santa Casa apresenta uma elevada percentagem de trabalhadoras, representando mais de 74% do total.

Esta tendência mantém-se, ainda que com uma menor expressão, na ocupação de cargos de chefia, onde 68% são preenchidos por mulheres e 32% por homens.

DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE COLABORADORES



DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES POR CATEGORIA PROFISSIONAL E GÊNERO



No que respeita à remuneração não existe discriminação entre géneros, sendo a remuneração muito equilibrada, com um rácio de remuneração média entre mulheres e homens situado nos 0,93 e um rácio de salário base entre mulheres e homens de 0,96.

RÁCIO DO SALÁRIO E REMUNERAÇÃO ENTRE MULHERES E HOMENS, POR CATEGORIA FUNCIONAL		
Rácio da remuneração média entre Mulheres/Homens por categoria profissional	2018	2017
Dirigente	1,02	1,03
Diretor de Estabelecimento	0,98	1,00
Chefia Direta	0,79	0,77
Técnico Superior	0,91	0,94
Técnico	1,00	1,00
Técnico Profissional	0,69	0,69
Administrativo	1,17	1,15
Operários	0,80	0,79
Auxiliares	0,96	0,95
Média Geral	0,93	0,94

Inclusão de pessoas com deficiência

A nossa missão é apoiar as pessoas mais desprotegidas e promover uma sociedade onde todos tenham lugar. Não podemos desempenhar esta missão para o exterior e não incorporar os seus princípios na nossa gestão, e sobretudo na gestão das nossas pessoas. Por isso, promovemos a inclusão na nossa equipa de pessoas com deficiência ou incapacidade, uma forma de apoiarmos a sua inclusão social, no emprego, e a sua autonomia, e de reforçarmos uma cultura interna que seja defensora dos valores da inclusão, da diversidade, da empatia e da complementaridade. Em 2018, 2,7% da nossa equipa é constituída por pessoas com deficiência ou algum tipo de incapacidade.

No sentido de facilitar a deslocação entre a casa e o trabalho dos trabalhadores que possuem algum tipo de deficiência ou mobilidade condicionada, disponibilizamos um transporte adaptado.

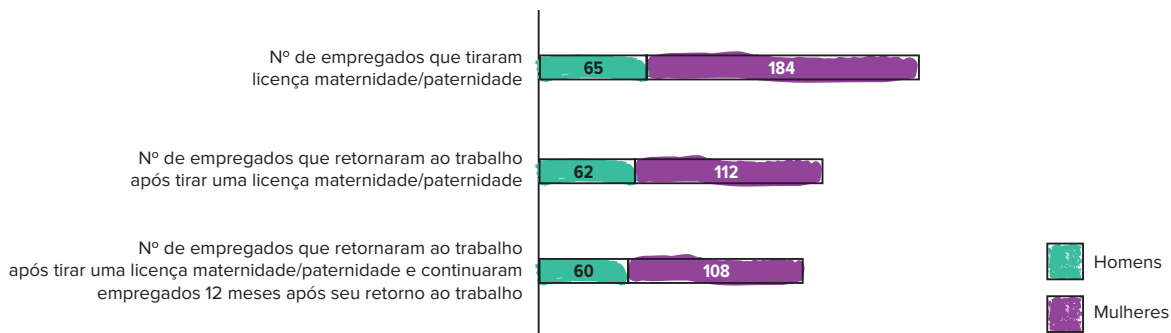
Noutra dimensão, os colaboradores que tenham filhos portadores de deficiência ou de doença crónica têm direito a condições especiais, nomeadamente, a redução do número de horas de trabalho. Adicionalmente, existem ainda apoios específicos para os filhos dos colaboradores que necessitam de ensino especial.



Conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional

Em matéria de apoio à conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, damos particular atenção aos aspetos relacionados com a parentalidade. Em 2018, foram gozadas **249** licenças parentais, mais 65 do que no ano anterior.

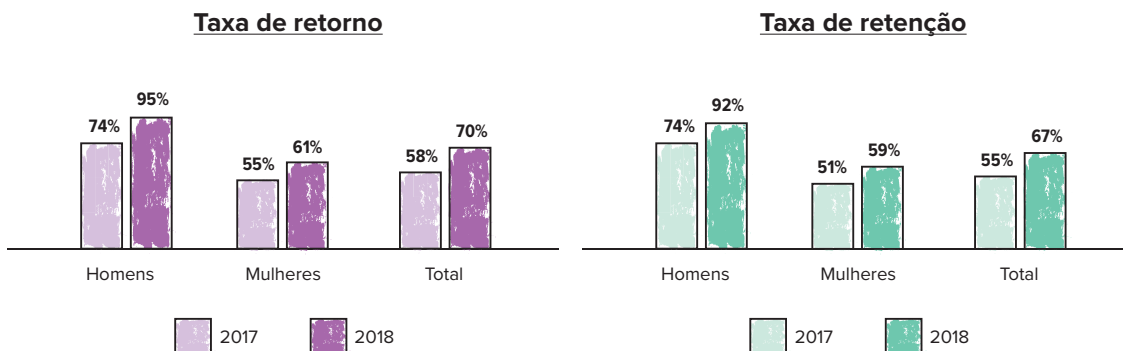
LICENÇAS PARENTAIS, REGRESSOS E RETENÇÃO



As nossas taxas globais de retorno ao trabalho após uma licença de parentalidade situam-se nos 70%, sendo mais elevadas entre os homens, do que entre as mulheres. Este facto explica-se, em boa medida, pelo facto de uma parte das licenças maternas ser gozada entre o grupo das auxiliares, cuja incidência de contrato a termo e de rotatividade (vide Indicador GRI 401-1) é maior do que entre os restantes grupos profissionais.

Não obstante, esta taxa, assim como a taxa de retenção após uma licença de parentalidade, aumentou em 2018, com especial relevo entre os homens.

TAXAS DE RETORNO E RETENÇÃO DE EMPREGADOS QUE TIRARAM LICENÇA MATERNIDADE/PATERNIDADE









Continuamos também a desenvolver uma campanha anual dirigida aos colaboradores que sejam pais, com a oferta de um kit de boas-vindas aos seus bebés.

[Campanha Olá Bebê: 138 kits oferecidos em 2018](#)

4.4. AMBIENTE

A heterogeneidade e amplitude da nossa atividade significam que o nosso impacto ambiental é considerável e diversificado. Temos uma frota automóvel que percorreu mais de 3 milhões de quilómetros durante o ano, 127 equipamentos de ação social, um hospital, um centro de medicina de reabilitação e várias unidades de saúde onde se produziram 2.138 t de resíduos, onde se consumiram 59.216 GJ de eletricidade, o equivalente a 7.450 habitações, e 286.427 m³ de água, o suficiente para encher 115 piscinas olímpicas.

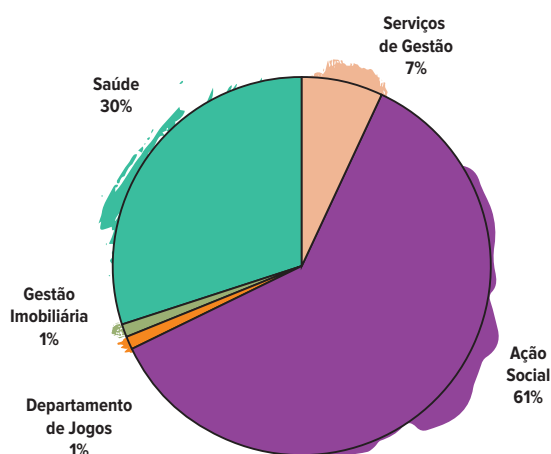
O NOSSO BI AMBIENTAL					
Eletricidade	Gás	Combustíveis para Frota	Outros Combustíveis	Água	Resíduos
					
59.216 GJ +3%	37.307 GJ +20,7%	11.404 GJ -7,9%	8.522 GJ -33,7%	286.427 m ³ -10,3%	2.138 t +10,7%
7.450 habitações familiares	17.672 Botijas de 45 kg	57 viagens à volta da Terra	4 viagens de ida e volta à lua	115 piscinas olímpicas	396 elefantes

A Ação Social, pelo número de edifícios e instalações afetas à sua atividade e tipo de serviços prestados, é a área de intervenção da Santa Casa que mais recursos consome, e que, conseqüentemente, mais emissões de Gases com Efeito de Estufa emite, e que mais resíduos produz.

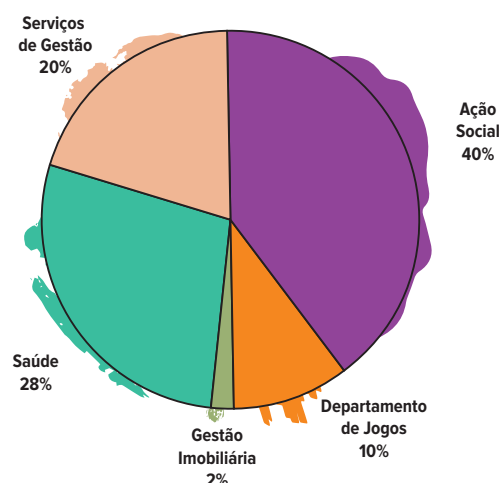
A Saúde, com apenas 17 infraestruturas, mas sendo parte delas de grande dimensão, é outra área com um impacto ambiental significativo dentro da instituição. E apesar dos 168 edifícios e instalações identificados na área de Gestão Imobiliária, o seu impacto não é comparativamente relevante, uma vez que só são contabilizados para comunicação no presente relatório os consumos das partes comuns e das frações sob gestão direta da Santa Casa – ou seja, estão excluídos do nosso âmbito de comunicação sobre o impacto ambiental, os consumos das frações arrendadas ou sob gestão e utilização de outras entidades.

Ao mesmo tempo que gerimos os nossos impactos ambientais, temos de preservar o património rural que temos à nossa guarda.

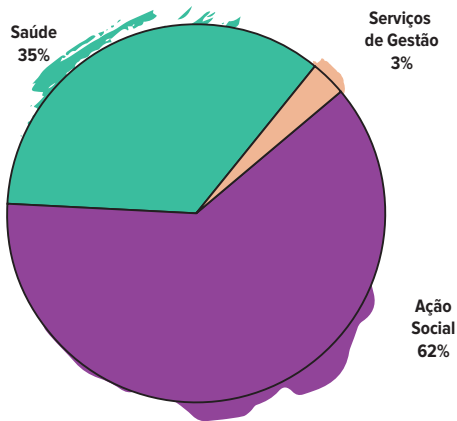
CONSUMO DE ÁGUA



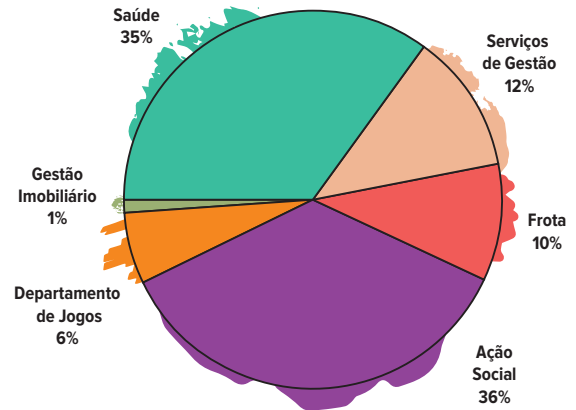
CONSUMO DE ELETRICIDADE



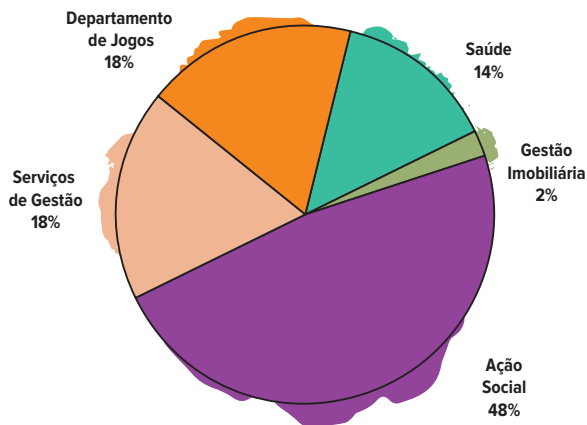
CONSUMO DE GÁS NATURAL



EMISSIONES DE CO²



PRODUÇÃO DE RESÍDUOS



O CONSUMO DE ENERGIA

Em 2018, o nosso consumo de energia elétrica aumentou 2,5%. Consumimos 59.216 GJ de eletricidade.

	Ação Social	Saúde	Departamento de Jogos	Gestão do Património	Serviços de gestão
Electricidade	23.638 GJ +1% FACE A 2017	16.627 GJ +11% FACE A 2017	5.982 +4% FACE A 2017	1.288 GJ +21% FACE A 2017	11.681 GJ -4 % FACE A 2017
	40% peso no total	28% peso no total	10% peso no total	2% peso no total	20% peso no total

De todos os locais considerados, e comparativamente com 2017, 100 dos locais diminuiram o consumo de energia elétrica, 141 tiveram consumos aproximados, e 118 aumentaram o consumo. A procura, maior ou menor, dos nossos serviços por parte dos nossos utentes e clientes, e a tipologia, dimensão e características de edifícios que abrem ou encerram durante o ano influenciam muito esta variação.

Apesar de, em termos percentuais, ter sido na atividade de Gestão Imobiliária que se verificou um maior aumento no consumo de eletricidade (+224 GJ, face a 2017), foi na Saúde que, em termos absolutos e com um impacto muito mais expressivo, se registou um maior crescimento (+1.586 GJ, em relação ao ano anterior).

O equipamento de Saúde onde o aumento foi mais expressivo foi o Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão (+20%), local onde se instalaram bombas de calor para aquecimento das águas sanitárias. Simultaneamente, neste equipamento, verificou-se que, no ano de 2018, a central solar térmica não se encontrou a funcionar em pleno, pelo que foi necessário recorrer ao sistema de apoio dos depósitos - resistência elétrica, o que exigiu um maior consumo de eletricidade.

Já o nosso consumo de gás natural aumentou 29% em relação ao ano anterior.

	Ação Social	Saúde	Gestão do Património	Serviços de gestão
Gás Natural	18.914 GJ 3,2% FACE A 2017	10.585 GJ +158% FACE A 2017	92 GJ -36% FACE A 2017	1.057 GJ -9,1 % FACE A 2017
	62% face ao total	35% face ao total	0,3% face ao total	3% face ao total

O maior crescimento absoluto no consumo de gás natural verificou-se também na Saúde, e em especial no Hospital Ortopédico de Sant'Ana (+6.023%), o que se explica pela entrada em funcionamento do seu novo edifício, com uma lotação de mais 60 camas no internamento. Também é de registar o aumento do consumo de gás natural na Obra Social do Pousal (+87%), onde a utilização de fuelóleo para aquecimento das águas sanitárias foi substituída pela utilização de gás natural.

No que diz respeito aos outros combustíveis, como o fuelóleo, o gás propano ou butano, ou a gasolina e o gasóleo (com uma utilização diferente daquela que é a da frota automóvel), o seu consumo registou uma diminuição de cerca de 24%. Esta variação negativa explica-se, fundamentalmente, pela substituição de alguns equipamentos para aquecimento de águas sanitárias e climatização que recorriam ao consumo de fuelóleo por outros mais eficientes e mais amigos do ambiente, como aconteceu no Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão e na Obra Social do Pousal, cujos exemplos foram acima mencionados. O consumo deste tipo de combustível decresceu 34%, face a 2017.

	Ação Social	Saúde	Departamento de Jogos	Serviços de gestão
Gás Propano	337 GJ -15 % FACE A 2017 5% face ao total	6.304 GJ -7% FACE A 2017 95% face ao total	14 GJ +100% FACE A 2017 0% face ao total	
Gás Butano	2 GJ +100% FACE A 2017 54% face ao total			2 GJ +100% FACE A 2017 46% face ao total
Fuelóleo	720 GJ 0% FACE A 2017 8% face ao total	7.764 GJ -36% FACE A 2017 92% face ao total		
Gasóleo	0,4 GJ +100% FACE A 2017 5% face ao total	9 GJ +100% FACE A 2017 95% face ao total		
Gasolina	6 GJ +100% FACE A 2017 20% face ao total	1 GJ +100% FACE A 2017 5% face ao total		21 GJ +100% FACE A 2017 75% face ao total

Os 269 veículos utilizados para deslocações de serviço percorreram mais de 3 milhões de quilómetros ao longo do ano, tendo consumido mais de 320 mil litros de combustível. Este consumo traduziu-se na emissão de mais de 786 tCO₂.

	Gasóleo	Gasolina
Frota Automóvel	11.124 GJ 259 VEÍCULOS 3,3 milhões km percorridos 311.980 litros consumidos	280 GJ 10 VEÍCULOS 79 mil km percorridos 8.485 litros consumidos

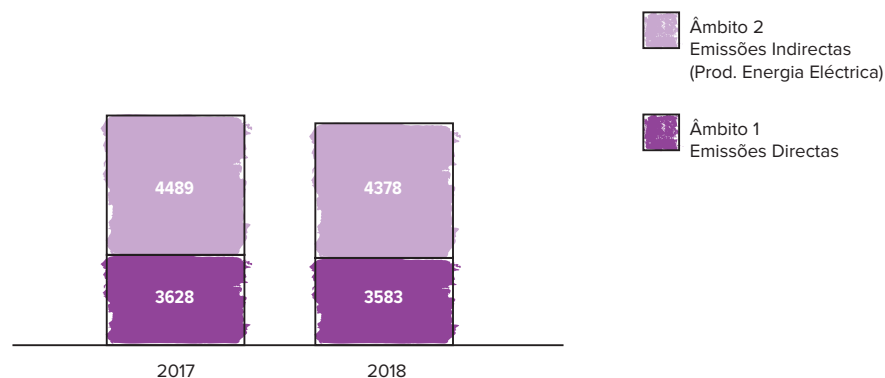
Em 2018, a nossa organização adquiriu 7 veículos ligeiros elétricos, num primeiro passo para alterar a composição da sua frota automóvel e tornar a sua utilização menos prejudicial para o ambiente.

AS EMISSÕES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA PARA A ATMOSFERA

Dando cumprimento aos nossos compromissos, divulgamos também informação sobre as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) por que fomos responsáveis em 2018. Presentemente, monitorizamos as emissões de:

- * **Âmbito 1** – emissões diretas, associadas, por exemplo, ao consumo de combustível pela sua frota automóvel, ou ao funcionamento dos edifícios que estão afetos à sua atividade, nomeadamente no que diz respeito a climatização, confeção de refeições, ou aquecimento de águas sanitárias;
- * **Âmbito 2** – emissões indiretas, provenientes da energia elétrica adquirida pela Instituição.

EMISSÕES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA



Em 2018, emitimos um total de 7961 tCO₂e, tendo reduzido em 1,9% as nossas emissões de Gases com Efeito de Estufa, face ao ano anterior. Esta redução verificou-se tanto nas emissões diretas como nas emissões indiretas.

No primeiro caso, emissões de *âmbito 1* – diretas, a redução justifica-se pela diminuição do consumo energético na maioria dos combustíveis (fuelóleo, propano e combustível para viaturas), com exceção do gás natural, que teve um aumento de 29%.

No caso das emissões de *âmbito 2* – indiretas, há que referir em primeiro lugar que os parâmetros utilizados pela Santa Casa para o seu cálculo são atualizados anualmente, de acordo com os tipos de fontes energéticas (*mix* energético) a que recorrem os fornecedores para a produção de eletricidade – ou seja, quanto maior for a percentagem de fontes de energia renováveis utilizadas na produção da eletricidade que é fornecida à Santa Casa, menores serão os fatores utilizados para o cálculo das emissões de Gases com Efeito de Estufa. Em 2018, considerando a existência de uma maior percentagem de produção de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis em três dos quatro fornecedores de energia elétrica da Santa Casa, os fatores de emissão utilizados para os cálculos foram mais baixos. Este facto explica a redução das emissões de GEE de âmbito 2, num ano em que o consumo de eletricidade aumentou.

O CONSUMO DE ÁGUA

Em 2018, o nosso consumo de água equivaleu à quantidade de água necessária para encher 115 piscinas olímpicas. A Ação Social é a área de atividade que mais água consome, o que se compreende pela tipologia de respostas e serviços que presta, desde as estruturas residenciais para pessoas idosas, até às casas de acolhimento para crianças e jovens, passando pelas respostas de emergência – que incluem, por exemplo, rotinas de confeção de refeições, banhos ou lavagem de roupa – e pelo significativo número de equipamentos – 127 em 2018.

	Ação Social	Saúde	Departamento de Jogos	Gestão do Património	Serviços de gestão
Água	174.031 M ³ -7% FACE A 2017 61% face ao total	84.649 M ³ -16% FACE A 2017 30% face ao total	3.823 M ³ -2% FACE A 2017 1% face ao total	3.463 M ³ -23% FACE A 2017 1% face ao total	20.461 M ³ -6% FACE A 2017 7% face ao total

Pelo segundo ano consecutivo reduzimos o nosso consumo de água. Em 2018, esta diminuição representou cerca de 10% e foi na Saúde que mais expressão teve (-16.315 m³ consumidos), em especial no Hospital Ortopédico de Sant'Ana. Na Ação Social, a diminuição do consumo também foi expressiva (-14.110 m³), destacando-se a redução no consumo de água na Aldeia de Santa Isabel, na Residência e Centro de Dia da Quinta das Flores e no Centro Social Comunitário do Bairro da Flamengo. Na área dos Serviços de Gestão, destaca-se também a diminuição no consumo de água no Complexo de São Roque, o edifício onde ficam sediados os serviços centrais da instituição.

A crescente melhoria na deteção de consumos atípicos e de fugas ocasionais, que permite uma intervenção mais rápida na sua resolução, tem contribuído para a diminuição no consumo de água.

MEDIDAS PARA A MITIGAÇÃO DO IMPACTO DOS CONSUMOS ENERGÉTICO E HÍDRICO

A responsabilidade de gerir melhor o nosso impacto ambiental, mitigando os seus efeitos negativos, é já uma consciência presente diariamente na nossa instituição, mas reconhecemos que precisamos de fazer mais. Por isso, continuamos a investir na nossa responsabilidade ambiental, melhorando o nosso conhecimento sobre o impacto que tem a nossa atividade e estudando as melhores soluções de mitigação ou de redução desses efeitos.

Em 2018, foram instalados pluviómetros em 10 edifícios com consumos significativos de água para rega de espaços verdes. Em 5 destes 10 edifícios, nos quais funcionam equipamentos sociais, realizou-se um estudo de impacto da medida, tendo sido possível estimar uma poupança anual estimada de quase 620 m³. Foram também instalados contadores parciais de água em 4 grandes cozinhas de equipamentos sociais com um perfil de consumo hídrico elevado com o objetivo de monitorizar melhor os seus consumos e introduzir medidas de eficiência adequadas.

Na área da iluminação deu-se continuidade à substituição da iluminação em determinadas áreas do Complexo de São Roque, por iluminação LED.

E, por último, foram instaladas baterias de condensadores num conjunto de 12 equipamentos sociais e de saúde com consumos significativos de energia reativa. Os resultados obtidos já no primeiro trimestre de 2019 permitem concluir que ocorreu uma redução de cerca de 87% nos custos com a energia reativa, quando comparado com o período homólogo de 2018.



A PRODUÇÃO DE RESÍDUOS

Em 2018, foi declarado pela Santa Casa à Agência Portuguesa do Ambiente um total de 2138 toneladas de resíduos, o que correspondeu a um aumento 11% face ao ano anterior.

Distribuindo-se o total de resíduos pelas suas áreas de atividade, constata-se que a Ação Social é a área que mais resíduos produz.

	Ação Social	Saúde	Departamento de Jogos	Gestão do Património	Serviços de gestão
Resíduos	1.020 t +12% FACE A 2017	308 t -3% FACE A 2017	385 t +40% FACE A 2017	31 t -66% FACE A 2017	394 t +17% FACE A 2017

No quadro seguinte apresentam-se as três principais tipologias de resíduos produzidas por cada área da Santa Casa:

	Ação Social	Saúde	Departamento de Jogos	Gestão do Património	Serviços de gestão
As três tipologias de resíduos mais produzidas em 2018	384 t ORGÂNICOS	154 t INDIFERENCIADOS	217 t MADEIRAS	16 t MISTURAS DE RESÍDUOS	242 t INDIFERENCIADOS
	281 t INDIFERENCIADOS	82 t HOSPITALARES	160 t PAPEL/CARTÃO	9 t MADEIRA	71 t ORGÂNICOS
	208 t SOLOS, TERRAS E ROCHAS	22 t PAPEL/CARTÃO	3 t MISTURAS DE RESÍDUOS	4 t PAPEL/CARTÃO	17 t PAPEL/CARTÃO

Grande parte do aumento registado em 2018 ficou a dever-se a um acréscimo de 17% na quantidade de resíduos hospitalares, os quais são produzidos, na sua maioria, nas unidades prestadoras de cuidados de saúde, nos equipamentos residenciais para pessoas idosas e na prestação de cuidados de saúde no domicílio. Trata-se de uma tipologia de resíduos com uma produção anual muito variável, considerando que depende do tipo de cuidados de saúde prestados, do número de intervenções cirúrgicas e do número de utentes assistidos.

	Ação Social	Saúde			
	Residências	Hospitais	Unidades de Saúde	Cuidados de saúde domiciliários	Unidades Móveis
Resíduos Hospitalares	16 t	76 t	3 t	1 t	0,1 t

Além do aumento na produção de resíduos hospitalares, verificou-se ainda um aumento em cerca de 10% na produção de resíduos equiparados a urbanos, tendo atingido em 2018 as 780 toneladas, o valor mais elevado desde o início da monitorização da produção de resíduos pela Santa Casa.

Também a produção deste tipo de resíduos é muito variável de ano para ano, estando dependente do encerramento/reinstalação de serviços, número de imóveis reabilitados, número de imóveis doados à instituição e estado de conservação do respetivo recheio e estado dos imóveis arrendados após término ou denúncia dos contratos de arrendamento. Ainda que a Santa Casa não seja o produtor de grande parte destes resíduos, é considerada legalmente como detentora dos mesmos, pelo que fica obrigada a assegurar o seu correto encaminhamento e comunicação à Agência Portuguesa do Ambiente.






	Enquanto Produtora	Enquanto Detentora
Resíduos	2.118 t	20 t

O aumento da produção de resíduos hospitalares e de resíduos equiparados a urbanos foi, no entanto, compensada com uma diminuição em 10% da quantidade de resíduos urbanos encaminhados pelas 12 instalações da Santa Casa classificadas como Grandes Produtoras de Resíduos².

Ainda assim, é preciso referir que os valores declarados sobre a quantidade de resíduos urbanos produzidos referem-se a valores estimados, tendo por base a densidade média dos resíduos, a periodicidade de recolha e o nível médio de enchimento dos contentores.

Fora do nosso alcance de monitorização permanecem ainda os resíduos urbanos produzidos em todas as instalações onde a produção diária é inferior a 1.100 l/dia, por não disponibilização desses dados pelos diferentes serviços municipalizados de gestão de resíduos.

No que se refere ao destino dado aos resíduos produzidos, a Santa Casa tem procurado, sempre que possível e aplicável, optar por destinos onde se verifique uma operação de valorização em detrimento da sua eliminação.

Valorização		Eliminação		
Compostagem	Outras operações valorização	Incineração	Tratamento físico-químico	Outras operações eliminação
				
458 t -19 % FACE A 2017 21% face ao total	1.048 t +44% FACE A 2017 49% face ao total	522 t -0,8% FACE A 2017 24% face ao total	74 t -3,9% FACE A 2017 4% face ao total	35 t +110% FACE A 2017 2% face ao total

Em 2018, a percentagem de resíduos produzidos que foi encaminhada para operação de valorização situou-se nos 70%.

² Consideram-se como Grandes Produtores de Resíduos as instalações que apresentem uma produção média diária de resíduos urbanos igual ou superior a 1100 litros. Nestes locais, a responsabilidade do município em assegurar a recolha de resíduos urbanos no âmbito do sistema municipalizado de gestão de resíduos cessa, ficando o produtor obrigado a contratualizar um serviço específico para o efeito.

OS PLANOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS E GESTÃO DE RESÍDUOS HOSPITALARES

Em 2013, foi elaborado o primeiro Plano de Gestão de Resíduos da Santa Casa, pretendendo-se com este documento caracterizar as tipologias de resíduos produzidas comumente em cada uma das áreas de atividade da Instituição e, através de instruções de trabalho práticas, definir as responsabilidades de cada interveniente e os procedimentos a adotar no encaminhamento de determinada tipologia de resíduos.

Decorridos cinco anos desde a elaboração deste documento, considerando o facto de este estar agora desatualizado, devido à multiplicidade de novas fileiras de resíduos entretanto identificadas, à celebração de novos contratos com operadores de gestão de resíduos, a alterações orgânicas da própria Instituição e à implementação de novos procedimentos internos na atribuição do estatuto de resíduo a um determinado bem material, assim como ao seu conseqüente encaminhamento para um operador de gestão de resíduos, em 2018, com recurso a um consultor externo, iniciou-se o processo de revisão e atualização deste documento.

Relativamente aos resíduos hospitalares, em particular aqueles que sejam produzidos nas unidades prestadoras de cuidados de saúde, por força da regulamentação legal vigente, é obrigatória a existência de um Plano de Gestão de Resíduos específico, adequado à dimensão e estrutura de cada unidade, que caracterize as diferentes tipologias de resíduos hospitalares produzidas, assim como a respetiva quantidade. Este documento, além de abordar aspetos relacionados com a correta triagem e encaminhamento dos resíduos hospitalares, define ainda os circuitos para a sua circulação no interior de cada unidade e uniformiza os procedimentos e práticas nas várias instalações de saúde da Santa Casa.

À semelhança do Plano de Gestão de Resíduos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, também os Planos de Gestão de Resíduos Hospitalares, elaborados em 2013, encontravam-se desatualizados, tendo-se iniciado em 2018 o processo da sua revisão e atualização.

O NOSSO PATRIMÓNIO RURAL

Somos proprietários de 139 prédios rústicos, muitos dos quais resultantes de benemerências e doações, que gerimos e exploramos seguindo uma ocupação ambientalmente responsável.

Por se situarem dentro ou nas contiguidades de áreas protegidas ou de elevado valor/índice de biodiversidade, ainda que localizadas fora de áreas protegidas, e por apresentarem um ecossistema terrestre com valores naturais significativos, destacamos as seguintes propriedades:

Núcleo de Alegrete	Núcleo de Reveladas	Herdade Vale do Lobo	Herdade do Monte de Cima
<ul style="list-style-type: none"> • Constituído por 15 prédios rústicos, localizados na freguesia de Alegrete, concelho de Portalegre • 369,75 hectares • Inserida no Parque Natural da Serra de São Mamede - Sítio de São Mamede • Atividade de exploração: Gestão de ativos silvícolas 	<ul style="list-style-type: none"> • Constituído por 13 prédios rústicos localizados na freguesia de São Salvador da Aramenha, Concelho de Marvão • 120,95 hectares • Inserida no Parque Natural da Serra de São Mamede - Sítio de São Mamede • Atividade de exploração: Gestão de ativos silvícolas 	<ul style="list-style-type: none"> • Freguesia de São João Batista e Concelho de Castelo de Vide • 173,84 hectares • Inserida no Sítio de São Mamede • Atividade de exploração: Gestão de ativos silvícolas 	<ul style="list-style-type: none"> • Freguesia de Evoramonte, concelho de Estremoz • 770,79 hectares • Inserida na Grande Rota do Montado – CIMAC (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central) • Atividade de exploração: Gestão de ativos silvícolas

Além destas propriedades detentoras de um ecossistema terrestre com valores naturais significativos, destacamos também as seguintes:

Núcleo de Gáfete	Núcleo de Meda	Núcleo de Sernancelhe
• Constituído por 14 prédios rústicos. Freguesia de Gáfete, Concelho do Crato	• Constituído por 47 prédios rústicos. Freguesias de Meda, Barreira e Longroiva, Concelho de Meda	• Constituído por 6 prédios rústicos. Freguesias de Granjal, Concelho de Sernancelhe

Do uso que a Santa Casa faz destas propriedades:

- Não existem e não estão previstas alterações ao uso e ocupação do solo;
- Não estão identificadas fontes pontuais e não pontuais de poluição;
- Não estão identificadas espécies invasoras ou agentes patogénicos nocivos;
- Não se prevê redução de espécies florísticas e faunísticas atualmente presentes nas unidades de gestão;
- Nem se preveem ações que possam alterar ou converter habitats ou que alterem os sistemas ecológicos presentes.

Simultaneamente, na nossa intervenção nestas propriedades rústicas, não estão identificados quaisquer impactos, diretos ou indiretos, sobre a biodiversidade, pelo que nada temos a reportar relativamente as espécies afetadas, extensão de áreas impactadas, duração ou reversibilidade/irreversibilidade de eventuais impactos.

Relativamente à presença de espécies identificadas em listas nacionais ou internacionais de conservação, com habitats nestas áreas, destacamos as seguintes:

Espécie	Criticamente ameaçadas de extinção	Ameaçadas de extinção	Vulneráveis	Quase ameaçadas	Pouco preocupantes
<i>Discoglossus galganoi</i> – Rã-de-focinho-pontiagudo				X	
<i>Lacerta shreiberi</i> – Lagarto de água		X			
<i>Alytes cisternasii</i> – Sapo parteiro ibérico					
<i>Triturus boscai</i> – tritão-de-ventre-laranja		X			
<i>Emys orbicularis</i> – Cágado carapaça estriada		X			
<i>Mauremys leprosa</i> – Cágado mediterrâneo		X			
<i>Bubo bubo</i> – Bufo real				X	
<i>Ciconia nigra</i> – Cegonha negra			X		
<i>Gyps fulvus</i> – Grifo				X	
<i>Milvus milvus</i> – Milhafre real				X	
<i>Hieraaetus fasciatus</i> – Águia de bonelli	X				
<i>Circaetus gallicus</i> – Águia-cobreira				X	
<i>Lutra lutra</i> – Lontra					X

O PLANO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Como se pode concluir dos pontos acima, a diversidade das áreas de intervenção da Santa Casa, assim como as características heterogéneas do seu património urbano e rústico, traduzem-se em diferentes tipos de impactos gerados no meio ambiente, ficando por isso sujeitos ao cumprimento de um amplo leque de requisitos legais nesta matéria.

Apesar de ter já sido percorrido um longo caminho no cumprimento da regulamentação legal vigente, em 2018 considerou-se primordial consolidar a área da gestão ambiental da nossa organização, tendo-se iniciado um trabalho aprofundado e integrado de levantamento e avaliação dos aspetos ambientais significativos, assim como de avaliação da conformidade dos procedimentos em vigor, complementado com um plano de medidas corretivas e de melhoria contínua, considerando as prioridades de intervenção identificadas.

4.5. COMUNIDADE

A solidariedade faz parte da nossa história. Nesse sentido, entendemos como natural a partilha dos nossos recursos, com o objetivo de contribuirmos para um desenvolvimento mais sustentável, equilibrado e igualitário. Foi com esta crença que incluímos nos nossos Objetivos Estratégicos a intenção de partilha com os nossos parceiros, refletida no Objetivo 12 - *Reforçar a ligação e cooperação com todos os parceiros nas várias áreas de intervenção, nomeadamente com as outras Misericórdias*. Foi também com base nesta crença que, no final de 2017, constituímos o Fundo Recomeçar, destinado a apoiar as vítimas dos incêndios de outubro desse ano.

4.5.1. Apoios e Subsídios

Sabemos que trabalhar por causas implica, além de dedicação, recursos. E sabemos que estes são, muitas vezes, parcos para instituições ou iniciativas que trabalham afincadamente por um desenvolvimento mais sustentável. Para que possamos ajudar outras entidades ou projetos a contribuir para este fim comum, tentamos disponibilizar apoios, a maior parte das vezes pecuniários, dentro do nosso quadro de equilíbrio e sustentabilidade financeira. Em 2018 apoiámos outras boas causas, num montante de 3,6 M€, valor que representou cerca de 1,4% das nossas receitas correntes.

De entre as iniciativas apoiadas em 2018, destacamos o apoio concedido à Raríssimas, com o objetivo de apoiar a instituição na continuidade da sua reconhecida e ímpar missão de apoiar os doentes portadores de patologias raras, bem como as suas famílias e cuidadores. Destacamos igualmente a continuidade do apoio concedido à Fundação Ricardo Espírito Santo Silva.

[Apoios e subsídios concedidos 3,6 M€](#)

4.5.2. Fundo Rainha D. Leonor

Além dos apoios e subsídios concedidos a projetos ou iniciativas específicas, desenvolvemos também iniciativas mais regulares. De entre estas, o Fundo Rainha D. Leonor é uma das mais emblemáticas. Criado há 3 anos, em 2015, em conjunto com a União das Misericórdias Portuguesas, pretende ajudar as Misericórdias Portuguesas no seu trabalho em causas sociais prioritárias, dando o seu contributo para a coesão social e territorial do país, dentro do espírito da autonomia cooperante.

Desde a sua criação, o Fundo Rainha Dona Leonor já apoiou 89 Misericórdias e número idêntico de projetos em todo o país, 79 dos quais na Área Social e 10 na área da recuperação do Património, num valor total que supera os 14,7 M €.

Em 2018, através do Fundo Rainha D. Leonor, financiámos um montante total de 1,6 M€, destinado às seguintes intervenções:



[1] Caminha
Remodelação do ATL do Centro Infantil
38 mil €



[2] Coimbra
Apartamentos de autonomização
235 mil €



[3] Évora
Conservação e Restauro da Igreja da Misericórdia
259 mil €



[4] Freixo de Espada a Sintra
Ampliação e Remodelação do Lar de Idosos
90 mil €

[5] Vila Flor
Reabilitação de Lar Nossa Senhora dos Navegantes
212 mil €

[6] Vila Flor
Requalificação do Lar Elias Moreira Neto
180 mil €

[7] Ponte de Lima
Requalificação de Lar
241 mil €

[8] Sever do Vouga
Remodelação e Ampliação de edifício para instalação de Creche e Jardim de Infância
125 mil €

[9] Vila Flor
Remodelação e ampliação do Jardim de Infância Flor de Liz
230 mil €

4.5.3. Fundo Recomeçar

O Fundo Recomeçar foi criado no final de 2017, com o objetivo de apoiar as vítimas dos graves incêndios de outubro desse ano. Perante tal calamidade, não podíamos ficar indiferentes e foi com essa consciência que resolvemos canalizar as receitas líquidas dos Jogos Sociais da semana de 16 a 24 de dezembro de 2017, que caberiam à nossa organização, para um Fundo destinado a apoiar as vítimas.

Desta iniciativa nasceu um Fundo dotado de 4,5 M€, cuja distribuição se convencionou que deveria ser orientada para três áreas específicas, com o objetivo de evitar a duplicação de apoios que já estavam a ser concedidos por outras entidades. Durante 2018 foram atribuídos apoios no montante total de 2,9 M€.

FUNDO RECOMEÇAR: ÁREAS E BENEFICIÁRIOS		
1. Crianças e Jovens	2. Associativismo Jovem	3. Ambiente
Crianças e jovens que beneficiam de abono de família pelo 1º escalão de rendimentos e residentes, até ao fecho das candidaturas ou à data de 15 de outubro de 2017, nas freguesias afetadas pelos incêndios.	Entidades inscritas e efetivas no registo nacional do associativismo jovem que promovam o desenvolvimento das zonas, e da população, afetadas pelos incêndios de outubro 2017.	Entidades públicas ou privadas, que visem a recuperação do ambiente, nas zonas afetadas pelos incêndios de outubro 2017.
STATUS: Em curso Nº de beneficiários 2018: 11.482 Montante atribuído em 2018: 2,5 M€	STATUS: Em curso Nº de beneficiários 2018: 66 Montante atribuído em 2018: 0,4 M€	STATUS: Em curso N.º de candidaturas recebidas em 2018: 82



CAMINHAR

em direção a uma Missão
mais Sustentável, por
tudo o que está em causa

O NOSSO PLANO FUTURO — 95





05

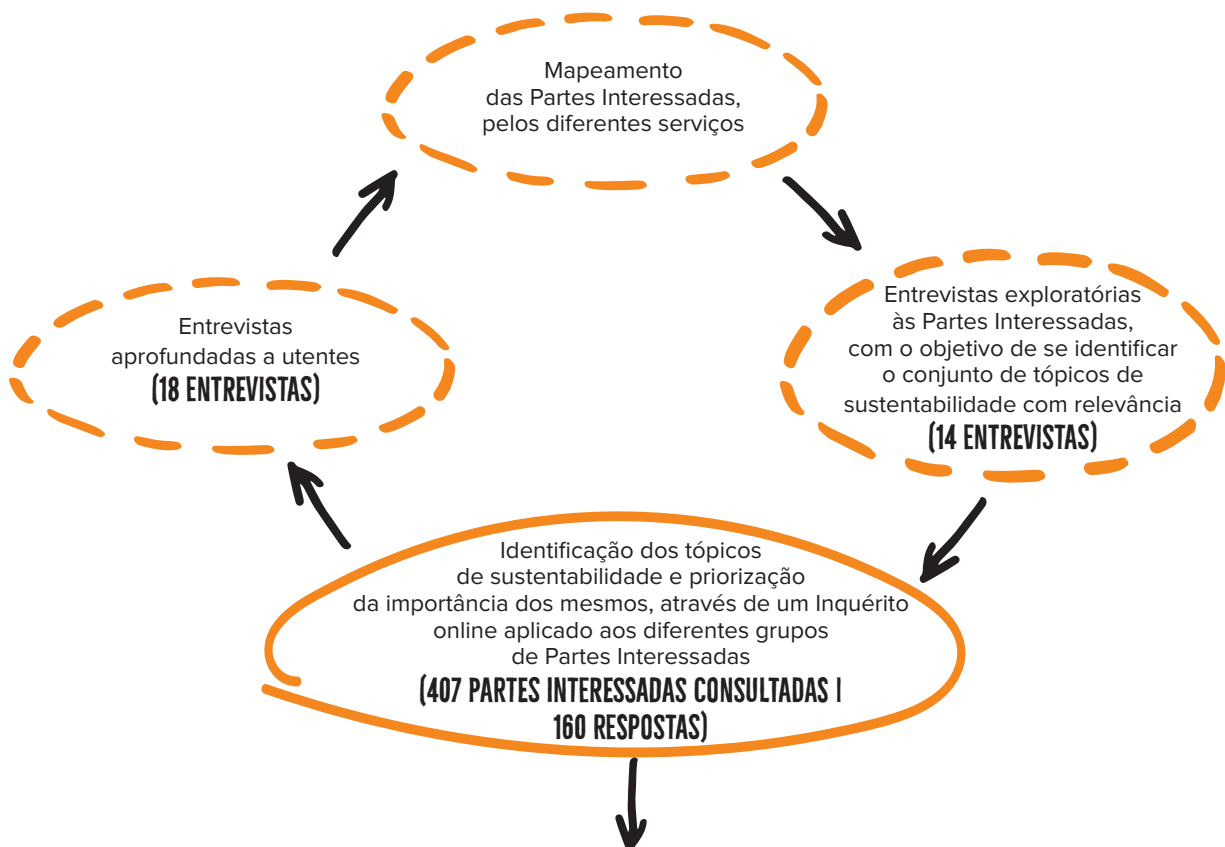
O NOSSO PLANO FUTURO

O nosso compromisso com a sustentabilidade é naturalmente um compromisso de longo prazo, mas que deve ter em atenção as necessidades e as expectativas das nossas Partes Interessadas, bem como os novos desafios sociais, ambientais e económicos que surgem, o que significa que também deve ser um compromisso flexível, participado e dinâmico.

Foi com esta consciência que, em 2018, procedemos à realização de uma nova consulta às nossas Partes Interessadas, procurando aferir o alinhamento entre as suas expectativas e o Plano Estratégico de Sustentabilidade 2016-2019 e identificar eventuais necessidades de ajustamento ao mesmo.

Este processo, que se alinou com o referencial AA1000 SES – *Stakeholders Engagement Standard*, dividiu-se em 4 fases:

PROCESSO DE CONSULTA DE PARTES INTERESSADAS 2018



DESTAQUE PARA AS QUESTÕES RELACIONADAS COM:

- a valorização da atitude ética na organização
- a importância atribuída à gestão dos recursos humanos
- a necessidade de se combater o desperdício alimentar
- o foco no cliente baseado numa lógica inclusiva e de acessibilidade para todos

Com base nas conclusões do estudo realizado, identificámos oportunidades para um maior alinhamento entre as expectativas das Partes Interessadas e o nosso Plano Estratégico de Sustentabilidade, conclusão que, enquadrada no processo de reflexão mais amplo sobre o futuro da organização, nos motivou a elaborar um novo Plano Estratégico de Sustentabilidade para o período 2020-2022.

O ano de 2019 será dedicado a este processo, sendo nosso objetivo alcançar um maior alinhamento entre o planeamento de sustentabilidade e o planeamento estratégico e operacional da instituição, bem como com as expectativas das nossas Partes Interessadas.

notas

METODOLÓGICAS

98 — 103



NOTAS METODOLÓGICAS

A recolha e sistematização dos dados são da responsabilidade da Unidade de Sustentabilidade e Inovação do Departamento da Qualidade e Inovação, com base nos contributos recebidos dos diferentes departamentos, direções e serviços e na informação obtida através dos Relatórios de Gestão e Contas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e do Departamento de Jogos.

FONTES DE DADOS	
Indicadores relativos à governação	Secretaria-geral
Indicadores relativos à Ação Social	Departamento de Ação Social e Saúde
Indicadores relativos à Cultura	Direção de Cultura
Indicadores relativos ao Empreendedorismo e Economia Social	Departamento de Empreendedorismo e Economia Social
Indicadores relativos aos Jogos Sociais do Estado	Departamento de Jogos
Indicadores relativos à gestão do Património	Departamento de Gestão Imobiliária e Património
Indicadores relativos à Saúde	Direção de Saúde Santa Casa, Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, Hospital Ortopédico de Sant'Ana, Unidade de Cuidados Continuados Integrados Maria José Nogueira Pinto e Escola Superior de Saúde do Alcoitão
Indicadores Económicos	Direção Financeira Âmbito: A informação apresentada corresponde às contas consolidadas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, sem contabilização das contas do Departamento de Jogos, as quais, por obrigação legal, são apresentadas em Relatório de Gestão e Contas próprio.
Indicadores relativos à cadeia de abastecimento	Direção Financeira, Unidade de Aprovisionamento da Ação Social, Unidade de Aprovisionamento da Saúde, Unidade de Aprovisionamento do Departamento de Jogos, Gabinete de Apoio à Gestão do Departamento de Gestão Imobiliária e do Património, Central de Compras, Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão e Hospital Ortopédico de Sant'Ana

INDICADORES AMBIENTAIS

O trabalho de compilação centralizada e sistematização da informação quantitativa sobre os consumos de energia e água, emissões de gases com efeito de estufa e eliminação de resíduos na Santa Casa começou a ser aprofundado, em 2013, com o início da implementação da estratégia de sustentabilidade.

No presente relatório, o universo dos consumos de energia, água e emissões de CO₂ comunicados é composto por todas as edificações e instalações da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, nomeadamente os edifícios afetos à atividade do Departamento de Ação Social e Saúde (incluindo os edifícios que transitaram definitivamente do Instituto de Segurança Social para a Misericórdia de Lisboa e aqueles que ficaram sob sua gestão temporária), do Departamento de Jogos, do Hospital Ortopédico de Sant'Ana, da Escola Superior de Saúde do Alcoitão, do Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, os Serviços Centrais de Gestão da Instituição, o Museu e Igreja de São Roque, armazéns e outros espaços de apoio, bem como os edifícios afetos a atividades de rentabilização do património imobiliário. Excluem-se deste relato apenas as instalações cujos acordos e contratos de cedência ou de arrendamento não preveem encargos para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa com consumos energéticos ou hídricos.

Universo considerado para o cálculo dos consumos energéticos e hídricos

No cálculo do universo para cálculo dos consumos energéticos e hídricos, a metodologia adotada considera as diferentes frações/locais de consumo afetas a cada serviço, pelo que os números abaixo expostos poderão variar em relação aos números de equipamentos sociais e de saúde apresentados ao longo do relatório.

DIVISÃO POR GRANDE ÁREA DE ATIVIDADE	N.º de locais de consumo	%
Ação Social	142	42%
Serviços de gestão	12	2%
Jogos Sociais	5	1%
Saúde	13	4%
Gestão do Património	168	51%
Total	340	100%

DIVISÃO POR TIPOLOGIA	RESPOSTAS SOCIAIS E DE SAÚDE E SERVIÇOS	N.º
Creche	Creche, creche familiar, jardim-de-infância	21
Centro de dia	Centro de convívio, centro de dia, serviço de apoio domiciliário	12
Edifício de formação	Instalações onde se realizam atividades formativas (cursos técnico-profissionais, workshops, cursos intensivos)	6
Edifícios afetos ao rendimento	Espaços comuns dos prédios, alojamento local e frações de rendimento	168
Edifício polivalente	Instalações com mais do que uma valência (creche e centro de dia; creche e unidade de saúde; centro de dia e lar de idosos; centro de dia, creche e serviços administrativos)	25
Escritório	Instalações com trabalho administrativo e de atendimento a utentes	18
Habitação	Apartamentos de autonomização e de apoio à reinserção social	35
Infraestruturas de logística	Garagens e armazéns	7
Infraestruturas de saúde	Unidades de Saúde Santa Casa, Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, Hospital Ortopédico de Sant'Ana, Unidade de Cuidados Continuados Integrados Maria José Nogueira Pinto, Obra Social do Pousal	13
Lar de idosos	Lares e residências assistidas para pessoas idosas	8
Residência	Centros de acolhimento, lares de infância e juventude e lares residenciais	26
	Total	340

<p style="text-align: center;">Indicadores - Energia</p>	<p>Eletricidade Fonte de dados: Entidades fornecedoras de energia elétrica Análise e Tratamento de Dados: Unidade de Sustentabilidade e Inovação do Departamento da Qualidade e Inovação</p> <p>Gás Natural Fonte dos dados: Entidades fornecedoras de Gás Natural Análise e Tratamento de Dados: Unidade de Sustentabilidade e Inovação do Departamento da Qualidade e Inovação</p> <p>Outros Combustíveis Fonte dos dados: Ação Social, Saúde, Direção Financeira (SAP) Análise e Tratamento de Dados: Unidade de Sustentabilidade e Inovação do Departamento da Qualidade e Inovação</p> <p>Frota Fonte dos dados: Núcleo de Gestão de Frota da Unidade de Gestão Técnica da Secretaria-geral Análise e Tratamento de Dados: Unidade de Sustentabilidade e Inovação do Departamento da Qualidade e Inovação</p>
<p style="text-align: center;">Indicadores - Emissões</p>	<p>Fonte dos dados: Unidade de Sustentabilidade e Inovação do Departamento da Qualidade e Inovação</p> <p>Análise e tratamento dos dados: Unidade de Sustentabilidade e Inovação do Departamento da Qualidade e Inovação</p> <p>Metodologia de cálculo das Emissões de GEE: No cálculo das Emissões de GEE, foi utilizado o quadro metodológico estabelecido pelo The Greenhouse Gas Protocol (GHG Protocol), desenvolvido pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), em colaboração com o World Resources Institute (WRI).</p>

Os cálculos consideraram os três principais gases com efeito de estufa abrangidos pelo Protocolo de Quioto: dióxido de carbono (CO₂), metano (C₄H) e óxido nitroso (NO₂). Todos os resultados são apresentados em dióxido de carbono equivalente (CO₂e), utilizando os valores de Potencial de Aquecimento Global (PAG) definidos pelo Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) na versão utilizada pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) para efeitos do Inventário Nacional de Gases com Efeito de Estufa (NIR PT). Os fatores de emissão têm por base os valores definidos pelo IPCC, ajustados, sempre que necessário, à realidade Portuguesa, com base em dados publicados por entidades oficiais nacionais (Agência Portuguesa do Ambiente, Direção-Geral de Energia e Geologia e Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos).

No que concerne aos parâmetros de emissões de gases com efeito estufa, os indicadores foram atualizados com base nos dados enviados pelos comercializadores à ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos. Como tal, existem fatores de emissão para os anos 2017 e anteriores, e novos fatores de emissão para 2018.

<p>Indicadores - Consumo de água</p>	<p>Fonte dos dados: Entidades abastecedoras de água canalizada</p> <p>Análise e tratamento dos dados: Unidade de Sustentabilidade e Inovação do Departamento da Qualidade e Inovação</p>
<p>Indicadores - Resíduos</p>	<p>Fonte dos dados: Entidades operadoras de gestão de resíduos, com base na informação disponibilizada para efeitos de comunicação obrigatória à Agência Portuguesa do Ambiente dos resíduos produzidos pela Instituição em 2017.</p> <p>Análise e tratamento dos dados: Unidade de Sustentabilidade e Inovação do Departamento da Qualidade e Inovação</p> <p>Nota: Uma vez que, na maioria das instalações da Santa Casa, a recolha dos resíduos urbanos é efetuada pelas autarquias locais, no âmbito dos seus sistemas municipais de higiene urbana e gestão de resíduos, sendo utilizados os mesmos circuitos que são usados para os produtores domésticos, continua a não ser possível contabilizar a quantidade total de resíduos produzida pela Instituição.</p>

INDICADORES SOCIAIS

<p>Investimento na comunidade</p>	<p>Fonte dos dados: Fundo Rainha D. Leonor, Fundo Recomeçar, Departamento de Jogos</p>
<p>Apoios, Subsídios e Prémios</p>	<p>Fonte dos dados: Direção Financeira, Departamento da Qualidade e Inovação, Secretaria-geral, Direção de Cultura</p>

INDICADORES DE RECURSOS HUMANOS

<p>Colaboradores Santa Casa</p>	<p>Fonte dos dados: Direção de Recursos Humanos</p> <p>Estes indicadores não incluem os dados relativos aos Órgãos de Administração e do Conselho de Auditoria. Também não foram considerados os colaboradores com ausências superiores a 30 dias, nomeadamente por motivo de licença sem vencimento, cedência a outras entidades e baixa prolongada, atendendo a que nestas situações, em regra, há lugar à substituição temporária no posto de trabalho, dada a natureza da atividade da SCML.</p>
--	--

TABELA GRI

Para a opção “De acordo”
— Essencial

104 — 122



CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS																																																			
INDICADOR GRI		LOCALIZAÇÃO	Pág.																																																
PERFIL ORGANIZACIONAL																																																			
102-1	Nome da organização	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa																																																	
102-2	Principais produtos e serviços	1. Um retrato do ano 1.1. Os principais números da ação da Santa Casa 2. A nossa Instituição 2.1. Há 520 anos presentes na sociedade 2.3. O que fazemos	15 23 28																																																
102-3	Localização da sede da organização	Largo Trindade Coelho 1200-470 Lisboa Apartado 2059 1102-803 Lisboa																																																	
102-4	Número de países nos quais a organização opera e nome dos países nos quais as suas principais operações estão localizadas ou que são especialmente relevantes para os tópicos de sustentabilidade abordados no relatório	Portugal																																																	
102-5	Tipo e natureza legal de propriedade	A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é uma entidade sem fins lucrativos, definida juridicamente como pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, nos termos dos respetivos Estatutos em vigor, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro. A tutela da Santa Casa é exercida pelo membro do Governo que superintende a área da Segurança Social. Esta tutela abrange, além dos poderes especialmente previstos nos Estatutos, a definição das orientações gerais de gestão, a fiscalização da sua atividade e a sua coordenação com os organismos do Estado ou deles dependentes. É dotada de um orçamento próprio, gerando as suas próprias receitas, a partir da atribuição de uma percentagem dos rendimentos da exploração dos Jogos Sociais e dos rendimentos obtidos com a prestação de diferentes serviços (ação social, saúde, cultura, educação, património).																																																	
102-6	Mercados em que a organização atua (com discriminação geográfica, ou seja, discriminação pelas localizações geográficas onde são oferecidos produtos ou serviços, setores abrangidos e tipos de clientes e beneficiários)	1. Um retrato do ano 1.1. Os principais números da ação da Santa Casa 2. A nossa Instituição 2.1. Há 520 anos presentes na sociedade 2.3. O que fazemos	15 23 28																																																
102-7	Dimensão da organização	1. Um retrato do ano 1.1. Os principais números da ação da Santa Casa 2. A nossa Instituição 2.1. Há 520 anos presentes na sociedade 2.2. Como nos organizamos 2.3. O que fazemos	15 23 23 28																																																
102-8	Número total de colaboradores, discriminados por contrato de trabalho e género	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Tipo de Contrato</th> <th colspan="2">2018</th> <th colspan="2">2017</th> </tr> <tr> <th>M</th> <th>H</th> <th>M</th> <th>H</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Contrato permanente</td> <td>3.726</td> <td>1.290</td> <td>3.602</td> <td>1.248</td> </tr> <tr> <td>Contrato temporário ou de prazo determinado</td> <td>107</td> <td>50</td> <td>118</td> <td>65</td> </tr> <tr> <td></td> <td>3.833</td> <td>1.340</td> <td>3.720</td> <td>1.313</td> </tr> </tbody> </table> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Tipo de Emprego</th> <th colspan="2">2018</th> <th colspan="2">2017</th> </tr> <tr> <th>M</th> <th>H</th> <th>M</th> <th>H</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Tempo integral</td> <td>3.816</td> <td>1.331</td> <td>3.707</td> <td>1.304</td> </tr> <tr> <td>Tempo parcial</td> <td>17</td> <td>9</td> <td>13</td> <td>9</td> </tr> <tr> <td></td> <td>3.833</td> <td>1.340</td> <td>3.720</td> <td>1.313</td> </tr> </tbody> </table> Legenda: M-Mulher; H-Homem.	Tipo de Contrato	2018		2017		M	H	M	H	Contrato permanente	3.726	1.290	3.602	1.248	Contrato temporário ou de prazo determinado	107	50	118	65		3.833	1.340	3.720	1.313	Tipo de Emprego	2018		2017		M	H	M	H	Tempo integral	3.816	1.331	3.707	1.304	Tempo parcial	17	9	13	9		3.833	1.340	3.720	1.313	
Tipo de Contrato	2018			2017																																															
	M	H	M	H																																															
Contrato permanente	3.726	1.290	3.602	1.248																																															
Contrato temporário ou de prazo determinado	107	50	118	65																																															
	3.833	1.340	3.720	1.313																																															
Tipo de Emprego	2018		2017																																																
	M	H	M	H																																															
Tempo integral	3.816	1.331	3.707	1.304																																															
Tempo parcial	17	9	13	9																																															
	3.833	1.340	3.720	1.313																																															

102-9	Cadeia de fornecedores da organização	<p>As principais aquisições realizadas pela Santa Casa dizem respeito a:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Honorários e trabalho temporário, sobretudo no âmbito dos serviços prestados pela Ação Social e Saúde; • Fornecimento de refeições confeccionadas, as quais são fornecidas a utentes e colaboradores no âmbito dos serviços prestados e atividades desenvolvidas; • Conservação e reparação de edifícios afetos à atividade e de rendimento; • Serviços de limpeza das instalações; • Serviços de vigilância e segurança. <table border="1" data-bbox="687 479 1303 566"> <tr> <td>N.º total de fornecedores com movimentos registados</td> <td>2.121</td> </tr> <tr> <td>% fornecedores nacionais</td> <td>98,6%</td> </tr> </table> <table border="1" data-bbox="687 577 1303 1368"> <thead> <tr> <th>Total dos fornecimentos e serviços externos</th> <th>2018 (€)</th> <th>Variação 2018/2017</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>Honorários e trabalho temporário</td><td>8.866.140</td><td>-1%</td></tr> <tr><td>Refeições confeccionadas</td><td>8.250.608</td><td>-1%</td></tr> <tr><td>Conservação e reparação</td><td>6.414.631</td><td>15%</td></tr> <tr><td>Limpeza das instalações</td><td>4.939.173</td><td>-1%</td></tr> <tr><td>Vigilância e segurança</td><td>4.155.668</td><td>16%</td></tr> <tr><td>Trabalhos especializados</td><td>4.039.813</td><td>3%</td></tr> <tr><td>Eletricidade</td><td>2.462.212</td><td>-16%</td></tr> <tr><td>Rendas e alugueres</td><td>2.386.686</td><td>31%</td></tr> <tr><td>Publicidade, patrocínios e comunicação institucional</td><td>2.114.443</td><td>7%</td></tr> <tr><td>Deslocações, estadas e transportes</td><td>1.977.196</td><td>14%</td></tr> <tr><td>Outros encargos com a atividade</td><td>1.588.714</td><td>21%</td></tr> <tr><td>Licenças de software</td><td>1.461.501</td><td>159%</td></tr> <tr><td>Combustíveis e outros fluidos</td><td>1.295.645</td><td>7%</td></tr> <tr><td>Comunicações</td><td>1.209.597</td><td>10%</td></tr> <tr><td>Encargos com a saúde de utentes</td><td>1.121.598</td><td>17%</td></tr> <tr><td>Água</td><td>790.042</td><td>-25%</td></tr> <tr><td>Consumíveis</td><td>687.080</td><td>-9%</td></tr> <tr><td>Lavandaria</td><td>569.931</td><td>17%</td></tr> <tr><td>Seguros</td><td>497.222</td><td>23%</td></tr> <tr><td>Artigos e bens de baixo valor</td><td>369.286</td><td>2%</td></tr> <tr><td>Outros</td><td>858.418</td><td>9%</td></tr> <tr><td>Total</td><td>56.055.605</td><td>6%</td></tr> </tbody> </table> <table border="1" data-bbox="687 1379 1303 1794"> <thead> <tr> <th>Os 10 maiores fornecedores de bens e serviços</th> <th>2018 (€)</th> <th>Variação 2018/2017</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>GERTAL- Companhia Geral de Restauração</td><td>5.233.589</td><td>-1%</td></tr> <tr><td>M. KAIROS – Engenharia e Construção</td><td>3.465.972</td><td>-1%</td></tr> <tr><td>Teixeira, Pinto & Soares, Lda.</td><td>2.837.532</td><td>15%</td></tr> <tr><td>STRONG CHARON, Soluções de Segurança</td><td>2.447.778</td><td>-1%</td></tr> <tr><td>NORDIGAL – Indústria de Transformação Alimentar. SA</td><td>2.153.428</td><td>16%</td></tr> <tr><td>CHARON – Prestação de Serviços de Segurança</td><td>1.595.647</td><td>3%</td></tr> <tr><td>ACCENTURE, Consultores de Gestão, SA</td><td>1.554.760</td><td>-16%</td></tr> <tr><td>Informática El Corte Inglés SA</td><td>1.531.793</td><td>31%</td></tr> <tr><td>NOVABASE – Business Solutions</td><td>1.520.376</td><td>7%</td></tr> <tr><td>IBERDROLA Clientes Portugal</td><td>1.417.453</td><td>14%</td></tr> <tr><td>Total</td><td>23.758.329</td><td>21%</td></tr> </tbody> </table> <p>Fonte: SAP</p>	N.º total de fornecedores com movimentos registados	2.121	% fornecedores nacionais	98,6%	Total dos fornecimentos e serviços externos	2018 (€)	Variação 2018/2017	Honorários e trabalho temporário	8.866.140	-1%	Refeições confeccionadas	8.250.608	-1%	Conservação e reparação	6.414.631	15%	Limpeza das instalações	4.939.173	-1%	Vigilância e segurança	4.155.668	16%	Trabalhos especializados	4.039.813	3%	Eletricidade	2.462.212	-16%	Rendas e alugueres	2.386.686	31%	Publicidade, patrocínios e comunicação institucional	2.114.443	7%	Deslocações, estadas e transportes	1.977.196	14%	Outros encargos com a atividade	1.588.714	21%	Licenças de software	1.461.501	159%	Combustíveis e outros fluidos	1.295.645	7%	Comunicações	1.209.597	10%	Encargos com a saúde de utentes	1.121.598	17%	Água	790.042	-25%	Consumíveis	687.080	-9%	Lavandaria	569.931	17%	Seguros	497.222	23%	Artigos e bens de baixo valor	369.286	2%	Outros	858.418	9%	Total	56.055.605	6%	Os 10 maiores fornecedores de bens e serviços	2018 (€)	Variação 2018/2017	GERTAL- Companhia Geral de Restauração	5.233.589	-1%	M. KAIROS – Engenharia e Construção	3.465.972	-1%	Teixeira, Pinto & Soares, Lda.	2.837.532	15%	STRONG CHARON, Soluções de Segurança	2.447.778	-1%	NORDIGAL – Indústria de Transformação Alimentar. SA	2.153.428	16%	CHARON – Prestação de Serviços de Segurança	1.595.647	3%	ACCENTURE, Consultores de Gestão, SA	1.554.760	-16%	Informática El Corte Inglés SA	1.531.793	31%	NOVABASE – Business Solutions	1.520.376	7%	IBERDROLA Clientes Portugal	1.417.453	14%	Total	23.758.329	21%	
N.º total de fornecedores com movimentos registados	2.121																																																																																																															
% fornecedores nacionais	98,6%																																																																																																															
Total dos fornecimentos e serviços externos	2018 (€)	Variação 2018/2017																																																																																																														
Honorários e trabalho temporário	8.866.140	-1%																																																																																																														
Refeições confeccionadas	8.250.608	-1%																																																																																																														
Conservação e reparação	6.414.631	15%																																																																																																														
Limpeza das instalações	4.939.173	-1%																																																																																																														
Vigilância e segurança	4.155.668	16%																																																																																																														
Trabalhos especializados	4.039.813	3%																																																																																																														
Eletricidade	2.462.212	-16%																																																																																																														
Rendas e alugueres	2.386.686	31%																																																																																																														
Publicidade, patrocínios e comunicação institucional	2.114.443	7%																																																																																																														
Deslocações, estadas e transportes	1.977.196	14%																																																																																																														
Outros encargos com a atividade	1.588.714	21%																																																																																																														
Licenças de software	1.461.501	159%																																																																																																														
Combustíveis e outros fluidos	1.295.645	7%																																																																																																														
Comunicações	1.209.597	10%																																																																																																														
Encargos com a saúde de utentes	1.121.598	17%																																																																																																														
Água	790.042	-25%																																																																																																														
Consumíveis	687.080	-9%																																																																																																														
Lavandaria	569.931	17%																																																																																																														
Seguros	497.222	23%																																																																																																														
Artigos e bens de baixo valor	369.286	2%																																																																																																														
Outros	858.418	9%																																																																																																														
Total	56.055.605	6%																																																																																																														
Os 10 maiores fornecedores de bens e serviços	2018 (€)	Variação 2018/2017																																																																																																														
GERTAL- Companhia Geral de Restauração	5.233.589	-1%																																																																																																														
M. KAIROS – Engenharia e Construção	3.465.972	-1%																																																																																																														
Teixeira, Pinto & Soares, Lda.	2.837.532	15%																																																																																																														
STRONG CHARON, Soluções de Segurança	2.447.778	-1%																																																																																																														
NORDIGAL – Indústria de Transformação Alimentar. SA	2.153.428	16%																																																																																																														
CHARON – Prestação de Serviços de Segurança	1.595.647	3%																																																																																																														
ACCENTURE, Consultores de Gestão, SA	1.554.760	-16%																																																																																																														
Informática El Corte Inglés SA	1.531.793	31%																																																																																																														
NOVABASE – Business Solutions	1.520.376	7%																																																																																																														
IBERDROLA Clientes Portugal	1.417.453	14%																																																																																																														
Total	23.758.329	21%																																																																																																														
102-10	Alterações significativas ocorridas no decorrer do período coberto pelo relatório em relação à dimensão, estrutura, participação acionista ou cadeia de fornecedores da organização	<p>2. A nossa Instituição 2.2. Como nos organizamos</p>	23																																																																																																													

102-11	Abordagem ao princípio da precaução	<p>A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa reconhece a sua responsabilidade por eventuais impactos na sociedade e no ambiente decorrentes da sua atividade, comprometendo-se a, sempre que necessário, tomar medidas de prevenção e mitigação dos mesmos.</p> <p>4.1. Transparência e integridade 4.4. Ambiente</p>	59 79
102-12	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de carácter económico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa	<p>Em 2018, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa aderiu:</p> <ul style="list-style-type: none"> • À Carta Portuguesa para a Diversidade • Ao United Nations Global Compact e à sua Rede Portuguesa. 	
102-13	<p>Participação em associações e organizações nacionais ou internacionais de defesa de direitos e causas em que a organização:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tem assento no conselho de administração - Participa de projetos ou comissões - Contribui com recursos financeiros além da quota como organização associada - Considera estratégica a sua participação 	<p>A Santa Casa participa em múltiplas organizações e associações, de âmbito local, nacional e internacional, ou desenvolve com estas entidades projetos e iniciativas, numa perspetiva estratégica de consolidar e reforçar a sua missão e vocação, assim como divulgar os seus domínios de atuação.</p> <p>Ação Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa; • Casa Pia de Lisboa, I.P.; • Comissão de Acompanhamento dos Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional; • Comissão para a pessoa com deficiência; • Comissão Tripartida da Rede Social; • Confederação Nacional de Associações de Família (CNAF); • Conselho de Orientação e Fiscalização e Comissão Coordenadora do CONFOR; • Conselho de Orientação e Fiscalização e na Comissão Coordenadora do Consórcio para a Formação e Reinserção Social de Crianças e Jovens em Situação de Risco; • Conselho Geral da Fundação do Gil; • Conselho Geral da Fundação INATEL; • Conselho Municipal de Educação de Lisboa; • Conselho Nacional de Adoção; • Conselho Português de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais; • Consórcio para a Formação e Reinserção Social das Crianças e Jovens em Situações de Risco; • EACHH – European Association of Care and Help at Home; • ESAN – Réseau Européen d’Action Sociale (European Social Action Network); • Está representada nas quatro Comissões de Proteção de Crianças e Jovens na cidade de Lisboa; • European Association of Care and Help at Home; • European Disability Forum; • European Social Network (ESN); • Fédération Européenne d’Associations Nationales Travaillant Avec Sans-Abri (FEANTSA); • Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri; • Fundação D. Manuel II; • Grupo de Apoio Técnico e na Comissão Executiva do Plano de Desenvolvimento do Conselho de Ação Social Local de Lisboa; • Instituto para as Políticas Públicas e Sociais; • Rede para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária de Lisboa (Rede DLCB Lisboa); • Rede Social de Lisboa; • Vice-Presidência da Direção da Fundação Maria do Carmo Roque Pereira; • Vice-Presidência do Conselho de Fundadores da Fundação da Juventude. <p>Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> • Associação de Farmácias de Portugal; • Associação Nacional de Farmácias; • Associação Protetora de Diabéticos de Portugal; • Associação Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo; • Nova Medical School; • Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências; • Fundação António Manuel Figueiredo Sardinha; • Instituto Nacional de Cardiologia Preventiva 	

		<p>Qualidade e Inovação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rede Portuguesa de Investigação em Lesões Vertebro-Medulares <p>Empreendedorismo e Economia Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • EVPA, European Venture Philanthropy Association - A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é membro da European Venture Philanthropy Association (EVPA) com o estatuto de “Full membership”; • Participa no Grupo de Reflexão de Avaliação de Impacto Social (GRAIS) dinamizado no âmbito do GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial • Participa no Lisbon Living+ liderado pela Reitoria da Universidade de Lisboa <p>Cultura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fundação Calouste Gulbenkian; • Centro de Informação Europeia Jacques Delors • Integra o Conselho de Fundadores de Serralves <p>Jogos</p> <ul style="list-style-type: none"> • European Lotteries (EL) - Associação Europeia de Lotarias - Membro regular -Quota <ul style="list-style-type: none"> o Integra o Grupo de Segurança e Integridade da EL o Integra o Grupo de Trabalho PAC, da EL o Integra o Grupo de Trabalho jurídico da EL • Integra os dois órgãos de gestão do Euromilhões LOM e MC • Integra os 4 Grupos de Trabalho do Euromilhões • Integra o Grupo de Trabalho de Peritos da Comissão Europeia sobre jogo online • World Lottery Association (WLA) - Associação Mundial de Lotarias - Membro regular - Quota • Corporación Ibero Americana de Loterias y Apuestas de Estado (CIBELAE) - Associação Ibero Americana de Lotarias e Apostas de Estado- Membro regular. Quota <ul style="list-style-type: none"> o Integra como Vogal a Comissão Executiva (Junta Diretiva) da CIBELAE - Corporação Ibero-americana de Lotarias e Apostas do Estado e integra três dos seus Grupos de Trabalho – Processos, Jurídico, Jogo responsável e Luta contra o branqueamento de capitais; • SOJOGO-Associação Gestora dos Jogos Sociais de Moçambique – Preside ao Conselho de Administração e é a associada maioritária daquela Associação • É membro do Global Lottery Monitoring Service, que zela pela integridade no desporto e luta contra a manipulação de resultados <p>Ensino Superior em Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> • Associação Portuguesa de Fisioterapeutas; • Associação Portuguesa de Terapeutas Ocupacionais; • Associação Portuguesa de Terapeutas da Fala; • Sociedade Portuguesa de Terapia da Fala; • European Network of Physiotherapy in Higher Education; • Rede Académica das Ciências da Saúde da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; • Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa; • Instituto Superior de Ciências da Saúde. <p>Outras áreas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Centro Municipal de Operações de Emergência de Proteção Civil - Município de Lisboa; • Conselho de Acompanhamento da 2/RTP; • Conselho Municipal de Segurança de Lisboa; • Radiotelevisão Portuguesa - Serviço Público de Televisão, SA.. 	
ESTRATÉGIA			
102-14	Declaração do Presidente do Conselho de Administração sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e a sua estratégia de sustentabilidade	Mensagem do Provedor	07
102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades	<p>1. Um retrato do ano</p> <p>1.1 Os principais números da ação da Santa Casa</p> <p>2. A nossa Instituição</p> <p>2.1 Há 520 anos presentes na sociedade</p> <p>2.3 O que fazemos</p> <p>3. O nosso plano estratégico de sustentabilidade 2016-2019</p> <p>3.3. Definição da materialidade</p> <p>3.4 O plano estratégico 2016-2019</p>	15 23 28 49 49

ÉTICA E INTEGRIDADE			
102-16	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização	4. 2018: Onde estamos 4.1. Transparência e integridade	59
GOVERNANCE			
102-18	Estrutura de governação da organização, incluindo os comissões subordinadas ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado. Identificar todas as comissões responsáveis pela assessoria do conselho na tomada de decisões que possuam tópicos económicos, ambientais e sociais.	2. A nossa Instituição 2.1 Como nos organizamos 2.3 Como gerimos a sustentabilidade	23 28
ENVOLVIMENTO COM PARTES INTERESSADAS			
102-40	Lista de grupos de partes interessadas da organização	3. O nosso plano estratégico de sustentabilidade 2016-2019 3.1. Quem são as nossas partes interessadas	45
102-41	Percentagem de colaboradores abrangidos por acordos de contratação coletiva	97%	
102-42	Base para identificação e seleção de partes interessadas	Neste processo de mapeamento, em 2013, convidaram-se todos os serviços da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a listarem as suas partes interessadas. Os contributos de cada serviço foram posteriormente organizados em grandes grupos, resultando na lista identificada no ponto 3.1 Quem são as nossas partes interessadas.	
102-43	Abordagem adotada para envolvimento com as partes interessadas, inclusive a frequência do envolvimento por tipo e por grupo.	3. O nosso plano estratégico de sustentabilidade 2016-2019 3.1. Quem são as nossas partes interessadas 3.2. Consulta das partes interessadas	45 48
102-44	Principais questões e preocupações apontadas pelas partes interessadas como resultado do processo de envolvimento e as medidas adotadas pela organização no tratamento das mesmas	3. O nosso plano estratégico de sustentabilidade 2016-2019 3.2. Consulta das partes interessadas 3.3. Definição da materialidade 3.4 O plano estratégico 2016-2019	48 49 49
PRÁTICA DE RELATO DE SUSTENTABILIDADE			
102-45	Totalidade das entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	Relatório de Gestão e Contas da SCML 2018 - «Demonstrações financeiras». A informação apresentada corresponde às contas consolidadas de todos os serviços da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com exclusão das contas do Departamento de Jogos as quais, por obrigação legal, são apresentadas em Relatório de Gestão e Contas próprio.	
102-46	Processo adotado para definição do conteúdo do relatório e os limites dos Aspectos	Sobre este relatório 3. O nosso plano estratégico de sustentabilidade 2016-2019 3.2. Consulta das partes interessadas 3.3. Definição da materialidade 3.4 O plano estratégico 2016-2019 Notas Metodológicas	48 49 49 98
102-47	Aspectos materiais identificados no processo de definição do conteúdo do relatório	3. O nosso plano estratégico de sustentabilidade 2016-2019 3.3. Definição da materialidade 3.4 O plano estratégico 2016-2019	49 49
102-48	Reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações	Não ocorreram alterações significativas.	
102-49	Alterações significativas em relação a períodos cobertos por relatórios anteriores quanto ao âmbito e ao limite dos Aspectos	Não ocorreram alterações significativas.	

102-50	Período coberto pelo relatório	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018	
102-51	Data do relatório anterior mais recente	Relatório de Sustentabilidade 2017	
102-52	Ciclo de emissão de relatórios	Anual	
102-53	Contactos para questões sobre o relatório ou os seus conteúdos	Sobre este relatório	10
102-54	Opção escolhida pela organização, se o relatório foi preparado "de acordo" com os GRI Standards	Este Relatório segue as Diretrizes da GRI Standards para a opção "De acordo" - Essencial	
102-55	Índice GRI	Tabela GRI	105
102-56	Verificação externa	É intenção da Santa Casa submeter, no futuro, a informação de sustentabilidade a um processo de verificação externa.	

GRI 200 - TÓPICOS ECONÓMICOS

GRI 201 - DESEMPENHO ECONÓMICO

201-1	Valor económico direto gerado e distribuído	2. A nossa instituição	28
		2.3 O que fazemos 2.3.3.O nosso desempenho económico em 2018	33

GRI 205 - ANTICORRUPÇÃO* (ASPETO MATERIAL)

Abordagem de gestão	103-1 Explicação do tema material	3. O Nosso plano Estratégico de Sustentabilidade 2016-2019	49
		3.3 Definição da materialidade	59
	103-2 Abordagem de Gestão e os seus limites	4. 2018: Onde estamos	59
		4.1 Transparência e integridade	
		Um dos eixos de ação do plano Estratégico de Sustentabilidade da Santa Casa incide nas questões relacionadas com a boa governação e transparência. Esta linha de ação foi reforçada com os resultados da auscultação de partes interessadas levada a cabo em 2013, tendo sido identificado como tema relevante a "Ética e Transparência". Os temas materiais tiveram como base o cruzamento dos resultados do processo de auscultação de partes interessadas com a perspetiva interna da Instituição.	
		3. O Nosso plano Estratégico de Sustentabilidade 2016-2019	49
103-3 Avaliação da evolução da abordagem de gestão	3.4 O Plano Estratégico 2016-2019	59	
	4. 2018: Onde estamos		
	4.1 Transparência e integridade		
	Até ao momento, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa não tem implementado um Modelo de Gestão de Risco integrado e sistematizado. Existe um Gabinete de Auditoria Interna que atua no âmbito do Sistema de Controlo Interno (<i>compliance</i>) e, nesse contexto, prevê mecanismos de reporte superior, caso alguma situação de risco de corrupção ou outro seja detetada.		
	Em 2018 foi aprovada pela Administração a adoção voluntária da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2009, relativa à elaboração de um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que deverá ser concluído em 2019 e que será aplicável a toda a organização.		
	No âmbito específico da exploração dos Jogos Sociais do Estado, criou-se em 2015, no Departamento de Jogos, o Gabinete de Controlo e Gestão de Risco (GCGR), que tem como objetivo, entre outros, o de implementar e coordenar o processo transversal de gestão do risco e controlo interno. O foco inicial deste Gabinete foram os riscos de corrupção, fraude, financeiro e de branqueamento de capitais.		
	A Instituição dispõe também de ferramentas internas de regulação e orientação, nomeadamente o Código de Boas Práticas dos Trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o Código de Conduta do Departamento de Jogos.		
	A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa monitoriza a informação associada a este aspeto e reporta-a anualmente no seu Relatório de Sustentabilidade, nomeadamente através dos indicadores GRI 205-1 e 205-3.		

205-1	Operações alvo de análise de risco de corrupção	Vide Formas de Gestão do Aspeto “Corrupção”.																																									
205-3	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	Não foram identificados casos confirmados de corrupção em 2018.																																									
GRI 206 - CONCORRÊNCIA DESLEAL																																											
206-1	Ações judiciais por concorrência desleal, <i>antitrust</i> e práticas de monopólio	Em 2018 a Santa Casa não foi alvo de ações judiciais por concorrência desleal, <i>antitrust</i> ou práticas de monopólio.																																									
GRI 300 - TÓPICOS AMBIENTAIS																																											
GRI 302 - ENERGIA* (ASPETO MATERIAL)																																											
Abordagem de gestão	103-1 Explicação do tema material	<p>3. O Nosso plano Estratégico de Sustentabilidade 2016-2019 3.3 Definição da materialidade 4. 2018: Onde estamos 4.4 Ambiente</p> <p>Um dos focos da estratégia de Sustentabilidade da Santa Casa incide no pilar ambiental, nomeadamente, na otimização da performance energética da Instituição, através da avaliação, minimização e monitorização dos impactos ambientais decorrentes das atividades, bem como da promoção de uma utilização mais racional dos recursos. Esta prioridade foi reforçada com os resultados da auscultação de partes interessadas levada a cabo em 2013, tendo sido identificado como tema relevante a “Gestão de consumo de energia e das emissões de CO₂”. Os temas materiais tiveram como base o cruzamento dos resultados do processo de auscultação de partes interessadas com a perspetiva interna da Instituição.</p>	49 79																																								
	103-2 Abordagem de Gestão e os seus limites	<p>3. O Nosso plano Estratégico de Sustentabilidade 2016-2019 3.4 O Plano Estratégico 2016-2019 4. 2018: Onde estamos 4.4 Ambiente</p> <p>A Misericórdia de Lisboa, consciente de um registo muito elevado de consumo de energia e de emissões de CO₂ associadas, tem promovido ações e iniciativas para otimizar o seu desempenho energético. Neste sentido, desde 2012 desenvolve estudos para traçar o perfil energético do edificado e para planear a aplicação de medidas de promoção da eficiência energética.</p>	49 79																																								
	103 -3 Avaliação da evolução da abordagem de gestão	<p>A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa monitoriza a informação associada a este aspeto e reporta-a anualmente no seu Relatório de Sustentabilidade, nomeadamente através do indicador GRI 302-1.</p>																																									
302-1	Consumo de energia dentro da organização	<p>4. 2018: Onde estamos 4.4. Ambiente</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2017</th> <th>Variação 2018/2017</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Consumo de energia total (GJ)</td> <td>116.448</td> <td>113.643</td> <td>2,5%</td> </tr> <tr> <td>Gás Natural (GJ)</td> <td>30.649</td> <td>23.745</td> <td>+29%</td> </tr> <tr> <td>Fuelóleo (GJ)</td> <td>8.484</td> <td>12.858</td> <td>-34%</td> </tr> <tr> <td>Propano (GJ)</td> <td>6.655</td> <td>7.158</td> <td>-7%</td> </tr> <tr> <td>Butano (GJ)</td> <td>3</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Gasolina – Frota (GJ)</td> <td>280</td> <td>442</td> <td>-37%</td> </tr> <tr> <td>Gasóleo – Frota (GJ)</td> <td>11.124</td> <td>11.940</td> <td>-7%</td> </tr> <tr> <td>Outros combustíveis (GJ)</td> <td>38</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Eletricidade (GJ)</td> <td>59.216</td> <td>57.499</td> <td>+3%</td> </tr> </tbody> </table>		2018	2017	Variação 2018/2017	Consumo de energia total (GJ)	116.448	113.643	2,5%	Gás Natural (GJ)	30.649	23.745	+29%	Fuelóleo (GJ)	8.484	12.858	-34%	Propano (GJ)	6.655	7.158	-7%	Butano (GJ)	3			Gasolina – Frota (GJ)	280	442	-37%	Gasóleo – Frota (GJ)	11.124	11.940	-7%	Outros combustíveis (GJ)	38			Eletricidade (GJ)	59.216	57.499	+3%	79
	2018	2017	Variação 2018/2017																																								
Consumo de energia total (GJ)	116.448	113.643	2,5%																																								
Gás Natural (GJ)	30.649	23.745	+29%																																								
Fuelóleo (GJ)	8.484	12.858	-34%																																								
Propano (GJ)	6.655	7.158	-7%																																								
Butano (GJ)	3																																										
Gasolina – Frota (GJ)	280	442	-37%																																								
Gasóleo – Frota (GJ)	11.124	11.940	-7%																																								
Outros combustíveis (GJ)	38																																										
Eletricidade (GJ)	59.216	57.499	+3%																																								

302-1	Sistemas de produção de energias renováveis instalados	<p>4. 2018: Onde estamos 4.4. Ambiente</p> <p>13 dos equipamentos de ação social e saúde da Santa Casa possuem sistemas de produção de energia a partir de fontes renováveis:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Equipamento / Serviço</th> <th>Sistema solar térmico</th> <th>Sistema solar fotovoltaico</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aldeia de Santa Isabel</td> <td>x</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Centro de Acolhimento Infantil Vale Fundão II</td> <td>x</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Casa dos Plátanos</td> <td>x</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Centro de Dia e Residência Quinta das Flores</td> <td>x</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Centro de Dia Nossa Senhora da Pena</td> <td>x</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Centro de Dia de Santo Eugénio</td> <td>x</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão</td> <td>x</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Centro de Promoção Social da PRODAC</td> <td>x</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Hospital Ortopédico de Sant'Ana</td> <td>x</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Obra Social do Pousal</td> <td>x</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Residência Quinta Alegre</td> <td>x</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Unidade de Cuidados Continuados Integrados Maria José Nogueira Pinto</td> <td>x</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Unidade de Saúde W +</td> <td>x</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Equipamento / Serviço	Sistema solar térmico	Sistema solar fotovoltaico	Aldeia de Santa Isabel	x		Centro de Acolhimento Infantil Vale Fundão II	x	x	Casa dos Plátanos	x		Centro de Dia e Residência Quinta das Flores	x		Centro de Dia Nossa Senhora da Pena	x		Centro de Dia de Santo Eugénio	x	x	Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão	x		Centro de Promoção Social da PRODAC	x	x	Hospital Ortopédico de Sant'Ana	x		Obra Social do Pousal	x		Residência Quinta Alegre	x		Unidade de Cuidados Continuados Integrados Maria José Nogueira Pinto	x		Unidade de Saúde W +	x		79
Equipamento / Serviço	Sistema solar térmico	Sistema solar fotovoltaico																																											
Aldeia de Santa Isabel	x																																												
Centro de Acolhimento Infantil Vale Fundão II	x	x																																											
Casa dos Plátanos	x																																												
Centro de Dia e Residência Quinta das Flores	x																																												
Centro de Dia Nossa Senhora da Pena	x																																												
Centro de Dia de Santo Eugénio	x	x																																											
Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão	x																																												
Centro de Promoção Social da PRODAC	x	x																																											
Hospital Ortopédico de Sant'Ana	x																																												
Obra Social do Pousal	x																																												
Residência Quinta Alegre	x																																												
Unidade de Cuidados Continuados Integrados Maria José Nogueira Pinto	x																																												
Unidade de Saúde W +	x																																												
GRI 303 - ÁGUA																																													
303-1	Total de captações de água discriminado por fonte	<p>4. 2018: Onde estamos 4.4. Ambiente</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2017</th> <th>Variação 2018/2017</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Consumo de água (m³)</td> <td>286.427</td> <td>319.241</td> <td>-10%</td> </tr> </tbody> </table>		2018	2017	Variação 2018/2017	Consumo de água (m ³)	286.427	319.241	-10%	79																																		
	2018	2017	Variação 2018/2017																																										
Consumo de água (m ³)	286.427	319.241	-10%																																										
GRI 304 - BIODIVERSIDADE																																													
304-1	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados dentro de zonas protegidas ou adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas.	<p>4. 2018: Onde estamos 4.4. Ambiente</p>	79																																										
304-2	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços.	<p>4. 2018: Onde estamos 4.4. Ambiente</p>	79																																										
304-4	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações.	<p>4. 2018: Onde estamos 4.4. Ambiente</p>	79																																										

GRI 305 - EMISSÕES* (ASPETO MATERIAL)																																															
Abordagem de Gestão	103-1 Explicação do tema material	<p>3. O Nosso plano Estratégico de Sustentabilidade 2016-2019 3.3 Definição da materialidade</p> <p>4. 2018: Onde estamos 4.4 Ambiente</p> <p>Um dos focos da estratégia de Sustentabilidade da Santa Casa incide no pilar ambiental, nomeadamente, na otimização da performance energética da Instituição, através da avaliação, minimização e monitorização dos impactos ambientais decorrentes das atividades, bem como da promoção de uma utilização mais racional dos recursos. Esta prioridade foi reforçada com os resultados da auscultação de partes interessadas levada a cabo em 2013, tendo sido identificado como tema relevante a “Gestão de consumo de energia e das emissões de CO₂”. Os temas materiais tiveram como base o cruzamento dos resultados do processo de auscultação de partes interessadas com a perspetiva interna da Instituição.</p>	49 79																																												
	103-2 Abordagem de Gestão e os seus limites	<p>3. O Nosso plano Estratégico de Sustentabilidade 2016-2019 3.4 O Plano Estratégico 2016-2019</p> <p>4. 2018: Onde estamos 4.4 Ambiente</p> <p>A Misericórdia de Lisboa, consciente de um registo muito elevado de consumo de energia e de emissões de CO₂ associadas, tem promovido ações e iniciativas para otimizar o seu desempenho energético. Neste sentido, desde 2012 desenvolve estudos para traçar o perfil energético do edificado e para planear a aplicação de medidas de promoção da eficiência energética.</p> <p>Neste momento, a abordagem de gestão da organização apenas considera as emissões de âmbito 1 e de âmbito 2. No futuro, a Santa Casa procurará incluir as emissões de âmbito 3 na sua abordagem de gestão deste aspeto material, dentro dos seus limites e capacidade de intervenção.</p>	49 79																																												
	103-3 Avaliação da evolução da abordagem de gestão	A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa monitoriza a informação associada a este aspeto e reporta-a anualmente no seu Relatório de Sustentabilidade, nomeadamente através dos indicadores GRI 305-1 e 305-2.																																													
305-1	Emissões diretas de GEE (Âmbito 1)	<p>4. 2018: Onde estamos 4.4. Ambiente</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2017</th> <th>Variação 2018/2017</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Emissões Diretas (total) (t CO₂e)</td> <td>3.583</td> <td>3.628</td> <td>-1%</td> </tr> <tr> <td>Consumo de combustíveis nas instalações (t CO₂e)</td> <td>2.798</td> <td>2.774</td> <td>+1%</td> </tr> <tr> <td>Gás Natural (t CO₂e)</td> <td>1.725</td> <td>1.336</td> <td>+29%</td> </tr> <tr> <td>Fuelóleo (t CO₂e)</td> <td>652</td> <td>988</td> <td>-34%</td> </tr> <tr> <td>Propano (t CO₂e)</td> <td>418</td> <td>450</td> <td>-7%</td> </tr> <tr> <td>Gasolina (t CO₂e)</td> <td>2</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Gasóleo (t CO₂e)</td> <td>1</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Consumo de combustíveis na frota (t CO₂e)</td> <td>786</td> <td>854</td> <td>-8%</td> </tr> <tr> <td>Gasolina – Frota (t CO₂e)</td> <td>20</td> <td>32</td> <td>-37%</td> </tr> <tr> <td>Gasóleo – Frota (t CO₂e)</td> <td>765</td> <td>821</td> <td>-7%</td> </tr> </tbody> </table>		2018	2017	Variação 2018/2017	Emissões Diretas (total) (t CO₂e)	3.583	3.628	-1%	Consumo de combustíveis nas instalações (t CO₂e)	2.798	2.774	+1%	Gás Natural (t CO ₂ e)	1.725	1.336	+29%	Fuelóleo (t CO ₂ e)	652	988	-34%	Propano (t CO ₂ e)	418	450	-7%	Gasolina (t CO ₂ e)	2			Gasóleo (t CO ₂ e)	1			Consumo de combustíveis na frota (t CO₂e)	786	854	-8%	Gasolina – Frota (t CO ₂ e)	20	32	-37%	Gasóleo – Frota (t CO ₂ e)	765	821	-7%	79
	2018	2017	Variação 2018/2017																																												
Emissões Diretas (total) (t CO₂e)	3.583	3.628	-1%																																												
Consumo de combustíveis nas instalações (t CO₂e)	2.798	2.774	+1%																																												
Gás Natural (t CO ₂ e)	1.725	1.336	+29%																																												
Fuelóleo (t CO ₂ e)	652	988	-34%																																												
Propano (t CO ₂ e)	418	450	-7%																																												
Gasolina (t CO ₂ e)	2																																														
Gasóleo (t CO ₂ e)	1																																														
Consumo de combustíveis na frota (t CO₂e)	786	854	-8%																																												
Gasolina – Frota (t CO ₂ e)	20	32	-37%																																												
Gasóleo – Frota (t CO ₂ e)	765	821	-7%																																												
305-2	Emissões indiretas de GEE (Âmbito 2)	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2017</th> <th>Variação 2018/2017</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Emissões Indiretas (produção de eletricidade)</td> <td>4.378</td> <td>4.489</td> <td>-3%</td> </tr> </tbody> </table>		2018	2017	Variação 2018/2017	Emissões Indiretas (produção de eletricidade)	4.378	4.489	-3%																																					
	2018	2017	Variação 2018/2017																																												
Emissões Indiretas (produção de eletricidade)	4.378	4.489	-3%																																												

GRI 306 - EFLUENTES E RESÍDUOS*																																																							
Abordagem de Gestão	103-1 Explicação do tema material	<p>3. O Nosso plano Estratégico de Sustentabilidade 2016-2019 3.3 Definição da materialidade 4. 2018: Onde estamos 4.4 Ambiente</p> <p>Um dos focos da estratégia de Sustentabilidade da Santa Casa incide no pilar ambiental. Neste âmbito, a realização de uma melhor gestão dos resíduos produzidos foi uma preocupação desde o início, sendo esta uma área em que foram identificadas muitas oportunidades de correção e de melhoria. Note-se que, não só devido à extensão da sua atividade, mas também à diversidade das respostas que presta, a Santa Casa produz uma quantidade muito assinalável e diversificada de resíduos, entre os quais se encontra uma percentagem muito significativa de resíduos perigosos.</p> <p>Esta prioridade estratégica veio a ser reforçada com os resultados da consulta a partes interessadas realizada em 2013, tendo sido identificado como tema relevante a “Gestão de resíduos”. Os temas materiais Casa tiveram como base o cruzamento dos resultados do processo de auscultação de partes interessadas com a perspetiva interna da Instituição.</p>	49 79																																																				
	103-2 Abordagem de Gestão e os seus limites	<p>3. O Nosso plano Estratégico de Sustentabilidade 2016-2019 3.4 O Plano Estratégico 2016-2019 4. 2018: Onde estamos 4.4 Ambiente</p> <p>Em 2012 foi iniciado um trabalho de diagnóstico sobre o estado, à data, da gestão de resíduos na Instituição, que permitiu a identificação das medidas de correção e melhoria mais prioritárias. No seu seguimento, desde 2013 a Misericórdia de Lisboa tem vindo a desenvolver várias ações e iniciativas que vieram contribuir para uma melhor gestão dos resíduos produzidos.</p> <p>No entanto, por não disponibilização, por parte dos serviços municipais que efetuam a recolha de resíduos urbanos nos equipamentos e serviços com uma produção diária inferior a 1100 litros, da informação relativa às quantidades de resíduos recolhidos, não é possível à Santa Casa contabilizar a sua produção total desta tipologia de resíduos.</p>	49 79																																																				
	103 -3 Avaliação da evolução da abordagem de gestão	A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa monitoriza a informação associada a este aspeto e reporta-a anualmente no seu Relatório de Sustentabilidade, nomeadamente através dos indicadores GRI 306-2 e 306-3.																																																					
306-2	Peso de resíduos produzidos, por tipo e por método de tratamento	<p>4. 2018: Onde estamos 4.4. Ambiente</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Resíduos urbanos</th> <th>2018</th> <th>2017</th> <th>Variação 2018/2017</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Indiferenciados</td> <td>676.320</td> <td>698.262</td> <td>-3%</td> </tr> <tr> <td>Orgânicos</td> <td>472.021</td> <td>568.386</td> <td>-17%</td> </tr> <tr> <td>Papel e cartão</td> <td>61.025</td> <td>72.998</td> <td>-16%</td> </tr> <tr> <td>Plástico e metais</td> <td>27.178</td> <td>30.816</td> <td>-12%</td> </tr> <tr> <td>Vidro</td> <td>11.340</td> <td>11.602</td> <td>-2%</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>1.247.884</td> <td>1.382.064</td> <td>-10%</td> </tr> </tbody> </table> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Tipo dos resíduos produzidos</th> <th>2018 (Kg)</th> <th>2017 (Kg)</th> <th>Variação 2018/2017</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Resíduos perigosos</td> <td>107.555</td> <td>91.431</td> <td>18%</td> </tr> <tr> <td>Resíduos não perigosos</td> <td>2.030.810</td> <td>1.839.644</td> <td>10%</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>2.138.365</td> <td>1.931.075</td> <td>11%</td> </tr> <tr> <td>% de resíduos perigosos</td> <td>5%</td> <td>5%</td> <td></td> </tr> <tr> <td>% de resíduos não perigosos</td> <td>95%</td> <td>95%</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Resíduos urbanos	2018	2017	Variação 2018/2017	Indiferenciados	676.320	698.262	-3%	Orgânicos	472.021	568.386	-17%	Papel e cartão	61.025	72.998	-16%	Plástico e metais	27.178	30.816	-12%	Vidro	11.340	11.602	-2%	Total	1.247.884	1.382.064	-10%	Tipo dos resíduos produzidos	2018 (Kg)	2017 (Kg)	Variação 2018/2017	Resíduos perigosos	107.555	91.431	18%	Resíduos não perigosos	2.030.810	1.839.644	10%	Total	2.138.365	1.931.075	11%	% de resíduos perigosos	5%	5%		% de resíduos não perigosos	95%	95%		79
Resíduos urbanos	2018	2017	Variação 2018/2017																																																				
Indiferenciados	676.320	698.262	-3%																																																				
Orgânicos	472.021	568.386	-17%																																																				
Papel e cartão	61.025	72.998	-16%																																																				
Plástico e metais	27.178	30.816	-12%																																																				
Vidro	11.340	11.602	-2%																																																				
Total	1.247.884	1.382.064	-10%																																																				
Tipo dos resíduos produzidos	2018 (Kg)	2017 (Kg)	Variação 2018/2017																																																				
Resíduos perigosos	107.555	91.431	18%																																																				
Resíduos não perigosos	2.030.810	1.839.644	10%																																																				
Total	2.138.365	1.931.075	11%																																																				
% de resíduos perigosos	5%	5%																																																					
% de resíduos não perigosos	95%	95%																																																					

306-2	Peso de resíduos produzidos, por tipo e por método de tratamento	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Destino final dos resíduos produzidos</th> <th>2018</th> <th>2017</th> <th>Variação 2018/2017</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Eliminação - Resíduos perigosos</td> <td>99.613</td> <td>83.506</td> <td>19%</td> </tr> <tr> <td>Eliminação - Resíduos não perigosos</td> <td>531.652</td> <td>536.333</td> <td>-1%</td> </tr> <tr> <td>Valorização Energética - Resíduos perigosos</td> <td>7.942</td> <td>7.925</td> <td>0,2%</td> </tr> <tr> <td>Valorização Energética - Resíduos não perigosos</td> <td>1.499.158</td> <td>1.303.311</td> <td>15%</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>2.138.365</td> <td>1.931.075</td> <td>11%</td> </tr> <tr> <td>% de resíduos valorizados</td> <td>71%</td> <td>68%</td> <td></td> </tr> <tr> <td>% de resíduos eliminados</td> <td>29%</td> <td>32%</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Destino final dos resíduos produzidos	2018	2017	Variação 2018/2017	Eliminação - Resíduos perigosos	99.613	83.506	19%	Eliminação - Resíduos não perigosos	531.652	536.333	-1%	Valorização Energética - Resíduos perigosos	7.942	7.925	0,2%	Valorização Energética - Resíduos não perigosos	1.499.158	1.303.311	15%	Total	2.138.365	1.931.075	11%	% de resíduos valorizados	71%	68%		% de resíduos eliminados	29%	32%		
		Destino final dos resíduos produzidos	2018	2017	Variação 2018/2017																														
		Eliminação - Resíduos perigosos	99.613	83.506	19%																														
		Eliminação - Resíduos não perigosos	531.652	536.333	-1%																														
		Valorização Energética - Resíduos perigosos	7.942	7.925	0,2%																														
		Valorização Energética - Resíduos não perigosos	1.499.158	1.303.311	15%																														
		Total	2.138.365	1.931.075	11%																														
% de resíduos valorizados	71%	68%																																	
% de resíduos eliminados	29%	32%																																	
306-3	Derrames significativos	Não se verificou, em 2018, nenhuma ocorrência deste tipo																																	
GRI 307 - COMPLIANCE AMBIENTAL																																			
307-1	Não-conformidade com leis e/ou regulamentação ambiental	<p>Em 2018 foram aplicadas à Santa Casa cinco coimas por incidentes/não-conformidades ambientais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Uma relativa ao episódio ocorrido em 2016, relativo ao derrame de 15 litros de um produto químico do tipo detergente de limpeza (composição H2SO4, 98%) num equipamento de ação social. A Santa Casa pagou uma coima 58€. • Duas coimas respeitantes a duas situações de insalubridade do terreno e conseqüente perigo de incêndio. Uma coima no montante de 9.000€ (relativa a 2016) e outra no montante de 58€ (relativa a 2018). • Duas coimas relativas a nove infrações por incumprimento dos dias e horários de colocação dos contentores à remoção na via pública (registadas em 2018), no montante de 261€. <p>Em matéria de impacto ambiental, não se registaram conseqüências ou danos significativos para o meio-ambiente.</p>																																	
GRI 308 - AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES* (ASPETO MATERIAL)																																			
Abordagem de Gestão	103-1 Explicação do tema material	<p>3. O Nosso plano Estratégico de Sustentabilidade 2016-2019 3.3 Definição da materialidade 4. 2018: Onde estamos 4.4 Ambiente</p> <p>Um dos focos da estratégia de Sustentabilidade da Santa Casa incide no pilar ambiental. Neste âmbito foi levada a cabo a definição de uma estratégia de compras sustentáveis. Esta prioridade estratégica veio a ser reforçada com os resultados da auscultação de partes interessadas, tendo sido identificado como tema relevante a “Cadeia de abastecimento sustentável”. Os temas materiais para a Santa Casa tiveram como base o cruzamento dos resultados do processo de auscultação de partes interessadas com a perspetiva interna da Instituição.</p>	49 79																																
	103-2 Abordagem de Gestão e os seus limites	<p>3. O Nosso plano Estratégico de Sustentabilidade 2016-2019 3.4 O Plano Estratégico 2016-2019 4. 2018: Onde estamos 4.4 Ambiente</p> <p>A Santa Casa, consciente de que tem um elevado volume de aquisições de bens e serviços, contando para tal com uma multiplicidade de fornecedores, no final de 2012 iniciou o projeto de estruturação e aplicação da sua estratégia de compras sustentáveis, tendo como objetivo introduzir de forma gradual e crescente, requisitos ambientais e sociais nos procedimentos aquisitivos. Por motivos de alterações da estrutura orgânica e funcional, o desenvolvimento desta estratégia foi suspenso, estando nos planos da organização retomá-la no próximo ano.</p>	49 79																																
	103 -3 Avaliação da evolução da abordagem de gestão	Presentemente, não nos é possível realizar a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reportá-los no presente relatório. Está no entanto a ser desenvolvida uma solução para a avaliação de fornecedores.																																	

308-1	Novos fornecedores avaliados com critérios ambientais		2018	2017		
		Nº de procedimentos aquisitivos que incluíram critérios de responsabilidade ambiental	n.d.	n.d.		
		Nº de procedimentos aquisitivos que incluíram cláusulas de responsabilidade ambiental	n.d.	n.d.		
GRI 400 - TÓPICOS SOCIAIS						
GRI 401 - EMPREGO						
401-1	Novas contratações e rotatividade de colaboradores	Novas contratações	2018	2017	Variação 2018/2017	
		Por faixa etária				
		Com menos de 30 anos	114	95	20%	
		Entre 30 e os 50 anos	289	288	0%	
		Com mais de 50 anos	73	68	7%	
		Total de entradas	476	451	6%	
		Por género				
		Mulheres	361	355	2%	
		Homens	115	96	20%	
		Total de entradas	476	451	6%	
		Saídas	2018	2017	Variação 2018/2017	
		Por faixa etária				
		Com menos de 30 anos	41	54	-24%	
		Entre 30 e os 50 anos	160	221	-28%	
		Com mais de 50 anos	135	135	0%	
		Total de saídas	336	410	-18%	
		Por género				
		Mulheres	248	328	-24%	
		Homens	88	82	7%	
		Total de saídas	336	410	-18%	
					2018	2017
		Taxa de rotatividade			7%	8%
		Taxas de novas contratações			2018	2017
		Por faixa etária				
		Com menos de 30 anos			2%	2%
		Entre 30 e os 50 anos			6%	6%
		Com mais de 50 anos			1%	1%
Por género						
Mulheres			7%	7%		
Homens			2%	2%		
Taxa de saída			2018	2017		
Por faixa etária						
Com menos de 30 anos			1%	1%		
Entre 30 e os 50 anos			3%	4%		
Com mais de 50 anos			3%	3%		
Por género						
Homem			2%	2%		
Mulher			5%	7%		

401-2	Benefícios assegurados aos colaboradores a tempo inteiro que não são concedidos a colaboradores temporários ou a tempo	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Benefícios</th> <th>Colaboradores efetivos</th> <th>Colaboradores não efetivos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Apoio à infância</td> <td>•</td> <td>•</td> </tr> <tr> <td>Apoio à Educação</td> <td>•</td> <td>•</td> </tr> <tr> <td>Apoio à Inserção de Pessoas com Deficiência</td> <td>•</td> <td>•</td> </tr> <tr> <td>Atividades de Ocupação de Tempos Livres</td> <td>•</td> <td>•</td> </tr> <tr> <td>Apoio à Saúde</td> <td>•</td> <td>•</td> </tr> <tr> <td>Apoio a Aposentados e a Reformados</td> <td>•</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Apoios Específicos – Subsídios Eventuais</td> <td>•</td> <td>•</td> </tr> </tbody> </table>	Benefícios	Colaboradores efetivos	Colaboradores não efetivos	Apoio à infância	•	•	Apoio à Educação	•	•	Apoio à Inserção de Pessoas com Deficiência	•	•	Atividades de Ocupação de Tempos Livres	•	•	Apoio à Saúde	•	•	Apoio a Aposentados e a Reformados	•		Apoios Específicos – Subsídios Eventuais	•	•																	
Benefícios	Colaboradores efetivos	Colaboradores não efetivos																																									
Apoio à infância	•	•																																									
Apoio à Educação	•	•																																									
Apoio à Inserção de Pessoas com Deficiência	•	•																																									
Atividades de Ocupação de Tempos Livres	•	•																																									
Apoio à Saúde	•	•																																									
Apoio a Aposentados e a Reformados	•																																										
Apoios Específicos – Subsídios Eventuais	•	•																																									
401-3	Licença Parental	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">2018</th> <th colspan="2">2017</th> </tr> <tr> <th>Licença Parental</th> <th>H</th> <th>M</th> <th>H</th> <th>M</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Número total de empregados que tiraram licença maternidade/paternidade</td> <td>65</td> <td>184</td> <td>34</td> <td>150</td> </tr> <tr> <td>Número total de empregados que retornaram ao trabalho após tirar uma licença maternidade/paternidade</td> <td>62</td> <td>112</td> <td>25</td> <td>82</td> </tr> <tr> <td>Número total de empregados que retornaram ao trabalho após uma licença maternidade/paternidade e continuaram empregados doze meses após seu retorno ao trabalho</td> <td>60</td> <td>108</td> <td>25</td> <td>77</td> </tr> <tr> <td>Taxas de retorno ao trabalho e retenção de empregados que tiraram licença maternidade/paternidade</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Taxa de regresso ao trabalho</td> <td>95%</td> <td>61%</td> <td>74%</td> <td>55%</td> </tr> <tr> <td>Taxa de retenção</td> <td>92%</td> <td>59%</td> <td>74%</td> <td>51%</td> </tr> </tbody> </table>		2018		2017		Licença Parental	H	M	H	M	Número total de empregados que tiraram licença maternidade/paternidade	65	184	34	150	Número total de empregados que retornaram ao trabalho após tirar uma licença maternidade/paternidade	62	112	25	82	Número total de empregados que retornaram ao trabalho após uma licença maternidade/paternidade e continuaram empregados doze meses após seu retorno ao trabalho	60	108	25	77	Taxas de retorno ao trabalho e retenção de empregados que tiraram licença maternidade/paternidade					Taxa de regresso ao trabalho	95%	61%	74%	55%	Taxa de retenção	92%	59%	74%	51%	
	2018		2017																																								
Licença Parental	H	M	H	M																																							
Número total de empregados que tiraram licença maternidade/paternidade	65	184	34	150																																							
Número total de empregados que retornaram ao trabalho após tirar uma licença maternidade/paternidade	62	112	25	82																																							
Número total de empregados que retornaram ao trabalho após uma licença maternidade/paternidade e continuaram empregados doze meses após seu retorno ao trabalho	60	108	25	77																																							
Taxas de retorno ao trabalho e retenção de empregados que tiraram licença maternidade/paternidade																																											
Taxa de regresso ao trabalho	95%	61%	74%	55%																																							
Taxa de retenção	92%	59%	74%	51%																																							
GRI 402 - RELAÇÕES LABORAIS																																											
402-1	Prazos mínimos de notificação prévia em caso de mudanças operacionais	<p>Normativos com referência a avisos prévios relativos ao local de trabalho (em particular os que devem presidir à sua eventual alteração) cumpridos pela Santa Casa:</p> <p>I – Acordos de Empresa vigentes na Santa Casa:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Para as carreiras gerais: Boletim de Trabalho e Emprego n.º 18, de 15/05/2017, Secção I - Local de trabalho – Cláusula 25.^a - Para a carreira de enfermagem: Boletim de Trabalho e Emprego n.º 25, de 29/06/2016, Secção I - Local de trabalho – Cláusula 27.^a - Para a carreira médica: Boletim do Trabalho e Emprego n.º 26, de 15/07/2018, V – Prestação de trabalho – Cláusula 34.^a <p>II- Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro:</p> <p>Capítulo II – Prestação do Trabalho, Secção I – Local de trabalho, Artigo 194º - Transferência de local de trabalho e Artigo 196º - Procedimento em caso de transferência do local de trabalho</p> <p>III – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho</p> <p>Capítulo II – Atividade, local de trabalho e carreiras, Secção I – Disposições Gerais, Artigo 83.º - Local de trabalho</p>																																									
GRI 403 - SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO																																											
403-2	Tipos e taxas e lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados ao trabalho por região e por género	<table border="1"> <thead> <tr> <th>SHST</th> <th>Homens</th> <th>Mulheres</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>N.º óbitos relacionados com o trabalho</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>N.º de acidentes de trabalho</td> <td>65</td> <td>390</td> <td>455</td> </tr> <tr> <td>N.º de casos de doenças profissionais</td> <td>0</td> <td>1</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Total de dias perdidos</td> <td>918</td> <td>7.585</td> <td>8.503</td> </tr> <tr> <td>Índice de frequência</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>9,61</td> </tr> <tr> <td>Taxa de doenças profissionais</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>0,02</td> </tr> <tr> <td>Taxa de dias perdidos</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179,65</td> </tr> <tr> <td>Absentismo</td> <td></td> <td></td> <td>0,01</td> </tr> </tbody> </table>	SHST	Homens	Mulheres	Total	N.º óbitos relacionados com o trabalho	0	0	0	N.º de acidentes de trabalho	65	390	455	N.º de casos de doenças profissionais	0	1	1	Total de dias perdidos	918	7.585	8.503	Índice de frequência	-	-	9,61	Taxa de doenças profissionais	-	-	0,02	Taxa de dias perdidos	-	-	179,65	Absentismo			0,01					
SHST	Homens	Mulheres	Total																																								
N.º óbitos relacionados com o trabalho	0	0	0																																								
N.º de acidentes de trabalho	65	390	455																																								
N.º de casos de doenças profissionais	0	1	1																																								
Total de dias perdidos	918	7.585	8.503																																								
Índice de frequência	-	-	9,61																																								
Taxa de doenças profissionais	-	-	0,02																																								
Taxa de dias perdidos	-	-	179,65																																								
Absentismo			0,01																																								
403-3	Colaboradores com elevada incidência ou elevado risco de doenças ocupacionais	Ajudante de Lar e Centro de Dia; Auxiliar de Ação Médica; Auxiliar de Educação; Auxiliar de Serviços Gerais; Educador de Infância; Enfermeiro; Assistente Operacional; Ajudante Familiar																																									

GRI 404 - FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO																																																																																																													
404-1	Média de horas de formação por ano, por colaborador, discriminadas por gênero e categoria funcional	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Horas de formação por gênero</th> <th>2018</th> <th>2017</th> <th>Média de horas por colaborador 2018</th> <th>Varição 2018/2017</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Homem</td> <td>20.962</td> <td>10.879</td> <td>14</td> <td>93%</td> </tr> <tr> <td>Mulher</td> <td>77.707</td> <td>47.219</td> <td>16</td> <td>65%</td> </tr> <tr> <td>Total de horas de formação</td> <td>98.669</td> <td>58.008</td> <td>15</td> <td>70%</td> </tr> </tbody> </table>	Horas de formação por gênero	2018	2017	Média de horas por colaborador 2018	Varição 2018/2017	Homem	20.962	10.879	14	93%	Mulher	77.707	47.219	16	65%	Total de horas de formação	98.669	58.008	15	70%																																																																																							
		Horas de formação por gênero	2018	2017	Média de horas por colaborador 2018	Varição 2018/2017																																																																																																							
		Homem	20.962	10.879	14	93%																																																																																																							
		Mulher	77.707	47.219	16	65%																																																																																																							
		Total de horas de formação	98.669	58.008	15	70%																																																																																																							
		<table border="1"> <thead> <tr> <th>Horas de formação por nível hierárquico</th> <th>2018</th> <th>2017</th> <th>Média de horas individual 2018</th> <th>Varição 2018/2017</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Colaboradores</td> <td>96.736</td> <td>57.081</td> <td>19</td> <td>69%</td> </tr> <tr> <td>Prestadores de Serviço</td> <td>1.933</td> <td>927</td> <td>10</td> <td>108%</td> </tr> <tr> <td>Total de horas de formação</td> <td>98.669</td> <td>58.008</td> <td>10,14</td> <td>70%</td> </tr> </tbody> </table>	Horas de formação por nível hierárquico	2018	2017	Média de horas individual 2018	Varição 2018/2017	Colaboradores	96.736	57.081	19	69%	Prestadores de Serviço	1.933	927	10	108%	Total de horas de formação	98.669	58.008	10,14	70%																																																																																							
		Horas de formação por nível hierárquico	2018	2017	Média de horas individual 2018	Varição 2018/2017																																																																																																							
		Colaboradores	96.736	57.081	19	69%																																																																																																							
		Prestadores de Serviço	1.933	927	10	108%																																																																																																							
		Total de horas de formação	98.669	58.008	10,14	70%																																																																																																							
		<table border="1"> <thead> <tr> <th>Horas de formação por categoria profissional</th> <th>2018</th> <th>2017</th> <th>Média de horas por colaborador 2018</th> <th>Varição 2018/ 2017</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Dirigente – Mulher</td> <td>5.688</td> <td>3.198</td> <td>12,70</td> <td>78%</td> </tr> <tr> <td>Dirigente – Homem</td> <td>2.809</td> <td>1.306</td> <td>12,00</td> <td>115%</td> </tr> <tr> <td>Diretor Equipamento – Mulher</td> <td>3.185</td> <td>2.488</td> <td>10,24</td> <td>28%</td> </tr> <tr> <td>Diretor Equipamento – Homem</td> <td>355</td> <td>138</td> <td>10,44</td> <td>157%</td> </tr> <tr> <td>Chefia Direta – Mulher</td> <td>1.325</td> <td>668</td> <td>9,53</td> <td>98%</td> </tr> <tr> <td>Chefia Direta – Homem</td> <td>547</td> <td>216</td> <td>8,68</td> <td>153%</td> </tr> <tr> <td>Técnico Superior – Mulher</td> <td>42.171</td> <td>24.908</td> <td>10,77</td> <td>69%</td> </tr> <tr> <td>Técnico Superior – Homem</td> <td>10.139</td> <td>5.582</td> <td>11,28</td> <td>82%</td> </tr> <tr> <td>Técnico – Mulher</td> <td>1.610</td> <td>1.137</td> <td>10,95</td> <td>42%</td> </tr> <tr> <td>Técnico – Homem</td> <td>291</td> <td>234</td> <td>6,19</td> <td>25%</td> </tr> <tr> <td>Técnico Profissional - Mulher</td> <td>8.351</td> <td>6.652</td> <td>11,61</td> <td>26%</td> </tr> <tr> <td>Técnico Profissional - Homem</td> <td>1.744</td> <td>779</td> <td>9,58</td> <td>124%</td> </tr> <tr> <td>Administrativo - Mulher</td> <td>5.583</td> <td>2.023</td> <td>9,93</td> <td>176%</td> </tr> <tr> <td>Administrativo - Homem</td> <td>1.705</td> <td>801</td> <td>9,32</td> <td>113%</td> </tr> <tr> <td>Operários - Mulher</td> <td>8</td> <td></td> <td>8,00</td> <td>0%</td> </tr> <tr> <td>Operários - Homem</td> <td>93</td> <td>205</td> <td>6,20</td> <td>-55%</td> </tr> <tr> <td>Auxiliares - Mulher</td> <td>7.977</td> <td>5.270</td> <td>8,87</td> <td>51%</td> </tr> <tr> <td>Auxiliares - Homem</td> <td>3.156</td> <td>1478</td> <td>11,69</td> <td>114%</td> </tr> <tr> <td>Prestadores de Serviços - Mulher</td> <td>1.809</td> <td>786</td> <td>10,76</td> <td>130%</td> </tr> <tr> <td>Prestadores de Serviços - Homem</td> <td>124</td> <td>141</td> <td>12,40</td> <td>-12%</td> </tr> </tbody> </table>	Horas de formação por categoria profissional	2018	2017	Média de horas por colaborador 2018	Varição 2018/ 2017	Dirigente – Mulher	5.688	3.198	12,70	78%	Dirigente – Homem	2.809	1.306	12,00	115%	Diretor Equipamento – Mulher	3.185	2.488	10,24	28%	Diretor Equipamento – Homem	355	138	10,44	157%	Chefia Direta – Mulher	1.325	668	9,53	98%	Chefia Direta – Homem	547	216	8,68	153%	Técnico Superior – Mulher	42.171	24.908	10,77	69%	Técnico Superior – Homem	10.139	5.582	11,28	82%	Técnico – Mulher	1.610	1.137	10,95	42%	Técnico – Homem	291	234	6,19	25%	Técnico Profissional - Mulher	8.351	6.652	11,61	26%	Técnico Profissional - Homem	1.744	779	9,58	124%	Administrativo - Mulher	5.583	2.023	9,93	176%	Administrativo - Homem	1.705	801	9,32	113%	Operários - Mulher	8		8,00	0%	Operários - Homem	93	205	6,20	-55%	Auxiliares - Mulher	7.977	5.270	8,87	51%	Auxiliares - Homem	3.156	1478	11,69	114%	Prestadores de Serviços - Mulher	1.809	786	10,76	130%	Prestadores de Serviços - Homem	124	141	12,40	-12%		
		Horas de formação por categoria profissional	2018	2017	Média de horas por colaborador 2018	Varição 2018/ 2017																																																																																																							
		Dirigente – Mulher	5.688	3.198	12,70	78%																																																																																																							
		Dirigente – Homem	2.809	1.306	12,00	115%																																																																																																							
		Diretor Equipamento – Mulher	3.185	2.488	10,24	28%																																																																																																							
		Diretor Equipamento – Homem	355	138	10,44	157%																																																																																																							
		Chefia Direta – Mulher	1.325	668	9,53	98%																																																																																																							
		Chefia Direta – Homem	547	216	8,68	153%																																																																																																							
		Técnico Superior – Mulher	42.171	24.908	10,77	69%																																																																																																							
		Técnico Superior – Homem	10.139	5.582	11,28	82%																																																																																																							
		Técnico – Mulher	1.610	1.137	10,95	42%																																																																																																							
		Técnico – Homem	291	234	6,19	25%																																																																																																							
		Técnico Profissional - Mulher	8.351	6.652	11,61	26%																																																																																																							
		Técnico Profissional - Homem	1.744	779	9,58	124%																																																																																																							
		Administrativo - Mulher	5.583	2.023	9,93	176%																																																																																																							
		Administrativo - Homem	1.705	801	9,32	113%																																																																																																							
		Operários - Mulher	8		8,00	0%																																																																																																							
		Operários - Homem	93	205	6,20	-55%																																																																																																							
Auxiliares - Mulher	7.977	5.270	8,87	51%																																																																																																									
Auxiliares - Homem	3.156	1478	11,69	114%																																																																																																									
Prestadores de Serviços - Mulher	1.809	786	10,76	130%																																																																																																									
Prestadores de Serviços - Homem	124	141	12,40	-12%																																																																																																									
No cálculo do indicador 404-1 incluiu-se a categoria “prestadores de serviço”.																																																																																																													
GRI 405 - DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES* (ASPETO MATERIAL)																																																																																																													
Abordagem de Gestão	103-1 Explicação do tema material	3. O Nosso plano Estratégico de Sustentabilidade 2016-2019 3.3 Definição da materialidade 4. 2018: Onde estamos 4.4 Ambiente	49																																																																																																										
		Um dos eixos de ação do Plano Estratégico de Sustentabilidade da Santa Casa incide nas questões relacionadas com coesão interna. Esta linha de ação foi reforçada com os resultados da auscultação de partes interessadas levada a cabo em 2013, tendo sido identificado como tema relevante a “Diversidade e inclusão”. Os temas materiais tiveram como base o cruzamento dos resultados do processo de auscultação de partes interessadas com a perspetiva interna da Instituição.	79																																																																																																										

Abordagem de Gestão	103-2 Abordagem de Gestão e os seus limites	<p>3. O Nosso plano Estratégico de Sustentabilidade 2016-2019 3.4 O Plano Estratégico 2016-2019 4. 2018: Onde estamos 4.3 Colaboradores</p> <p>A Misericórdia de Lisboa pratica a igualdade de oportunidades e de tratamento no acesso ao emprego, na promoção e formação profissional, nas condições de trabalho e no salário entre géneros, em conformidade com o estabelecido na Lei (a igualdade entre homens e mulheres é um princípio fundamental da Constituição da República Portuguesa, estando presente no texto constitucional desde 1976). Naturalmente, os Acordos de Empresa que subscreveu expressam este princípio fundamental.</p> <p>Relativamente ao vencimento dos colaboradores, verifica-se um equilíbrio do mesmo entre mulher e homem, transversal a todas as categorias profissionais.</p>	49 68																																																																																																																																																																						
	103 -3 Avaliação da evolução da abordagem de gestão	A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa monitoriza a informação associada a este aspeto e reporta-a anualmente no seu Relatório de Sustentabilidade, nomeadamente através dos indicadores GRI 405-1 e 405-2.																																																																																																																																																																							
405-1	Diversidade na gestão e entre os colaboradores	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Colaboradores por categoria profissional e género:</th> <th colspan="3">2018</th> <th colspan="3">2017</th> </tr> <tr> <th>M</th> <th>H</th> <th>T</th> <th>M</th> <th>H</th> <th>T</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Dirigente</td> <td>191</td> <td>120</td> <td>311</td> <td>189</td> <td>120</td> <td>309</td> </tr> <tr> <td>Diretor Equipamento</td> <td>95</td> <td>12</td> <td>107</td> <td>93</td> <td>12</td> <td>105</td> </tr> <tr> <td>Chefia Direta</td> <td>69</td> <td>33</td> <td>102</td> <td>57</td> <td>20</td> <td>77</td> </tr> <tr> <td>Técnico Superior</td> <td>1.024</td> <td>350</td> <td>1.374</td> <td>954</td> <td>335</td> <td>1.289</td> </tr> <tr> <td>Técnico</td> <td>588</td> <td>119</td> <td>707</td> <td>590</td> <td>111</td> <td>701</td> </tr> <tr> <td>Técnico Profissional</td> <td>525</td> <td>149</td> <td>674</td> <td>503</td> <td>148</td> <td>651</td> </tr> <tr> <td>Administrativo</td> <td>365</td> <td>134</td> <td>499</td> <td>365</td> <td>137</td> <td>502</td> </tr> <tr> <td>Operários</td> <td>14</td> <td>181</td> <td>195</td> <td>14</td> <td>192</td> <td>206</td> </tr> <tr> <td>Auxiliares</td> <td>962</td> <td>242</td> <td>1.204</td> <td>955</td> <td>238</td> <td>1.193</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>3.833</td> <td>1.340</td> <td>5.173</td> <td>3.720</td> <td>1.313</td> <td>5.033</td> </tr> </tbody> </table> <p>H-Homem; M-Mulher; T=Total O total não inclui a categoria “prestadores de serviço”.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Colaboradores por categoria profissional e faixa etária</th> <th colspan="3">2018</th> <th colspan="3">2017</th> </tr> <tr> <th><30 anos</th> <th>30-50 anos</th> <th>>50 anos</th> <th><30 anos</th> <th>30-50 anos</th> <th>>50 anos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Dirigente</td> <td>3</td> <td>182</td> <td>126</td> <td>3</td> <td>187</td> <td>119</td> </tr> <tr> <td>Diretor Equipamento</td> <td></td> <td>63</td> <td>44</td> <td></td> <td>63</td> <td>42</td> </tr> <tr> <td>Chefia Direta</td> <td></td> <td>53</td> <td>49</td> <td></td> <td>41</td> <td>36</td> </tr> <tr> <td>Técnico Superior</td> <td>118</td> <td>987</td> <td>269</td> <td>110</td> <td>923</td> <td>256</td> </tr> <tr> <td>Técnico</td> <td>91</td> <td>448</td> <td>168</td> <td>108</td> <td>417</td> <td>176</td> </tr> <tr> <td>Técnico Profissional</td> <td>67</td> <td>406</td> <td>201</td> <td>61</td> <td>397</td> <td>193</td> </tr> <tr> <td>Administrativo</td> <td>23</td> <td>236</td> <td>240</td> <td>25</td> <td>248</td> <td>229</td> </tr> <tr> <td>Operários</td> <td>4</td> <td>71</td> <td>120</td> <td>4</td> <td>81</td> <td>121</td> </tr> <tr> <td>Auxiliares</td> <td>66</td> <td>496</td> <td>642</td> <td>73</td> <td>503</td> <td>617</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>372</td> <td>2.942</td> <td>1.859</td> <td>384</td> <td>2.860</td> <td>1.789</td> </tr> </tbody> </table> <p>O total não inclui a categoria “prestadores de serviço”.</p>	Colaboradores por categoria profissional e género:	2018			2017			M	H	T	M	H	T	Dirigente	191	120	311	189	120	309	Diretor Equipamento	95	12	107	93	12	105	Chefia Direta	69	33	102	57	20	77	Técnico Superior	1.024	350	1.374	954	335	1.289	Técnico	588	119	707	590	111	701	Técnico Profissional	525	149	674	503	148	651	Administrativo	365	134	499	365	137	502	Operários	14	181	195	14	192	206	Auxiliares	962	242	1.204	955	238	1.193	Total	3.833	1.340	5.173	3.720	1.313	5.033	Colaboradores por categoria profissional e faixa etária	2018			2017			<30 anos	30-50 anos	>50 anos	<30 anos	30-50 anos	>50 anos	Dirigente	3	182	126	3	187	119	Diretor Equipamento		63	44		63	42	Chefia Direta		53	49		41	36	Técnico Superior	118	987	269	110	923	256	Técnico	91	448	168	108	417	176	Técnico Profissional	67	406	201	61	397	193	Administrativo	23	236	240	25	248	229	Operários	4	71	120	4	81	121	Auxiliares	66	496	642	73	503	617	Total	372	2.942	1.859	384	2.860	1.789	
Colaboradores por categoria profissional e género:	2018			2017																																																																																																																																																																					
	M	H	T	M	H	T																																																																																																																																																																			
Dirigente	191	120	311	189	120	309																																																																																																																																																																			
Diretor Equipamento	95	12	107	93	12	105																																																																																																																																																																			
Chefia Direta	69	33	102	57	20	77																																																																																																																																																																			
Técnico Superior	1.024	350	1.374	954	335	1.289																																																																																																																																																																			
Técnico	588	119	707	590	111	701																																																																																																																																																																			
Técnico Profissional	525	149	674	503	148	651																																																																																																																																																																			
Administrativo	365	134	499	365	137	502																																																																																																																																																																			
Operários	14	181	195	14	192	206																																																																																																																																																																			
Auxiliares	962	242	1.204	955	238	1.193																																																																																																																																																																			
Total	3.833	1.340	5.173	3.720	1.313	5.033																																																																																																																																																																			
Colaboradores por categoria profissional e faixa etária	2018			2017																																																																																																																																																																					
	<30 anos	30-50 anos	>50 anos	<30 anos	30-50 anos	>50 anos																																																																																																																																																																			
Dirigente	3	182	126	3	187	119																																																																																																																																																																			
Diretor Equipamento		63	44		63	42																																																																																																																																																																			
Chefia Direta		53	49		41	36																																																																																																																																																																			
Técnico Superior	118	987	269	110	923	256																																																																																																																																																																			
Técnico	91	448	168	108	417	176																																																																																																																																																																			
Técnico Profissional	67	406	201	61	397	193																																																																																																																																																																			
Administrativo	23	236	240	25	248	229																																																																																																																																																																			
Operários	4	71	120	4	81	121																																																																																																																																																																			
Auxiliares	66	496	642	73	503	617																																																																																																																																																																			
Total	372	2.942	1.859	384	2.860	1.789																																																																																																																																																																			

405-2	Rácio do salário e remuneração entre mulheres e homens, por categoria funcional	2018				2017			
		Categoria Funcional	Rácio do salário base entre M/H	Rácio da remuneração média entre M/H	Rácio do salário base entre M/H	Rácio da remuneração média entre M/H			
		Dirigente	1,00	1,02	1,08	1,03			
		Diretor de Equipamento	0,99	0,98	1,37	1,00			
		Chefia Direta	0,80	0,79	1,07	0,77			
		Técnico Superior	0,94	0,91	0,97	0,94			
		Técnico	1,08	1,00	1,05	1,00			
		Técnico Profissional	0,71	0,69	0,71	0,69			
		Administrativo	1,20	1,17	1,04	1,15			
		Operários	0,88	0,80	0,87	0,79			
		Auxiliares	1,00	0,96	0,99	0,95			
		Média Geral	0,96	0,93	0,95	0,94			

GRI 413 - COMUNIDADES LOCAIS (ASPETO MATERIAL)			
Abordagem de Gestão	103-1 Explicação do tema material	<p>3. O Nosso plano Estratégico de Sustentabilidade 2016-2019 3.3 Definição da materialidade 4. 2018: Onde estamos 4.5 Comunidade</p> <p>Um dos eixos de ação do Plano Estratégico de Sustentabilidade da Santa Casa incide nas questões relacionadas com as redes de parcerias sociais. Esta linha de ação foi reforçada com os resultados da auscultação de partes interessadas levada a cabo em 2013, tendo sido identificado como tema relevante o "Apoio às Comunidades Locais". Os temas materiais tiveram como base o cruzamento dos resultados do processo de auscultação de partes interessadas com a perspetiva interna da Instituição.</p>	49 89
	103-2 Abordagem de Gestão e os seus limites	<p>3. O Nosso plano Estratégico de Sustentabilidade 2016-2019 3.4 O Plano Estratégico 2016-2019 4. 2018: Onde estamos 4.5 Comunidade</p> <p>O trabalho que é desenvolvido com a comunidade no âmbito da responsabilidade social corporativa da Santa Casa está enquadrado nas suas diferentes áreas de intervenção, da ação social à saúde, da cultura aos jogos sociais, entre outras, e está alinhado com os seus objetivos estratégicos. No seu planeamento, a Instituição tem sempre em conta o impacto positivo que pode gerar para as suas partes interessadas. Cada iniciativa é, também, entendida como um momento privilegiado para mobilizar a sociedade em torno das boas causas que defende. A Santa Casa tem endereçado este tema através da promoção de iniciativas de responsabilidade social corporativa, da realização de ações de voluntariado, ou de apoios a entidades cuja missão se alinha com a sua.</p>	49 89
	103 -3 Avaliação da evolução da abordagem de gestão	A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa monitoriza a informação associada a este aspeto e reporta-a anualmente no seu Relatório de Sustentabilidade, nomeadamente através do indicador GRI 413-1.	
413-1	Operações com programas de envolvimento das comunidades locais	<p>4. 2018: Onde estamos 4.5. Comunidade</p>	89

GRI 415: POLÍTICAS PÚBLICAS* (ASPETO MATERIAL)			
Abordagem de Gestão	103-1 Explicação do tema material	Um dos eixos de ação do Plano Estratégico de Sustentabilidade da Santa Casa incide nas questões relacionadas com a boa governação e transparência. Esta linha de ação foi reforçada com os resultados da auscultação de partes interessadas levada a cabo em 2013, tendo sido identificado como tema relevante a “Ética e Transparência”. Os temas materiais tiveram como base o cruzamento dos resultados do processo de auscultação de partes interessadas com a perspetiva interna da Instituição.	
	103-2 Abordagem de Gestão e os seus limites	No âmbito das suas áreas de intervenção, e em particular no domínio da ação social, a Santa Casa participa pontualmente em processos de desenvolvimento de políticas públicas. A Santa Casa não desenvolve ou participa em atividades de <i>lobby</i> .	
	103 -3 Avaliação da evolução da abordagem de gestão	A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa monitoriza a informação associada a este aspeto e reporta-a anualmente no seu Relatório de Sustentabilidade, nomeadamente através do indicador GRI 415-1.	
415-1	Valor total de contribuições políticas por país e beneficiário	A Santa Casa não faz contribuições monetárias e em espécie para partidos políticos e para políticos.	
GRI 419 - CONFORMIDADE SOCIOECONÓMICA* (ASPETO MATERIAL)			
Abordagem de Gestão	103-1 Explicação do tema material	<p>3. O Nosso plano Estratégico de Sustentabilidade 2016-2019 3.3 Definição da materialidade 4. 2018: Onde estamos 4.1 Transparência e Integridade 4.3 Colaboradores 4.5 Comunidade</p> <p>Alguns dos eixos de ação do Plano Estratégico de Sustentabilidade da Santa Casa incidem nas questões relacionadas com a boa governação e transparência, coesão interna, responsabilidade social organizacional. Esta linha de ação foi reforçada com os resultados da auscultação de partes interessadas levada a cabo em 2013, tendo sido identificado como temas relevantes a “Ética e Transparência”, a “Diversidade e Inclusão” ou o “Apoio às Comunidades Locais”. Os temas materiais tiveram como base o cruzamento dos resultados do processo de auscultação de partes interessadas com a perspetiva interna da Instituição.</p>	49 59 68 89
	103-2 Abordagem de Gestão e os seus limites	<p>3. O Nosso plano Estratégico de Sustentabilidade 2016-2019 3.4 O Plano Estratégico 2016-2019 4. 2018: Onde estamos 4.1 Transparência e Integridade 4.3 Colaboradores 4.5 Comunidade</p> <p>A Santa casa procura incorporar o <i>compliance</i> socioeconómico na sua atividade operacional.</p>	49 59 68 89
	103 -3 Avaliação da evolução da abordagem de gestão	A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa monitoriza a informação associada a este aspeto e reporta-a anualmente no seu Relatório de Sustentabilidade, nomeadamente através do indicador GRI 419-1.	
419-1	Não-conformidade com leis e regulamentação nas áreas económica e social.	Não se registou qualquer ocorrência no âmbito deste indicador.	

Legenda: * Aspeto material

FICHA TÉCNICA

Relatório de Sustentabilidade da Santa Casa da Misericórdia
de Lisboa 2018

Edição: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Largo Trindade Coelho | 1200-470 Lisboa
Tel: 213 235 000

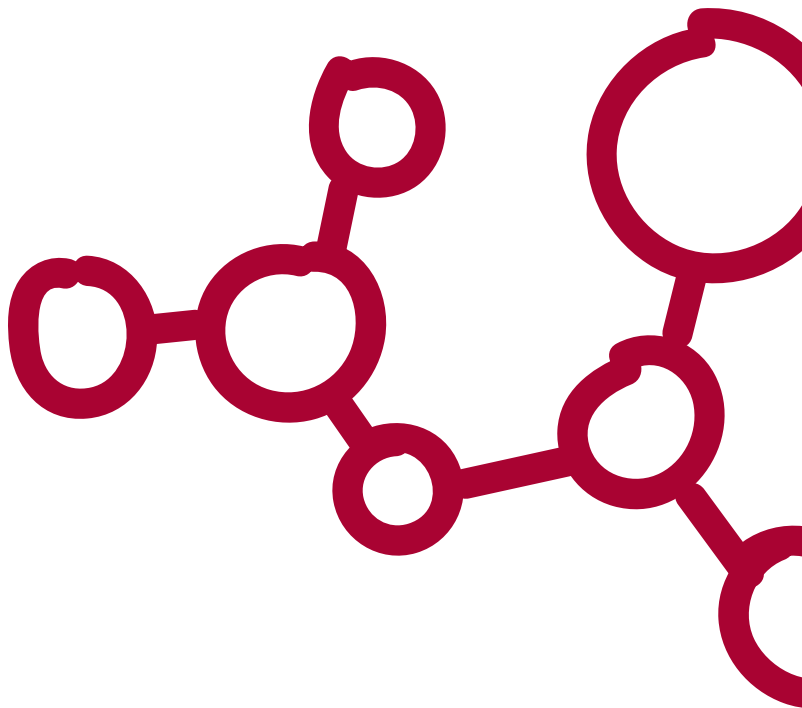
www.scml.pt
sustentabilidade@scml.pt

Design e paginação: Nove

Tiragem:

Gráfica:





SANTA

CASA

Misericórdia de Lisboa. Por boas causas.